

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA**

**20 DE DEZEMBRO DE 2010**

No dia 20 de Dezembro, pelas 09 horas e 30 minutos, no Auditório Municipal de Mirandela, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Mirandela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1- ACTAS – Leitura, discussão e votação da acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2010.
- 2- PÚBLICO – 1.º Período de Intervenção.
- 3- Período de Antes da Ordem do Dia.
- 4- Período da Ordem do Dia:
  - 4.1- Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do art.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
  - 4.2- C. M. M. – Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2011.
  - 4.3- S. M. A. – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2011
  - 4.4- Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) – 2011.
  - 4.5- Alteração aos Estatutos da CIM-TM.
  - 4.6- Pedido de Isenção de IMT - Santa Casa da Misericórdia de Mirandela.
- 5- Outros Assuntos de Interesse para o Município.
- 6- PÚBLICO – 2.º Período de Intervenção.

**Constituição da Mesa:**

A Mesa foi constituída pelos seguintes membros:

PRESIDENTE.....	José Manuel Pavão
1.º SECRETÁRIO.....	Rui Fernando Moreira Magalhães
2.º SECRETÁRIO.....	Humberto António Cordeiro

**Verificação de presenças:**

Conferida a folha de ponto, verificou-se haver um total de 65 presenças, pelo que o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão dado estar presente a maioria dos seus membros, tendo totalizado 70 membros no decorrer da sessão.

**Membros em falta:**

Rita Bárbara Pires Messias, Fernando Manuel Gomes Alves, Maria Odete Costa Ferreira, Márcio Paulo da Silva Filipe e António André Batista Geraldo.

**Justificação de Faltas:**

- Fernando dos Santos Pilão: sessão de 24 de Setembro de 2010.
- Dinis Humberto Veiga: sessão de 20 de Dezembro de 2010.
- Alexandra Carmelita Lopes Prada: sessão de 20 de Dezembro de 2010.
- Ricardo Jorge Ribeiro Pinto: sessão de 20 de Dezembro de 2010.
- Maria Odete Costa Ferreira: sessão de 20 de Dezembro de 2010.

Estiveram também presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, José Maria Lopes Silvano, e os vereadores, António José Pires Almor Branco, Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues,

Maria Gentil Pontes Vaz, Maria da Graça Faria Calejo Pires, José Assunção Lopes Maçaira e João Maria Casado Figueiredo.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas mencionadas.**

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Bom-dia a todos. Bom-dia ao senhor Presidente da Câmara, aos senhores Vereadores, aos senhores Deputados e aos senhores munícipes que estejam presentes.

Vamos iniciar esta Assembleia e, entretanto, o Dr. Rui Magalhães tem alguma coisa a informar da parte de secretaria e de correio.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Bom-dia a todos. Cumprimento o senhor Presidente, os senhores Vereadores, membros da Mesa e Deputados Municipais. Desejo, desde já, que esta sessão decorra com normalidade democrática.

Para além da informação que a Mesa remeteu e que com certeza receberam, queria também informar que houve três pedidos de substituição. O Deputado Dinis Humberto Veiga vai hoje ser substituído pela deputada Elisa Moraes; a deputada Alexandra Prada pelo deputado Sérgio Baptista e o deputado Ricardo Pinto pela deputada Clara Quental.

É só isto que eu queria informar. Muito obrigado.

**CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA DE 25 DE SETEMBRO A 07 DE DEZEMBRO DE 2010**

DATA	REMETENTE	ASSUNTO
29.09.2010	Adérito Pires	Justificação da falta à sessão de 24 de Setembro de 2010
07.10.2010	Resíduos do Nordeste	Brochura de Apresentação Institucional
07.10.2010	ANMP	Boletim nº 194
07.10.2010	Fernando Pilão	Justificação da falta à sessão de 24 de Setembro de 2010
07.10.2010	Fernando Pilão	Pedido de documentos
12.10.2010	ANMP	Reunião do Conselho Geral da ANMP (20/10/2010)
19.10.2010	António Alves	Denúncia sobre construção de moradia
25.10.2010	Assembleia Distrital	Convocatória para sessão ordinária
25.10.2010	ANMP	Proposta de lei do OE 2011
29.10.2010	Fundação Museu do Douro	Máscaras Rituais do Douro e Trás-os-Montes / Balbina Mendes
03.11.2010	ANMP	Boletim nº 195
05.11.2010	ANMP	Reunião do Conselho Geral
05.11.2010	POTRICA	Curso de Protocolo, Imagem e Comunicação
26.11.2010	Museu do Douro	Exposição «Para um Altar, Escultura»

**CORRESPONDÊNCIA ENVIADA DE 25 DE SETEMBRO A 10 DE DEZEMBRO DE 2010**

DATA	VIA	HORA	DESTINATÁRIO (S)	ASSUNTO (S)
26.09.2010	Mail	13:16	Luís de Sousa	Envio de documentos do PFI - POPH
27.09.2010	Fax	15:15	Marisa Aranda	Informação sobre CR/AR não reclamada
07.10.2010	Mail	16:36	Fernando Pilão	Estudo sobre o Vale do Tua
18.10.2010	Mail	16:40	Fernando Pilão	Relatório de Gestão e Contas do Metro 2009

**NOTA:** Foi também enviada correspondência vária para os membros da Assembleia Municipal, órgãos da comunicação social local e vereadores sobre a convocatória e documentação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 20 de Dezembro de 2010.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Então todos os senhores Deputados receberam a acta? Algum dos senhores deputados pretende fazer algum comentário ou dar alguma ajuda sobre a acta anterior? Não havendo, passamos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovada por unanimidade.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da sessão ordinária de 24 de Setembro de 2010.**

## **PONTO 2 – 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

### **Presidente da Assembleia Municipal:**

Está algum senhor Munícipe que queira usar da palavra?

Parece que não está. Não está mesmo.

Então passamos ao Período Antes Ordem do Dia.

## **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **Presidente da Assembleia Municipal:**

A Mesa está pronta e apta a registar os períodos de intervenção, lembrando a alteração estatutária que houve ao nosso Regimento que prevê que cada deputado não pode exceder 10 minutos no uso da palavra. Os senhores deputados já sabem isso desde a sessão anterior. Inscrições por favor.

Senhor deputado Fernando Pilão, faça favor então de falar.

### **Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):**

Muito bom-dia senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Exm.ª. Mesa da Assembleia e senhores Deputados. Tenho quatro ou cinco questões que gostaria de ver esclarecidas, se for oportuno, que são estas:

- Se os funcionários do Matadouro já receberam as retribuições que estavam em dívida de Novembro? Ainda relativamente ao Matadouro, qual a sua situação actual? Vai encerrar ou não? Há perspectivas de sobrevivência ou não? Qual é a ideia que a Câmara tem na medida em que faz parte da gestão relativamente a este assunto?
- Quanto à Linha do Tua, perguntar se este município desistiu ou não da sua defesa ou se se conforma com a actual situação relativamente à linha, nomeadamente quanto à sua desclassificação?
- Respeitante à saúde e ao hospital, se há alguma novidade relativamente aos serviços que saem? A comunicação social tem dado eco disso quanto à desqualificação em termos de valências do próprio hospital.
- E finalmente, na penúltima Assembleia falei aqui relativamente a uma buzina no Cachão que toca mas não chama ninguém porque não há ninguém para ir trabalhar quando aqui há uns anos era essa a função da buzina. Disseram que resolviam, mas afinal continua hora a hora a incomodar toda a gente e era para saber se também se resolvia de vez esta questão.

### **Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Tem a palavra o deputado Luís de Sousa.

### **Deputado Municipal Luís de Sousa (CDS/PP Independente):**

Bom-dia a todos e a todas e votos de Boas Festas.

Eu trago aqui um conjunto de temas soltos que gostaria de chamar a atenção à vereação em permanência e um problema de fundo. Começaria pelo problema de fundo.

Eu notei que na cidade há uma série de edifícios - são seguramente de privados - na zona histórica que estão num estado de degradação tal que me preocupa. E preocupa-me, sobretudo, a descaracterização desse centro histórico que eu não gostaria que ocorresse porque já em épocas passadas houve edifícios do mesmo género que ruíram, foram deitados abaixo e foram construídos edifícios novos com uma arquitectura "pimba" que não se enquadra com a zona histórica e se, de facto, o nosso centro histórico é um centro com um património bastante limitado temos pelo menos um conjunto de casas que vêm de finais do século XIX e início do século XX que até estão muito ligados às famílias que emigraram e que trouxeram novos estilos de maneirismo que deveriam ser protegidos. Eu acho que poderia haver uma intervenção da Câmara Municipal, e se calhar está a haver, no sentido de que esses edifícios sejam recuperados, mantendo toda essa traça, e que sejam recuperados o mais brevemente possível porque alguns estão num estado preocupante.

Questões soltas:

Ainda relativamente às comemorações do Centenário da República, eu gostaria de chamar a atenção à Senhora Vereadora da Cultura e congratular-me pela placa que foi colocada na Ponte Velha relativamente ao episódio da Traulitânia que também foi sentido cá em Mirandela e, portanto, da resistência dos Combatentes Republicanos Mirandelenses. Achei por bem terem colocado essa placa mas nós temos um outro venerável



que foi importantíssimo na implantação da República e que foi a primeira pessoa que na História de Portugal (e estamos a falar numa história de vários séculos de monarquia e estamos a falar numa Europa de monarquias na altura) em que um Mirandense, um grande homem e um patriota, Dr. Alves da Veiga, proclamou a República a 31 de Janeiro. Nós já homenageámos tantas entidades com estátuas que algumas das quais nem sequer por Mirandela passaram, nem Mirandenses são, e parece-me que numa próxima oportunidade (que eu não sou muito apologista de estátuas nem de rotundas enfeitadas) pelo menos uma placa alusiva, num ponto de referência, não tenho a certeza onde terá nascido aqui no concelho, se é mesmo da cidade, se é de alguma aldeia, para se lhe fazer essa justiça à sua memória.

Também relativamente ao Capitão João Sarmento Pimentel, nós temos aqui este monumento muito próximo da Biblioteca mas infelizmente estou convencido que a maioria das pessoas passa por lá e nem sabe que é alusivo ao Capitão. Falta uma placa, já a devem ter roubado ou caiu, enfim...colocar isso e porque não, já que estamos no Centenário, também não me parece uma despesa daqui por além haver uma coroa de flores ou algo que simbolize quem teve um papel importante nesse período histórico.

Outras das questões que gostaria de chamar à atenção do Executivo tem a ver com a remuneração dos professores e auxiliares da Escola de Música. Eu também gostaria de saber essa situação porque eu ouvi algum queixume relativamente a atrasos de pagamento e que provavelmente alguns professores e auxiliares nem sequer receberão para poder passar a consoada de Natal. A educação para mim foi sempre uma prioridade. Por favor, vejam se conseguem arranjar essa verba para que essas pessoas sejam pagas a tempo.

Ainda falando de degradação de edifícios, queria referir a questão da Estação de Comboios que está a cair. Eu olhei lá para dentro e aquilo deu-me dó. Eu viajei tantas vezes na linha do Tua, inclusive até cheguei a fazer a linha do Tua a pé quando o comboio avariava mas dá-me pena porque é um edifício bonito, tem a sua época, tem um traço bonito, podia estar a servir como Pousada da Juventude, já foi tantas vezes referido e gostava de saber o que tem sido feito em termos de negociação, se já se conseguiu negociar isso ou não.

Por último, em relação à mini-hídrica da Ponte Açude, gostaria de saber em que ponto está relativamente a esse investimento e se há perspectiva de mais alguma mini-hídrica desse tipo para o nosso concelho.

Sei que tenho limitação de dez minutos mas trago também aqui uma questão que pode ser de interesse para as nossas escolas e Centro de Formação e Unidades Académicas sedeadas em Mirandela, que tem a ver com a base de dados Fordata da Fundação Francisco Manuel dos Santos que é o Presidente do grupo Pingo Doce. É uma iniciativa que me parece por bem trazer aqui à Assembleia a fim de mobilizar esforços para que se faça essa acção de formação.

A Fundação é presidida – provavelmente alguns já conhecerão – pelo meu colega que também é nosso conterrâneo, o António Barreto, que tem por missão promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa do ponto de vista social, económico e também do ponto de vista das políticas públicas. É uma das melhores bases de dados que temos actualmente em Portugal e pode servir não só para quem está a estudar mas também para esta Assembleia e para quem prepara por vezes intervenções de utilizarem os dados que lá constam.

É uma base de dados interactiva que dá para retirar de lá cruzamentos de variáveis, etc. e requer alguma prática.

A Fordata criou um Manual do Utilizador que explica as potencialidades do portal mas também preparou uma sessão gratuita de formação que dura cerca de 120 minutos para estudantes e outros interessados. Como vos disse, inclusive os membros desta Assembleia poderiam receber essa formação que é gratuita e aprender a navegar nesse portal e fazer usufruto da informação que lá consta.

A única exigência que pedem é que as instalações tenham acesso directo à Internet e as formações são para cerca de dez pessoas porque tem que haver alguma interactividade e acompanhamento entre o formador e o formando.

É uma organização a custo zero. Portanto, se a Câmara estiver interessada eu depois deixarei o contacto para se organizarem.

Por último, gostaria também de mencionar duas questões mais pequenas que têm a ver com os bancos que estão ali à frente do Barclays e um cartaz de publicidade que também se encontra nessa mesma zona.

O cartaz de publicidade, que francamente nunca lá vi publicidade, vi cartazes colocados em cima, mas nunca vi aquilo ser utilizado como deve ser, mas também é verdade que venho cá poucas vezes e pode ser que ele tenha mais utilidade do que aquilo que julgo.

O facto é que esse cartaz de publicidade, como já devem ter visto, está mesmo no meio do passeio. Um invisual que vire naquela antiga loja de alfaias (agora penso que é uma sapataria) e que vire para atravessar na única passadeira que está ao pé da rotunda, que é um pouco mais abaixo, em direcção ao parque de estacionamento depara-se com este cartaz de publicidade no meio do passeio. Ele não é largo mas pareceu-me o sítio menos apropriado para estar. Devia ser deslocado um bocadinho, nem que fosse para ao pé dos bancos ou então retirá-lo porque há outro à entrada da Ponte Nova e não me parece que seja necessário estarem lá dois cartazes desse tipo.

E é tudo. Muito obrigado pela vossa atenção.





**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Tem a palavra o deputado Baltazar Aguiar. Quería só informar o senhor deputado Luís Sousa que ainda tinha quinze segundos.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Senhor Presidente da Assembleia, respectiva Mesa, senhor Presidente da Câmara, respectiva vereação, senhores deputados, senhores munícipes, meus senhores, minhas senhoras. Bom-dia a todos.

Este ponto da ordem de trabalhos é um ponto que é dedicado às questões políticas e é nesse pressuposto, em bom rigor, que irei usar da palavra. Irei tocar três pontos.

O primeiro ponto tem a ver com aquilo que era a nossa proposta, a proposta dos candidatos à Assembleia Municipal de Mirandela pelo Partido Socialista que faziam da cidadania e da participação cívica a sua bandeira por essência. E se alguém em Portugal, se algum português pode ser considerado como expoente máximo da cidadania e da participação cívica, é ou foi, com certeza, o Professor Hernâni Lopes.

Daí que a minha primeira palavra é de evocação dessa grande personalidade, desse grande português, um português de valores, que fez da sua vida uma vida de exercício pleno de cidadania e de participação cívica.

Morreu a 02 de Dezembro de 2010 e ainda que eu não seja (não sou com certeza) a pessoa mais indicada para falar dele, gostaria de deixar meia dúzia de pinceladas sobre o seu pensamento, de quanto poderíamos ter aprendido com ele, de quantos erros poderíamos ter evitado.

Diria, em termos de carreira, os pontos mais importantes em que influenciou toda a nossa vida.

Chefiou a missão de Portugal junto das Comunidades Europeias de 1979 a 1983. Só por isso e por ter negociado a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e merece a nossa memória e o nosso respeito. E foi Ministro das Finanças de 1983 a 1985.

No dia 28 de Março de 1985 quando anunciava que as negociações estavam concluídas, dizia - que todos nós, independentemente da nossa posição política, estamos de acordo - que o mais fácil estava concluído, o verdadeiro desafio começava então. Como nós dizemos que isto era verdade.

Na altura em que foi desafiado para fazer parte do governo do Dr. Mário Soares - de 1983 a 1985 - toda a gente ficou um pouco admirada porque é que ele tinha aceite e ele respondeu desta maneira: entre a Pátria e a Família, optei por servir a Pátria. Gente desta e portugueses destes são necessários. Se não os temos, mantenhamos a memória deles.

Em 1985, quando se avizinhavam as eleições, o Primeiro-ministro Mário Soares pediu-lhe para descer os preços da gasolina. O que é que ele fez? Recusou.

Há vinte anos atrás, algures em 1980, na sua empresa, a SAER, dizia o seguinte: o Ocidente vai ter que se habituar a viver com menos recursos, menos crescimento, repensar o estado social, em suma, gerir o inevitável empobrecimento. Como isto é verdade! O Oriente será mais rico e o Ocidente mais pobre. O primeiro crescerá, o segundo regredirá. Prosperidade por lá e crise por cá.

Dizia em 1980: como poderíamos ter trabalhado e evitado tudo o que se está a passar. Mas ainda podemos hoje tomar algumas medidas ou repensar algumas questões, nomeadamente em relação ao nosso concelho e à nossa cidade.

O Professor Hernâni Lopes considerava as cidades como um vector fundamental de desenvolvimento. Justificava e dizia que a cidade é o ponto de acumulação das capacidades de geração de valor e de transformação da economia. O papel histórico das cidades é serem produtores de riqueza e não apenas consumidores.

A nossa principal falha é termos desde o final da Segunda Guerra Mundial encarado sobretudo a cidade como um consumidor, dando-lhe um rótulo atractivo, que é a qualidade de vida. O problema é quem paga e com quê. Temos de considerar a produção de valor acrescentado que alimenta a qualidade de vida e possa gerar mais valia adicional para todo o conjunto de economia.

Como nós deveríamos reflectir nisto. E nós que estamos aqui para aprovar o Plano e o Orçamento é com esta última citação que eu termino a evocação da memória do Professor Hernâni Lopes e termino-a, não pedindo um voto de silêncio, não vou por aí, mas pedindo que todos nós, na nossa consciência lhe demos um grande aplauso.

A segunda questão que eu gostava de tocar é a questão da saúde. Para mim há aqui alguma coisa de muito estranho e o nosso Presidente da Câmara deve uma explicação à Assembleia Municipal.

Ficamos a saber, não sei se bem se mal, de que através duma negociação, ao que dizem com o seu companheiro de partido, o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste teria acordado a manutenção da urgência médico-cirúrgica. Isto para mim é estranhíssimo, porque se assim é, se tinha essa possibilidade, porque não a exerceu noutras circunstâncias? Se tinha essa capacidade e esse poder de negociação com o Presidente do Centro Hospitalar do Nordeste, porque não o exerceu noutras circunstâncias? Porque é que enveredou por uma campanha que a nada levou? Se houve esse acordo, o que é que não nos foi dito e quais são as contrapartidas? Até quando é que dura esse acordo? O que está por trás

desse acordo? É esta a pergunta que eu deixava, porque a saúde é demasiado importante para que façamos dela jogos de bastidores ou de arremessos e de demagogia político-partidária.

A última questão tem a ver com o parque eólico do Fundo de Desenvolvimento Regional. Devo-vos dizer que no passado mês de Outubro recebi um convite para vir à assinatura do Fundo de Desenvolvimento Regional. Há muitos anos que as questões do desenvolvimento regional me preocupam. Há muitos anos que penso sobre este tema e há muitos anos também que entendo que uma das formas de fazer sair a região do marasmo em que está passaria por uma sociedade de desenvolvimento regional que fizesse a discriminação positiva em relação aos projectos da região. A minha proposta, que cheguei a fazer nalgumas sedes, passava por os bancos serem obrigados a participar residualmente para essa sociedade de desenvolvimento regional. E sempre que se fala de desenvolvimento regional eu digo presente. Ajustei a minha agenda à assinatura deste Fundo de Desenvolvimento Regional e fiquei perplexo por duas ou três razões: como se pode chamar fundo de desenvolvimento regional a um fundo que tem em vista única e exclusivamente as energias renováveis? Aliás, é exemplo da propaganda desta Câmara chamar um elefante a uma formiga, tem sido sempre assim e uma formiga que depois nada dá.

Mas as minhas surpresas haveriam de aumentar e desde logo fiquei surpreendido quando vi que durante esta sessão o Presidente da empresa ganhadora ou quem o representava, não sei se era Presidente, ou quem representava a empresa ganhadora, perdia-se de elogios em relação ao Executivo da Câmara, nomeadamente em relação ao seu Vice-Presidente.

Tudo aquilo me fez espécie.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhor Deputado já ultrapassou os dez minutos.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Eu termino já senhor Presidente.

E mais espécie me fez, quando (vou terminar rápido) verifiquei que o negócio era o seguinte:

A contrapartida da instalação da energia eólica (agora vou levar porrada porque não sei se é a serra dos Passos se é a serra do Franco) seria para a constituição dum fundo em que a Câmara também intervinha mas que a maioria seria da empresa ganhadora da instalação da energia eólica.

Quer dizer tão simplesmente isto: que tudo que se passe e todos aqueles que recorram ao fundo estão sujeitos às decisões, à influência e à maioria da empresa que ganhou a instalação da energia eólica.

Quero-lhes dizer que se o Partido Socialista fosse poder, se nós estivéssemos na Câmara, isto não seria assim porque a maioria teria que ser sempre da Câmara ou do concelho. Não entregaríamos de mão beijada tudo que se passasse sobre energia eólica ou sobre energias renováveis a uma empresa que ganhou uma concessão.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Tem a palavra a senhora deputada Marisa Aranda.

**Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):**

Bom dia a todas e a todos.

Relativamente a este ponto eu gostava de começar com uma questão que julgo ser de grande relevância política e que vai neste sentido.

É assumido pelo Executivo Municipal, nas Grandes Opções do Plano e na Introdução ao Orçamento 2011, que, no essencial, *«mantém-se a orientação estratégica já delineada durante o mandato anterior centrada na implementação de acções e programas que consubstanciam respostas qualificadas aos novos desafios do desenvolvimento local, nomeadamente na distribuição per capita, o distrito de Bragança é aquele que menos recebe, eu gostava de saber qual é a posição da Câmara relativamente a esta redução de transferências para o Distrito de Bragança e consequentemente para o concelho de Mirandela.»*

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Senhor Presidente da Mesa e senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Muito bom-dia a todos.

Já agora vou aproveitar a oportunidade para desejar um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo para todos os presentes. E se me permitem gostaria de entregar este presente à Mesa, como simbolismo (a deputada ofereceu um Menino Jesus).

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado, a mesa irá já informar os senhores. Deputados no fim da intervenção sobre o conteúdo desta oferta.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Não, eu vou dizer, tem um local para ser colocada. É só um simbolismo.

É como simbolismo desta quadra que agora vivemos e gostaria que fosse colocada perto do Pinheiro de Natal que está ali tão sozinho e pobrezinho para não nos esquecermos daquilo que esta época na verdade simboliza, "o Nascimento de Jesus", e é com este sentimento de Natal que afinal de contas é de responsabilidade que vou iniciar a minha intervenção.

O sentimento dominante de quem assume um cargo como este é, antes de tudo, um sentimento de responsabilidade, um sentimento de quem se sente honrado por ter a rara oportunidade de poder servir em democracia as pessoas que elegeram, que neste caso é o povo Mirandense, e, como tal, sinto-me na obrigação, já que aqui estou, de servir os Mirandenses que acreditaram em mim e no partido que aqui represento.

Mesmo não sendo Mirandense de nascença, adoptei esta terra há mais de uma década como minha. Pena tenho que se as coisas assim continuarem tenha que a abandonar em breve.

Segundo o estudo do Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, Mirandela entre 1991 e 2001 teve um crescimento demográfico de 0,8%, pouco mas algum, não é? Mas entre 2001 e 2008 é de menos 1,4% e com um índice de envelhecimento de 181,7%. São valores preocupantes. Há menos habitantes e desses a sua maioria pertence à terceira idade.

O desemprego registado pelo Instituto de Emprego em 2009 era de 1.182 indivíduos e nós sabemos que nem todos os nossos desempregados estão inscritos no Centro de Emprego. Quase 2% da população Mirandense, segundo o mesmo estudo, são beneficiários do rendimento social de inserção. Ainda não há estudos mas parece-me que há Mirandenses com fome. Preocupante, sem dúvida.

Segundo o mesmo estudo, a actividade empresarial dominante é o comércio. Mirandela vive maioritariamente do comércio e no meu entender é o comércio que neste momento está em risco de acabar. Exagero? Não.

A culpa desta vez não é da crise, eu explico.

Neste momento Mirandela é o centro estratégico da região. Todos os habitantes da terra fria, quando se deslocam para Vila Real ou para o Porto, têm que obrigatoriamente passar em Mirandela e já que passam em Mirandela aproveitam para descansar um pouco, comer qualquer coisita e fazer umas compras. É muito normal vermos pessoas de Alfândega da Fé, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Mogadouro, Torre de Moncorvo e até Freixo de Espada-à-Cinta, entre outras, a fazer compras na nossa cidade e a virem ao nosso hospital, apesar dos péssimos acessos rodoviários em alguns casos.

No passado e presente, Mirandela é e foi um centro norte de tudo, mas Mirandela no futuro (permitam-me fazer previsões mesmo sem bola de cristal) vai ficar uma ilha isolada.

Aqui à nossa volta estão a ser construídas novas vias rodoviárias. O IP4 vai passar a A4 e assim para vir a Mirandela vão pagar-se portagens, se continuarem a ser seguidas as mesmas políticas. E o itinerário complementar IC5 que depois de Murça vai directamente para Vila Flor, Alfândega da Fé, Mogadouro e Miranda do Douro, sem terem que passar pela nossa cidade. Eu estou preocupada. Os Mirandenses que vivem do comércio estão preocupados.

A situação sócio-económica que já é preocupante, tal como acabei de referir, tem os ingredientes necessários para piorar.

Será que estamos preparados para não nos tornarmos nessa ilha isolada? Em que é que os grandes investimentos que estão a ser feitos em Mirandela nos poderão ajudar? Em que é que a construção de novas instalações para o IPB poderão melhorar a situação sócio-económica dos Mirandenses se os alunos não nos escolherem para aqui estudar.

Mirandela já teve muitos estudantes no ensino básico e secundário que vinham das localidades atrás referidas. Neste momento os alunos que aqui estudam vêem-se obrigados a partir logo após o nono ano ou a escolher entre pouco mais de duas opções.

O Centro Hospitalar cada vez tem menos valências, digo, emprega menos gente.

Está a construir-se o novo hospital, mas quem vão ser os nossos doentes? Só os Mirandenses? Não será a altura de pensarmos em novas estratégias para a nossa cidade?

Mas uma cidade também tem que ter uma identidade. Qual será a nossa identidade? Sem Carnaval, Festa de Geografia, Jetski, Reginorde, Feira da Alheira, Festa da Nossa Senhora do Amparo (ou pelo menos mais pobre), Colectividades Desportivas Culturais e Sociais, o que nos resta? A fama das alheiras? Não me parece. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Tem a palavra o deputado Rui Magalhães.

**Deputado Municipal Rui Magalhães:**

Mais uma vez bom-dia a todos, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Deputados Municipais, público aqui presente.





Queria aproveitar esta oportunidade, tal como já fiz nestas ocasiões, para protestar com veemência relativamente às restrições orçamentais que vão penalizar fortemente as freguesias deste país.

O Conselho Directivo da Anafre e o Conselho Geral da Anafre, a que eu também pertenço, tomaram posição relativamente a esta matéria e chegaram às seguintes conclusões:

O Orçamento de Estado não cumpre mais uma vez as imposições legais. As Freguesias em 2011 vão sofrer decréscimos de 8,6%, contra 5% dos Municípios portugueses e mesmo aqui o Governo não foi justo.

Este corte de receitas, alocadas às freguesias por força do Orçamento de Estado, vai atingir todas as freguesias, independentemente da sua tipologia.

Para além destas perdas de receitas, há outras que têm a ver com a aplicação universal do aumento do IVA, contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, que se vai reflectir negativamente nas finanças das freguesias portuguesas.

Pelo quarto ano consecutivo há freguesias a perder poder orçamental, a ver os seus orçamentos diminuídos fortemente nas receitas.

Esta situação vai afectar gravemente o funcionamento das freguesias e as respostas sociais que nós temos dado todos os dias.

A Anafre está consciente de que se vive um momento de crise e nós com certeza que teremos que ser solidários relativamente à necessidade de contenção de despesas e de restrição de gastos.

Contudo, não pode aceitar a inviabilização do funcionamento deste patamar do poder local tão próximo dos cidadãos, conhecedor das suas necessidades tão prementes nos dias que vivemos.

Os Presidentes de Junta que aqui estão vão reparar que no próximo orçamento das vossas freguesias as receitas terão forçosamente que ser menores. Posso apenas dar um exemplo: a Junta de Freguesia de Mirandela, a que eu presido, vai receber do Fundo de Financiamento de Freguesias, menos cerca de 12.000 euros. Para uma freguesia, mesmo assim com a nossa dimensão, penso que já é um valor considerável.

Assim sendo, o Conselho Directivo da Anafre e o Conselho Geral da Anafre, chegaram às seguintes conclusões:

Aceitar no limite um decréscimo de 5% para as freguesias por uma questão de solidariedade nacional (infelizmente esta ideia não teve acolhimento no Orçamento de Estado).

A Anafre continua a exigir, também sem sucesso, que nenhuma freguesia deste país receba menos de 25.000 Euros por ano.

Os tempos que se avizinham, ou seja, os próximos 3, 4 anos, de certeza que vamos todos ouvir falar de reorganização administrativa de freguesias, de reorganização do Estado e de Regionalização.

Há imensa gente a fazer estudos sobre esta questão da Reorganização Administrativa das Freguesias, se calhar haverá ideias diferentes sobre esta questão, embora na minha opinião as freguesias, independentemente do modelo de organização, não podem desaparecer como elementos de identidade local. Isso nunca. Podem é organizar-se de outra forma. E venha o que vier aí no futuro, pelo menos que as nossas populações não fiquem a perder. Muito obrigado.

#### **Deputada Municipal Alzira Ramos (PS):**

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara e respectiva Vereação, senhores Parlamentares, meus senhores, minhas senhoras, comunicação social. A todos as minhas saudações cordiais.

Está prestes a terminar o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão social. O ano vai terminar daqui a alguns dias e infelizmente muitos dos projectos para esse ano da luta contra a pobreza e exclusão social ficaram pelo caminho. Várias iniciativas foram tomadas mas, embora ainda não haja uma avaliação precisa de tudo o que foi feito ou perspectivado a médio e a longo prazo, pensamos que não foi um ano de sucesso.

Tudo indica que a crise que alastra mundialmente levou em parte a que certos fossos mais se fizeram sentir.

Eu, nesta esteira de pensamento da linha que trouxe quando chamei a atenção, quando vos falei do Ano Europeu da Luta contra a Pobreza, deduzi, pensei, reflecti e até porque também estou envolvida em projectos na área da economia social, achei por bem falar um pouco do que é a economia social, o que ela tem, o que é que ela poderá projectar a médio e a longo prazo em sociedades que estão em constante mutação e sobretudo muito rápida mutação. Hoje em dia o que é agora já não é logo, não é daqui a um bocado.

Daí que eu vou transmitir-vos algum trabalho que fiz sobre economia social. A Economia Social, mais que uma economia, é um contributo para a democracia participada.

O tema economia social como contributo para a democracia participada é muito amplo pelo que não se esgota numa simples reflexão mas acredito na sua virtualidade e crescente importância. A não esquecer que as suas raízes e potencialidades da economia social, assim reza a história, datam do início da era industrial.

A problemática da economia social não é nova, sendo, no entanto, presentemente retomada dadas as profundas transformações socioeconómicas que afectam as sociedades modernas e que impõem uma reflexão



sobre a mesma e respectivas práticas nas suas diferentes vertentes, particularmente na configuração das formas de regulação social alternativas.

Intensificam-se os processos de globalização económica, acelerando a crise do Estado Social resultante entre outros factores, da incapacidade de sustentação do modelo de regulação monopolista alicerçado na relação salarial fordista.

A impossibilidade de garantir o ciclo virtuoso entre produtividade, consumo e crescimento, como motor da dinamização económica empresarial no seio de cada Estado Nação, traduz-se numa quebra de lucros e, conseqüentemente, baixa de contribuições empresariais para os gastos públicos.

A crise do Welfare State, nomeadamente ao nível financeiro e fiscal, veio evidenciar a subalternização da sociedade civil e dos indivíduos face ao Estado e, bem assim, a sua dependência económica, social e até em muitos casos cultural.

A crise financeira que grassa no mundo decorre da ausência de escrúpulos, fraca moral e ética deontológica na economia e no mundo dos negócios, quer por parte dos indivíduos quer pela parte dos Estados, do individualismo exagerado, das ambições desmedidas, mas acima de tudo, da incapacidade reguladora do Estado, a qual representa uma das suas funções mais importantes, impõem-se novas ideias e espírito de iniciativa.

Neste contexto sociopolítico de crise do Estado Providência, de esgotamento do modelo de crescimento económico e emergência é um novo paradigma que deve ser sustentado, a criação de um estado social evolutivo. Este vê ressurgir a sua importância ao configurar um conjunto de actividades garantidas pela sociedade civil organizada, irá contribuir para soluções de problemas e necessidades sem resposta quer por parte do Estado, quer por parte do mercado.

A Economia Social busca a sua razão de ser em realidades e problemas concretos. Pode mesmo dizer-se que a esperança é um dos seus verdadeiros princípios motores.

Por esse motivo, a economia social tem de ser entendida como uma aposta séria e ter um lugar próprio dentro da sociedade democrática dado que marca com a sua presença múltiplos campos da vida social e colectiva, tais como a educação, a formação profissional, a cultura, a saúde e solidariedade e em muitas outras áreas onde há carência na sociedade, melhorando a qualidade de vida e de bem-estar das populações.

O terceiro sector já possui um vasto património próprio que é sem dúvida um valioso instrumento de cidadania e da prática da democracia directa e participada a que devemos dar todo o nosso empenho e apoio e contribuir efectivamente para o seu sustento, crescimento e desenvolvimento.

Tem sido através do apoio dado a experiências práticas e concretas que alguns países, primeiro apostando timidamente mas depois descobrindo e acreditando que o modelo do terceiro sector dentro da sua complementaridade económica e social com autonomia, traz vantagens reais sobre o modelo individualista privado, exigindo modificações do comportamento das empresas do modelo tradicional capitalista.

Para alguns desses países já não é possível conceber a economia corrente sem se contar com o social. Esta tem-se tornado no espelho do modelo de desenvolvimento da democracia económica, sempre respeitando o ser humano e o meio ambiente.

A economia social é uma economia de raiz nacional, tem uma mais-valia e uma vantagem, não é pertença de outros grupos económicos nem de multinacionais, está sempre sujeita ao controlo dos seus associados e beneficiários, por esse motivo não pode ser deslocalizada e porque não visa a distribuição de lucros, dá melhores garantias de futuro.

A economia social enfrenta e responde positivamente aos desafios da globalização, sobretudo com a criação de muitos novos empregos locais e sem o perigo de deslocalização.

Por isso, o realismo presente no quotidiano das organizações que a integram não as impede de viverem em função do futuro que se quer melhor.

É preciso uma melhor coesão social e uma melhor garantia da qualidade de emprego. Para isso torna-se urgente o apoio ao desenvolvimento das empresas da economia social.

Estas afirmam-se a partir de uma nova e diferente relação entre empregados e entidade empregadora.

A economia social tem demonstrado uma grande sensibilidade na restituição de benefícios para com os seus utentes/beneficiários, apostando nos serviços de proximidade, pelo que está vocacionada para ajudar à fixação das populações a partir da dinamização de amplas actividades.

Perante a reconhecida crise gerada pelo neoliberalismo e pela falta de valores verdadeiramente humanistas, é urgente e necessário reflectir, criar e desenvolver um novo conceito de organização/gestão como o que se aplica na gestão da economia social mais participada.

É urgente dar força à construção de um novo futuro que seja mais participado, mais humano, mais democrático e traga consigo um crescimento económico global justo e sustentado, com um verdadeiro e eficaz combate ao desemprego, à pobreza e à exclusão social.

Numa perspectiva organizativa, a heterogeneidade da economia social aconselha a que esta seja encarada como uma flexível e distendida confederação, ou seja uma verdadeira federação, com uma rede de malha apertada.

Talvez se possa falar, com propriedade de uma confederação de iniciativas.



E para terminar gostaria de fazer a síntese de tudo o que disse.

A Economia Social e a política social, enquanto espaços de intervenção social, apresentam-se assim nos primeiros anos do Século XXI como uma possibilidade efectiva a partir da qual a sociedade civil pode adequar os recursos disponíveis às necessidades dos indivíduos, quer do ponto de vista individual quer do ponto de vista social.

Antes de terminar gostaria de desejar a todos umas Boas Festas e um Bom Ano.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Antes de dar a palavra ao senhor Deputado que está na ordem de inscrições, a Mesa lembra que o pedido de palavra para estes tempos próprios como é o Período de Antes da Ordem do Dia deve ser feito logo de início porque é óbvio que haverá sempre motivos que a Mesa entende para conceder a palavra ou não mas para que a Mesa possa gerir melhor os tempos e com uma certa flexibilidade.

Tem a palavra a senhora Deputada Eduarda.

**Deputada Municipal Eduarda Neiva Rosa (PSD):**

Bom-dia senhor Presidente da Mesa.

Senhor Presidente da Câmara, eu quero prestar só um esclarecimento.

Foi dito aqui pela Dr.ª Fernanda que a Escola Secundária só tem duas opções para os alunos do secundário. Não é verdade e convém a gente informar-se destas coisas antes de as dizer ou de as afirmar.

Na Escola Secundária, para o ensino secundário há quatro opções. Temos as Ciências e Tecnologias, temos as Humanidades, temos as Artes e Económico-Sociais também.

Os alunos não se inscrevem e tomáramos nós que eles se inscrevessem porque muitas vezes temos alguns alunos a pretenderem as Artes essencialmente e temos professores, temos técnicos, temos profissionais aptos a trabalhar com estas áreas que estão muitas vezes sem horas dentro da sua área e com horários preenchidos doutra forma. Contudo, não podemos e como também deverão saber tem que haver o número 20 de alunos a inscrever-se para que a área funcione. Com apenas 8, 9, ou 10, não temos autorização da DREN para que os cursos funcionem.

Muito obrigada.

**Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Senhor Presidente, Elementos da Assembleia Municipal de Mirandela, Exm.ª Vereação.

Eu começo por solicitar ao senhor Presidente da Mesa a compreensão para o facto de voltar ao tema da falta de mobilidade interna no concelho de Mirandela.

Desde a Assembleia de 26 de Fevereiro de 2010 do corrente ano, o CDS/PP tem vindo a solicitar um debate sobre o isolamento a que as populações estão sujeitas. Não quero admitir que o mutismo diria resignado dos senhores Presidentes de Junta seja um sinal de desistência de procurar dar aos seus residentes as condições mínimas de cidadania, principalmente para os mais débeis e necessitados.

Tão pouco admito que a atitude de alheamento aparentemente estratégico das bancadas do PSD e do PS e até do PCP se deva ao desejo de contribuir para o desconhecimento das populações sobre o esforço que o CDS/PP tem desenvolvido.

Surpreende-me, contudo, o silêncio cúmplice do Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, na pessoa do senhor Presidente que não se tem dignado a prestar qualquer informação relativamente às questões que sobre este tema venho apresentando.

Estou convicto que também deve ser sua a preocupação sobre o isolamento e ausência de infraestruturas economicamente viáveis para garantir a acessibilidade das populações, cada vez mais débeis e desertificadas.

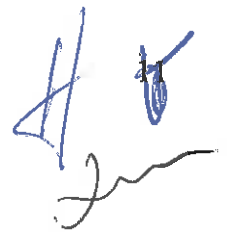
Custa-me acreditar que tem passado ao lado de estudos desenvolvidos por todas as Câmaras em geral e especialmente as de Montalegre, Boticas e Bragança.

Segundo o suplemento de cidades do Jornal Público de 31 de Outubro findo, a Câmara de Bragança está a estudar o problema e vou citar *"Espera-se a participação do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres neste estudo.*

*Também no mesmo suplemento que vou disponibilizar à Mesa, o Director Geral de Transportes de Castela e Leão, reconhece que a mobilidade no meio rural é uma peça fundamental da inclusão social. É uma questão de serviço público".*

Outras experiências são referidas no mesmo suplemento como a solicitação ou chamada em que o Município por telefone ou outro meio informa da sua necessidade para uma central, para que uma central organize os circuitos necessários à sua satisfação. Estou a falar das pessoas que querem ir ao médico, as deslocações necessárias, etc.

Pensando ter contribuído positivamente para o equacionamento do tema, apresento os meus desejos de que, embora em tempo de crise, não sejam esquecidos os mais necessitados.



**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado, a Mesa regista esse pedido e damos a palavra à Deputada Matilde.

**Deputada Municipal Matilde Isabel Machado (PSD):**

Senhor Presidente da Mesa, senhores Secretários, senhores Deputados Municipais, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

Seguindo a linha de pensamento da Dr.ª Alzira e falando mais especificamente de Mirandela, não poderia deixar de falar do Banco Solidário que tem criado ao longo destes últimos tempos diversas iniciativas no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar da população local, nomeadamente das categorias sociais mais vulneráveis e situação de pobreza e exclusão social.

Sendo um agente fundamental de aplicação de políticas de protecção social, desempenhando um papel fulcral na elaboração de estratégias de desenvolvimento social integrado e na criação de respostas sociais inovadoras e sustentáveis.

Com a emergência de novos processos de exclusão social e a persistência de fortes desigualdades sociais, pessoais, especiais subjacentes à problemática da pobreza estrutural, é pertinente uma nova política social, activa e eficaz nas suas medidas de intervenção.

Assim, surgem as campanhas mensais que o Banco Solidário tem realizado e se propõe fazer, bem como um acompanhamento diário e semanal através do seu gabinete de cidadania, gabinete este que pretende proporcionar uma melhor adaptação dos destinatários ao meio social envolvente através do auxílio da resolução dos seus problemas, facultando informação sobre a melhor forma de rentabilização dos seus próprios recursos.

É através deste gabinete que as situações são merecedoras de um estudo aprofundado dos problemas e necessidades da população em questão, residente na cidade e no concelho, porque para nós a solidariedade não tem prazos, não tem limites mas terá sempre o nosso tempo.

Não podemos esquecer a importância que a União Europeia teve, escolhendo o tema específico para uma campanha que visa a sensibilização do público e que tem por objectivo chamar a atenção dos Governos nacionais para um determinado assunto. 2010, que está prestes a terminar, foi o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social. Pobreza é ficar indiferente.

O próximo ano de 2011, será o Ano Europeu das Actividades Voluntárias que promovam uma Cidadania Activa e este é o maior desafio do ser humano: dar aquilo que temos de mais precioso, o nosso tempo.

Assim, esperamos que todos juntos possamos ser voluntários, apoiemos iniciativas de solidariedade, não somente para recolher e distribuir bens mas especialmente para mudar estilos de vida, padrão de produção e consumo.

É belo dar quando solicitado, é mais belo porém dar por haver apenas compreendido.

A todos os Mirandelenses um bem hajam e um Feliz Natal.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Eu nem era para falar mas pedi a palavra ao senhor Secretário simplesmente para dizer ao senhor deputado Faustino que realmente não anda na cidade de Mirandela, está fora ou vem cá de vez em quando e não conhece aquilo que se faz em Mirandela. E isso é que é grave. E é grave porquê?

Porque há um programa de sustentabilidade e mobilidade para a cidade de Mirandela. Não sei se já o leu mas posso emprestar-lho. Então assim poderia vir aqui ao palanque colocar as questões ao Executivo. Esta era a primeira abordagem.

Em relação ali ao senhor Deputado Baltasar que veio para aqui argumentar o que é a cidade mas posso-o aconselhar a ler uns livrinhos do que é a cidade em si e como é que se articula a cidade em termos de periferia e desenvolvimento dessa mesma cidade. Era aquilo que nos dizia este professor de Economia Política. Eu tive Economia Política e talvez fosse importante ler um pouco sobre isso.

No que diz respeito à saúde e que é importante neste distrito e neste concelho, a saúde está conforme o PS a quis. Não venha para aqui com argumentações e com retóricas, isso não vale nada. As pessoas sabem. As pessoas têm necessidades, vão ao hospital e o hospital está porque o PS assim o quis, não tenha dúvidas, não venha para aqui a manipular a informação. Isso é manipulação senhor Eng.º. Como pessoa que eu muito estimo e considero, de certa maneira acho um pouco de demagogia da sua parte vir para aqui empolar situações que o vosso partido criou. Acho que isso não é muito correcto da sua parte.

Em relação ao parque eólico que o senhor vem aqui com pompa e circunstância a falar sobre isso e que eu também por acaso estive nessa sessão, o senhor Vice-Presidente fez uma explanação muito bem feita. Acho que a Câmara em relação àquilo que é pedido foi devidamente bem colocado e na minha perspectiva também aceitaria. A Câmara não vai meter a cabeça debaixo da areia como a avestruz.

Se não há pessoas que querem investir, se há um pouco de luz ao fundo do túnel, eu acho que a Câmara deve caminhar. É evidente que nestas situações os passos devem ser concisos, bem estudados e com a apresentação que o senhor Vice-Presidente fez. A Câmara portou-se com dignidade naquilo que nos apresentou.





**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhor deputado Faustino, vou-lhe dar a palavra mas eu chamo a atenção dos senhores Deputados para o aspecto regimental de uma intervenção que não pode exceder dez minutos e não podendo repetir.

**Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Estou apenas a tentar dar resposta uma vez que foi dito aqui que eu não vivo em Mirandela e de facto não vivo. Vivo em Vale de Gouvinhas e venho só de vez em quando a Mirandela. Portanto, tem toda a razão e também fico muito grato se me fizer chegar o plano de sustentabilidade e mobilidade. Eu gostava de saber em que é que esse plano está a resolver o problema das populações que se querem deslocar à cidade para não serem excluídas. Muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Muito obrigado também. Eu chamo a atenção da Assembleia que temos que cumprir o Regimento. O Período de Antes da Ordem do Dia não é um período de debate propriamente dito.

Senhor Presidente quer usar da palavra?

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Só queria fazer um esclarecimento.

Senhor Presidente e senhores Deputados, venho só esclarecer a Professora Eduarda, uma pessoa que muito estimo e que nos conhecemos muito bem.

O que eu disse é: escolher entre pouco mais que duas opções, eu não disse que só havia duas opções e nós duas sabemos que esta escola já teve mais opções e que vinham inclusivamente - há dez anos atrás, que sejam - pessoas destas ditas terras, de Alfândega, para aqui estudar e que agora não vêm tanto. Era só este o esclarecimento.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado senhor Presidente.

Por muito que gostasse não responder depois diziam que eu não respondia às perguntas formuladas e que o Presidente da Câmara não estava atento à realidade do concelho e eu como normalmente estou atento dentro das situações vou procurar responder no mais curto espaço de tempo.

Começo pelo Dr. Fernando Pilão para dizer-lhe que os funcionários do Matadouro já receberam o mês de Novembro e o 13.º mês, tendo os pagamentos em dia.

Quanto ao futuro do Matadouro, nós achamos que ele tem futuro de várias formas. Na Assembleia de Fevereiro vamos discutir aqui o futuro do Matadouro e nessa altura traremos aqui a solução ou as eventuais soluções para serem discutidas. O que nós garantimos é que os trabalhadores do Matadouro estarão sempre a trabalhar no Matadouro, seja de uma forma ou seja de outra. Esta é a garantia que lhe posso dar.

Em relação à Linha do Tua, devo garantir que ninguém abandonou a defesa da Linha do Tua mas as pessoas são realistas. Se não tiverem toda a Linha do Tua porque a barragem pode não deixar, lutarão com a mesma força pelo percurso da Linha do Tua entre Brunheda e Mirandela para que ela exista e exista sempre. Este é o objectivo essencial das negociações que estão a decorrer com a EDP e com o Governo nesta matéria.

Em relação à saúde e ao hospital de Mirandela, aproveito para também aqui responder à pergunta do Eng.º Baltazar e doutros aqui sobre a saúde e o que estará por trás.

Eu não sei se o Presidente do Conselho de Administração é ligado ou não ao PSD. Eu sei que ele não é militante, senão eu sabia e custa-me a crer que o Partido Socialista, tão sectário que é nas nomeações, tivesse nomeado um militante do PSD para o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Nordeste. Custa-me a crer em termos de aposta nessa matéria, mas se escolheu, escolheu um mau director do Centro Hospitalar de Bragança, pelo menos pelo que é publicamente consensualizado sobre esta matéria. E deixe dizer-me que aqui não há acordos por trás nem na frente, nem na retaguarda. E já de propósito pus a carta do senhor Presidente do Conselho de Administração na Agenda de Mirandela porque acho que todos os Mirandelenses devem ver a carta que ele dirigiu ao Presidente da Câmara Municipal, assumindo aquilo que lá está escrito. O Presidente do Conselho de Administração se o fez por oportunidade política vai ter a consequência a partir de Janeiro.

O que ele transmitiu em termos de tempo, é que em Janeiro, a solução que lá está assumida por ele e dirigida ao Presidente da Câmara, estaria em funcionamento. Se não estiver em funcionamento é porque escreveu essa carta com oportunidade política por ter cá o Secretário de Estado na semana seguinte ou por outro motivo qualquer que só ele pode saber e então nessa altura se não se verificar aquele compromisso que ali está os Mirandelenses irão para a rua mais uma vez, a pedido do seu Presidente e de todos aqueles que o quiserem fazer e se quiserem unir para contestar a importância do serviço do hospital.



Eu como não tenho a mania da perseguição, penso que não há acordos escondidos em nenhum lado, nem existem aqui negócios na saúde escondidos como se possa imaginar ou como o senhor Eng.º Baltazar podia dar a entender.

Em relação às questões do deputado Luís Sousa, dizer-lhe que a situação dos edifícios na zona histórica preocupam-no a si como nos preocupam a nós. Eu penso que preocupam os Mirandenses todos porque é uma questão de segurança. Só que a Câmara nesta matéria tem instrumentos jurídicos mas tem poucos meios financeiros para lhe fazer face.

O que nós pudemos fazer em termos públicos, fizemo-lo num projecto de regeneração urbana de dez milhões de Euros e que já tem lá subjacente a recuperação de três ou quatro edifícios importantes no centro histórico de Mirandela e que são de instituições de serviço público, nomeadamente o edifício dos Socorros Mútuos que também ameaça já alguma degradação extensiva, a igreja da Santa Casa da Misericórdia e umas casas antigas que estão ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Encarnação e que são propriedade da Paróquia de Nossa Senhora da Encarnação.

Estes edifícios em si já estão abrangidos pelo programa da regeneração urbana. Há normalmente dificuldades de negociação para outros edifícios, nomeadamente os que pertencem a privados. A Santa Casa da Misericórdia está a tentar negociar o Solar dos Pessanhas e nem imaginam qual o valor pedido e a forma que isto tem para negociar. Muitos dos proprietários não estão em Mirandela e existem vários herdeiros e nem sempre é possível chegar a consensos, além do valor exorbitante que normalmente pedem. Outro problema tem a ver o prédio da Rua de São Mateus e Rua da Formiga pertença do Dr. Damasceno ou dos familiares. A Câmara anda a negociar há dois ou três anos mas é extremamente difícil negociar com particulares.

No entanto, o que é verdade é que de facto existe essa preocupação e está a ser feito aquilo que financeiramente é possível à Câmara, proporcionando também aos particulares os instrumentos financeiros que já começam a existir, nomeadamente o programa JESSICA e outros. Mas se não houver vontade do particular e se não houver ao menos a vontade de poder vender a outro para poder fazer, é muito difícil intervir nessa área e nesses edifícios.

Em relação à homenagem aos republicanos que frisou, acho que é mais do que justa, acho que a Câmara deve ter isso em conta numa próxima oportunidade. Em relação à remuneração dos professores e auxiliares da Escola de Música, é preciso explicar o seguinte:

Aos funcionários não se deve nada, quero que isto fique claro, nem vencimento, nem 13.º mês.

Quanto aos professores, os pagamentos da Escola de Música obedecem às normas do PRODEP. Aquilo é financiado pelo PRODEP, não é pago pela Câmara Municipal. São verbas que vêm integralmente para o financiamento dos professores, dos funcionários e dos alunos e, portanto, no fim de cada quadro comunitário de apoio e no início de um próximo, nomeadamente no ensino profissional da área artística que está a ter a nível do Governo uma reestruturação que ainda não está perfeitamente definida, só no final do ano, com data em vigor a partir de 1 de Janeiro, era normal que algum atraso se verificasse na transferência de verbas nesta mudança de quadro e nesta mudança de princípios.

Os professores foram alertados para isto no início do ano. Foi-lhes dito que podia esta situação existir no final do primeiro período e também, como o ordenado deles à hora é significativo, penso que o esforço não tem sido tanto, porque eles têm capacidade financeira, ou a maioria deles, para aguentar este espaço de tempo mas foram avisados disto e sabem as regras por que se rege esse pagamento na Escola de Música.

Ainda relativamente à Mini Hídrica o ponto de situação é o mesmo que estava. Esta Assembleia e a Câmara entregaram isto a uma empresa privada que é dona da Mini Hídrica e que tem um contrato de exploração com a Câmara e que está a cumprir. Nada mais do que isto.

Sei que foram adjudicadas várias ao longo do rio Tuela e do Rabaçal que foram objecto de um concurso nacional e que com isso houve uma empresa, penso que é espanhola, que ganhou esse concurso, ou que está em fase de negociação para ganhar esse concurso do conjunto das barragens.

Se há qualquer outra em termos particulares para adjudicar que a Câmara saiba, ainda não existe esse compromisso, quando existir ele é obrigado a ser público através de Edital.

A zona do Barclays e a Estação da CP, é evidente que são preocupações de todos nós e que a negociação que está a decorrer com a REFER para entrega das instalações insere-se no conjunto global das contrapartidas e do encerramento ou não da Linha do Tua por causa da barragem ou por causa da reestruturação da Linha do Tua. Temos que aguardar por essas negociações.

A resposta ao deputado Baltazar Aguiar é dizer-lhe também que sobre a saúde aquilo que lhe tinha a dizer já lhe disse e não tenho mais a dizer do que isto.

Sobre o parque eólico, eu queria que reflectíssemos um bocado sobre isto.

Às vezes acho que as questões são colocadas por questão de defesa do interesse de Mirandela (penso eu), senão às vezes até me atrevia a dizer que podia ser por alguma ignorância das situações concretas que se passam nesta matéria.

Eu passo a explicar:

O parque eólico da serra do Franco, dos Passos e do rei de Orelhão, chamando-lhe assim, porque pode inserir-se nelas todas, foi objecto de um concurso público de 25 Megawatts em que concorreram várias

empresas, tendo ganho a "Perform 3". E ganhou com um caderno de encargos que era valorizado a 50% como contrapartidas regionais e os outros 50% eram com base na tabela que ofereciam para o pagamento da respectiva produção energética. E, portanto, esse leilão decorreu como todos sabem, entre a empresa e o próprio Governo através da Direcção Geral respectiva e era objecto de uma contrapartida regional que incluía a existência de um fundo de desenvolvimento regional por pressão da Câmara Municipal porque podia perfeitamente apenas estar lá um valor estipulado de "xis" centenas de milhares de euros, como fizeram algumas Câmaras Municipais e esse ser a contrapartida regional que nós exigíamos para que o lote de exploração da energia eólica fosse atribuído.

Nós preocupados, não em receber aquele dinheiro líquido para a Câmara, mas com algum desenvolvimento regional que pudesse gerar, prescindimos da verba monetária de que tínhamos direito por aquela contrapartida e exigimos em contrapartida a constituição de um fundo regional que o dinheiro que desse, fosse para esse fundo para fazer face a vários projectos que surgissem no domínio relacionado com as energias eólicas e com a suficiência energética e com outro tipo de acções que estivessem relacionadas com as energias eólicas e com as energias alternativas.

Assim, esse fundo surge nesta perspectiva e nesta perspectiva o que é importante e o que custa ouvir é dizer que a Câmara fez um mau negócio, quando em vez de querer receber os 500.000 euros optou pelo Fundo de Desenvolvimento. Esse fundo serve para desenvolver outras matérias, nomeadamente a suficiência energética, onde todos possamos ganhar e onde os particulares e municípios do concelho de Mirandela ou outros possam socorrer-se como capital inicial, para montarem nas próprias casas ou nas próprias empresas, aquilo que devem ter e que normalmente não têm – o capital próprio – para o desenvolvimento de iniciativas que levem à poupança de energia ou que levem à suficiência energética.

Quando me diz: mas a Câmara não controla o fundo de desenvolvimento regional. Se ler bem o regulamento do fundo, esse óbice só dura cinco anos. Passados cinco anos qualquer entidade pode mudar o capital social das duas e entrarem vários particulares no capital social. E mais, ele é feito de acordo com a lei, porque se não sabe, fica a saber que a lei que regula na parte da matéria eólica e está lá escrito, esses fundos têm que ter 51% obrigatoriamente da empresa que vai explorar o lote porque a empresa que vai explorar o lote tem que fazer a contrapartida regional à cabeça e está lá escrito que tem que ter 51%, que é a ela que se deve a concretização do dinheiro. E como quem paga é quem manda, quem lá põe o dinheiro tem que ter a maioria porque eu não ponho dinheiro onde não mande, porque a Câmara não põe lá dinheiro nenhum, a Câmara soma as rendas dos anos todos para esse fundo e ao longo de 20 anos é que o realiza e a partir de cinco anos pode comprar capital como qualquer particular. Esta é uma questão que eu quero que fique clara.

Das palavras do Eng.º Baltazar ficavam duas coisas:

Ou a Câmara cometia uma ilegalidade ou não havia adjudicação desse lote a nenhuma empresa e ficávamos sem energia eólica no concelho de Mirandela.

As outras questões que levantou sobre o pensamento do Dr. Hernâni Lopes, acho muito bem que cada um o faça, que cada um de nós faça as reflexões, cada um interpretá-las-à de acordo com aquilo que lê. Eu não sei nem quero discutir quais são as ideias, ou quem conhece melhor ou pior. O que eu acho é que tudo que ele legou deve ser atendido ou já devia ter sido atendido ao longo dos anos por todos, quer entidades públicas, quer entidades municipais, quer o próprio Governo. Se todos seguíssemos o que o Dr. Hernâni Lopes pensava ou executava, de certeza que tudo estaria melhor, inclusive a vida municipal, não tenho qualquer dúvida nesse aspecto.

À deputada Marisa Aranda, sobre a posição do Piddac, deve lembrar-se que na altura própria foi tomada uma posição pública pela Câmara Municipal e até pelo partido a nível distrital contra o Piddac para o distrito de Bragança dizendo que ele nem sequer era a distribuição de um Piddac mas sim a exclusão do Distrito de Bragança ou o abandono do Distrito de Bragança por parte do Governo neste Piddac.

Essa foi uma posição pública que hoje é actual e que não tem qualquer investimento público no Distrito.

Mesmo os dois ou os três concelhos que estão contemplados, as verbas que lá estão ou são de obras que já estão em andamento ou que têm apenas uma pequena verba para iniciar o projecto de construção, nem sequer tem obra fixa realizada.

É evidente que há quem discuta que se as verbas agora têm que estar em Piddac ou não, ou se não há fundos que vêm por outros programas que compensem estas verbas. É verdade que existem porque existem já Piddacs regionalizados por cada sector, dos próprios Ministérios, que dão para às vezes construir alguns equipamentos que não precisam de vir no Piddac nacional discriminados. Isto também é verdade.

Respondendo à deputada Fernanda Cerqueira, dizer-lhe que o estudo que leu, gostava de o ver e não estou a dizer que é idóneo ou não mas é completamente errado.

Dou-lhe já dois dados que pode comprovar:

Nos Censos 2011 que vão começar agora a ser feitos em termos de realidade e portanto que a previsão dos dois únicos concelhos que crescem no Distrito de Bragança e que crescem e que não descem em relação a 2001, é realmente Mirandela com 2,8%.

Vamos ver se o Censos que estão para ser feitos – vamos comprovar isso dentro de seis meses – correspondem ou não correspondem a esta realidade que nós já temos *a priori* e não com diminuição de 0,8%,

mas com um aumento de previsível 2,8% ou mais no concelho de Mirandela, para dizer que ainda é dos concelhos que cresce em relação em todo o Trás-os-Montes e em toda a região transmontana. Quem a visse fazer esse diagnóstico com base nos dados que pensou, devia pensar que estamos ou no concelho de Alfândega da Fé, ou de Carrazeda de Ansiães ou de Vila Flor.

Mas digo-lhe uma coisa. Quando se fez o IP4 levantaram-se também nesta Assembleia umas intervenções parecidas, garantindo que Mirandela ia deixar de ter nada, que passava o IP4 e levavam os carros e os camiões e ninguém cá passava.

Felizmente, fez-se o IP4 e continuou Mirandela a crescer, conforme provam esses dados estatísticos. Eu espero e tenho quase a certeza absoluta que o que vai acontecer mesmo depois dessas ligações é que cada vez mais Mirandela vai ter centralidade, porque chegando mais rápido àquelas terras mais as pessoas vão ficar em Mirandela.

Quando diz que noutras alturas vinham doutros concelhos para aqui e agora não, isto é fácil de explicar. É que esses concelhos também evoluíram, tendo nas suas terras e nas suas escolas, o 2.º ciclo que não tinham, o 3.º ciclo que não tinham e outros elementos que faziam com que as pessoas forçadamente vinham para aqui como noutros tempos os de Mirandela, ou iam para Chaves ou iam para Bragança porque aqui não tinham. E este esforço contínuo está a ser feito, é visível e, portanto, ainda bem que este esforço é feito porque nós não ganhamos nada com a desertificação dos outros, nós ganharemos se os outros também crescerem e não queremos uma sangria dos outros para aqui para dizer que aqui recebemos gente, queremos que os outros tenham gente para que ajudem também a desenvolver Mirandela.

Uma terra que se queira impor não pode ser à custa das outras mas tem que ser com as outras somadas e afirmando-se nesse conjunto. Esta é a minha opinião sobre o concelho de Mirandela e sobre o futuro do concelho de Mirandela. Acho que essa centralidade ainda vai aumentar muito mais e se vai verificar ainda mais em Mirandela.

Quanto à outra observação que fez, fico contente que o CDS/PP que tanto criticou noutros anos quer a Agenda Municipal, porque não se acabava com a Agenda Municipal, quer com tantos eventos que fizemos aí e que era um desperdício de dinheiro pela propaganda para o Presidente da Câmara e que agora que eles tenham que ser limitados com base na crise e com base em alguns argumentos económicos, o CDS/PP seja um apoiante forte destes eventos e ache que eles eram essenciais para o desenvolvimento de Mirandela.

Vale mais tarde do que nunca que esta razão venha sempre ao de cima.

Ao deputado Faustino quer os outros não tenho aqui nada de perguntas.

Já se interrogou se não será da sua parte também um excesso de preocupação sobre a mobilidade quando tanto o Presidente da Junta, a Câmara Municipal, os grupos municipais, não são eles também a ver que a mobilidade é um problema que ponha em causa a estratégia e a inclusão do concelho? Já se interrogou se por causa da sua preocupação que existe, ela não será assim tão grande que não terá eco nas bancadas, nas juntas, não será porque existe alguma mobilidade e que isso ainda não é a preocupação essencial? É que nós também devemos colocar-nos nessa perspectiva, nem sempre o que nós levantamos pode ser compreendido pelos outros e os outros podem não sentir as coisas da mesma forma.

O que eu acho é que é essencial que se estude a mobilidade não para que haja mais mobilidade, porque essa é sempre necessária, mas para sustentar essa mobilidade.

Senhor Presidente, eram estas as respostas que queria dar e muito obrigado.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Terminou o Período de Antes da Ordem do Dia e passamos agora ao Período da Ordem do Dia.

**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**4.1- APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**

**Presidente da Assembleia Municipal:**

O senhor Presidente quer dar alguma informação sobre este ponto 4.1? Não, então faça o favor senhor deputado Faustino de usar a palavra.

**Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Muito rapidamente, era para lembrar que nas deliberações do Executivo não se referiu à Adesão do Município de Mirandela à Qualifica e à Agência de Energia de Trás-os-Montes e como são duas adesões que eu espero que quando for a altura da apresentação do Relatório de Contas venha também o que é que se fez de efectivo nestas duas adesões.





Eu gostaria que elas ficassem claras mas nós aderimos à Qualifica para desenvolver todas as iniciativas comerciais e industriais no concelho e a Agência de Energia de Trás-os-Montes também foi apresentada como algo que vem a ajudar a resolver este problema com maior qualidade.

Em contrapartida, por acaso tem aqui uma coisa que eu não sei bem o que é “o acordo de parceria de concepção, desenvolvimento e implementação da infraestruturas tecnológica de apoio à rede de lojas interactivas do turismo”, não sei bem o que é isto, noutra altura hei-de perceber.

Em relação ao plano de contenção de despesas, todos nós nos congratulamos com os resultados até agora conseguidos. Estou perfeitamente de acordo com o apoio às colectividades que teve um corte de 10% mas quando comparo esta intervenção do senhor Presidente com o que foi assinado pelo senhor Presidente na Agenda de Mirandela. (não vou agora pronunciar-me se deve haver a Agenda ou não).

Na Agenda diz, reduzir 10% a todos os subsídios das colectividades desportivas.

Ora, eu concordo com a intervenção do senhor Presidente na redução de 10% na verba global, mas não concordo com aquilo que foi escrito na Agenda, porque reduzir 10% a todos os subsídios e colectividades desportivas, então lembro uma coisa. Nós votámos aqui um regulamento de atribuição de subsídios, etc.

Então agora todos os subsídios hão-de ser objecto de análise, de acordo com o que foi aqui decidido e não podemos dizer que vamos cortar 10% àquilo que já foi o ano passado.

**Deputado Municipal Carlos Fraga (PS):**

Muito bom-dia senhor Presidente e senhores Deputados.

Em primeiro lugar peço desculpa pela minha presença tardia por motivos imperiosos e pouco agradáveis.

Da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal queria desde já fazer breves considerações, nomeadamente resultante das deliberações do Executivo, em que fala da atribuição de subsídios ao Conselho da Fábrica da Igreja de S. Bento. Eu aqui ponho um ponto de interrogação porque eu acho que não foi ao Conselho da Fábrica mas à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Ó, assim como na mesma linha a atribuição de subsídio à Comissão da Festa de S. Sebastião.

Fica aqui um reparo da minha parte e ao mesmo tempo uma sugestão.

Em tempo de austeridade e de crise severa, eu penso que os subsídios para festas de bairros da cidade e até das aldeias deviam, se não forem abolidos, ser suspensos porque há outras necessidades e as festas noutros tempos também se fizeram sem subsídios da Câmara Municipal e nos últimos anos qualquer festa vinha bater às portas da Câmara a pedir subsídio.

São dois subsídios que aqui estão atribuídos que eu não recebo de bom grado. É preferível e dentro das possibilidades financeiras que a Câmara tiver, apostar mais um bocadinho no evento e acontecimento principal da cidade que são as festas da cidade, de Nossa Senhora do Amparo e apoiar a Confraria de Nossa Senhora do Amparo nesse aspecto porque ela está incumbida quer da realização religiosa quer das grandiosas festas em honra da Padroeira, Nossa Senhora do Amparo, e, portanto, é preferível ajudar a Confraria agora encabeçada pelo senhor Deputado e Confrade Professor Eduardo Almeida, a quem saúdo e aos seus pares.

Quanto ao resto, a isenção de taxas de festas que a Câmara atribui devido à sua inerência, acho que já é uma boa ajuda. Agora subsídios para as festas de bairro, de aldeia, neste momento acho que não estamos em altura disso.

Sobre o Conselho Municipal de Segurança de Mirandela, queria dizer aqui uma palavra de apreço, de mérito, pela positiva, porque ele foi então empossado, o tema foi afluído e foi aqui trazido e, portanto, da discussão nasce a luz, despertam-se em cada um de nós certas necessidades que se não foram ontem são hoje.

Dos 25 elementos que o compõem, apenas um reparo, é que apenas compareceram à tomada de posse uma média de 55%, ou seja, houve 45% de faltosos desses membros e isso é que eu aqui lamento e manifesto com algum desagrado, quando se quer esse Conselho Municipal com toda a sua eficácia, com toda a sua força, com toda a sua produtividade. No meio destas faltas, porquê os representantes da Vila de Torre de D. Chama e estou a referir-me à Junta de Freguesia, Bombeiros Voluntários, GNR, nenhum compareceu. Acho isso também estranhíssimo, deixem-me assim dizer.

No entanto, queria congratular-me e esta era uma preocupação minha e de todos nós, que tinha a ver com o policiamento na cidade, com a nova esquadra que está pronta, como o senhor Presidente já afirmou e que pelo Ministério da Administração Interna a seu tempo irá ser inaugurada, que este Conselho Municipal de Segurança então já deu através de ofício, conhecimento ao senhor Ministro da Administração Interna deste problema grave que temos que tem a ver com a segurança e com o policiamento da nossa cidade porque precisamos de ter uma polícia que seja actuante no sentido pedagógico, no sentido fiscalizador e não nos limitarmos a termos aí um contingente que ande só atrás do cidadão, ao menor deslize, para nos ir buscar os poucos Euros que temos na carteira.

Depois, do plano de contenção de despesas e aumento de receitas do Município, eu registo aqui também com muita satisfação que se fala da renegociação de vinte e três contratos de seguro em que resultou uma poupança de cerca de 50% dos custos. Eu queria dizer com isto, excelente. É bom que se tenham conseguido estes resultados.





Quanto os vencimentos ilíquidos do senhor Presidente, dos senhores Vereadores a tempo inteiro, da tal redução de 5%, é um bom exemplo de antecipação para aquilo que se avizinha, a partir do próximo mês de Janeiro.

Quanto ao apoio às colectividades, teve um corte de 10%. Este corte foi para todos igual? Com que critérios? Isto de colectividades deixa-me esta interrogação muito grande. É sabido que há colectividades que efectivamente existem, trabalham, estão no terreno, movimentam pessoas, criam utilidade pública, essas sim são colectividades e há outras colectividades, hoje até é fácil fazê-las. Existem no papel mas não funcionam. Naturalmente a Câmara Municipal deverá ter aferido e deverá continuar a aferir daquelas que realmente são colectividades e assim haverá a redução dos 10%, mas que seja sempre primordial, que se veja a envolvência, a acção e trabalho que cada colectividade está a desenvolver. Caso contrário, meus amigos, é bom para dizer se as colectividades não funcionam e diz o nosso povo, corta-se o mal pela raiz, então não se corta 10%, nem 20%, corta-se tudo. É a minha opinião que fica aqui sobre este aspecto.

Sobre as próximas eleições para a Presidência da República, também é louvável a iniciativa da Câmara quando se preocupa, que quer que todo o processo eleitoral venha a ser cumprido com rigor e qualidade, ao dizer que vai convocar os 37 Presidentes de Juntas de Freguesias para ter uma reunião onde serão dadas directivas no sentido que tudo venha a decorrer da forma mais justa e mais honesta nas 69 mesas de voto. Eu espero que em termos das pessoas que vão fazer parte das mesas eleitorais, que haja equilíbrio, que haja rigor, que haja isenção, competência, até porque as eleições presidenciais não são eleições de nenhum partido. Temos que olhar para estas eleições e também para outras, se calhar inicia-se aqui uma boa lição, mais vale tarde do que nunca, porque havia esta concepção e eu também passei por algumas experiências, o senhor Presidente da Junta A, B, C, ou D, que eu quero, posso e mando, nomeio quem eu quero e deixo de fora quem eu quero. Eu acho que se as pessoas são competentes, vamos despir as sensibilidades políticas ou as cores do partido e vamos ser isentos e trabalhar com qualidade e rigor.

Continuação de bom trabalho e Boas Festas para todos.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):**

Também muito brevemente, relativamente ao ponto sete, Plano de Contenção de Despesas e Aumento de Receitas do Município de Mirandela, para dizer o seguinte:

A forma como isto está apresentado, antes de mais louvo a iniciativa do Executivo em conter as despesas, penso que tem de ser uma preocupação do presente, deveria ter sido uma preocupação no passado, espero que continue a ser uma preocupação no futuro.

Relativamente a este plano que diz ter sido implementado no dia 05 de Julho de 2010, de facto foi dado conhecimento a esta Assembleia. Penso de qualquer das maneiras (peço desculpa se estiver errado nisto, não ter recebido um exemplar desse plano), gostaria e penso que era útil à Assembleia ter conhecimento de qual é a estratégia porque o plano obviamente que não é um conjunto de acertos pontuais, nós sabemos isso e penso que não é isso que está a ser feito.

Há uma estratégia, há um conjunto de objectivos a cumprir, há uma calendarização desses objectivos e nós gostaríamos de acompanhar este processo porque nos interessa e tem a ver directamente com as finanças da Câmara.

Há aqui vários pontos, a forma como isto foi apresentado é natural, isto é uma comunicação do Presidente e, portanto, é natural que tenha um cunho político e que apareça um pouco da forma de prenda de Natal no sapatinho, de medidas que são todas elas muito boas.

Este corte que se verificou por exemplo relativamente à renegociação dos 23 contratos de seguro, numa redução de 50%, é bem vinda, mas eu pergunto se isto não poderia ter sido feito no passado. Continua a ser feito no futuro? O dilema é este, como não tenho uma visão global do plano, eu fico sem perceber se isto é uma iniciativa pontual ou se vai passar a ser política de se fazer anualmente ou num mais curto espaço de tempo, renegociação dos contratos, sempre que possível para poupar a Câmara.

Depois há aqui outras passagens, tipo as facturas de telemóvel diminuíram 28%, tendo sido barrados os telemóveis a partir de certo valor, isto deixou-me assim um bocado...quer dizer, mas andavam para aí telemóveis com contas brutais. É que isto tem acontecido em várias Câmaras Municipais, Empresas Municipais, é do poder local que eu falo e isto é preocupante e é por isso que as pessoas se chateiam com os cortes que estão a ter agora, de salários, com a subida de impostos, etc., impostos de consumo e por aí adiante, as pessoas têm que se chatear com estes gastos desnecessários, com estes desperdícios. Quando isto é colocado aqui assim eu fico logo com a suspeita que sim, que andavam para aí telemóveis com contas exorbitantes e esse controle é preciso ser sempre feito, que eu compreendo perfeitamente que muitas vezes isto escapa a quem manda.

Há outras questões também, houve uma diminuição nas despesas de fundo de maneio do Gabinete do senhor Presidente. Congratulo-me por isso. Não tenho noção de quanto é que é o valor absoluto, há uma redução de 73,95, que me parece de facto extraordinário, é uma diminuição substancial, não me refere se o mesmo também se passa para os Gabinetes de apoio dos Vereadores. A questão dos 5% dos vencimentos

ilíquidos, tanto quanto sei, penso que isso também está dito no GOP, isto é em função do Orçamento do Governo, nem é uma medida de iniciativa local, é uma obrigatoriedade.

Quanto a estas reduções dos consumos de energia eléctrica, tantas vezes aqui referi, inclusive, uma vez trouxe cá um programa da ERSE, que esta Câmara não se candidatou que previa a redução de consumos nas instituições públicas e que na altura deixaram escapar esse financiamento que servia entre outras coisas para a substituição de todo o equipamento luminoso por lâmpadas de baixo consumo. Temos que andar atentos a esses programas. Dentro da Câmara tem que haver um staff que tem que andar atento a outras fontes de financiamento. Estou farto de repetir esta necessidade. Não podemos estar só a pensar nas transferências do Estado e daquilo com que já contamos todos os anos.

E pronto, grosso modo é isto, louvo o esforço, teremos oportunidade também de falar dele também na discussão do Orçamento e do Plano, mas, se possível, distribuam uma cópia deste plano de Contenção.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

O senhor Presidente quer intervir sobre estas questões?

**Presidente da Câmara Municipal:**

Eu só queria dar uma explicação simples porque parece que não foi entendida a redução dos 10%. Uma coisa não tem a ver com a outra. O que está aqui proposto neste plano de contenção de despesas é uma redução global dos subsídios atribuídos. Pode é depois haver cortes diferenciados consoante a avaliação que for efectuada das actividades e necessidades de cada colectividade.

Em relação ao Luís Sousa, devo dizer-lhe que acho que o Plano Contenção já está disponível na Internet mas se não está vamos colocá-lo lá. Ele tem subjacentes três objectivos em termos de estratégia global:

Primeiro, que no final de 2013 não haja dívida a fornecedores, eu não digo a médio e longo prazo, digo a fornecedores e a empreiteiros locais e de obras da Câmara Municipal.

Segundo, que as obras participadas, aquelas que são financiadas a 80 e a 85% a partir do próximo ano, sejam feitas, naquilo a que a Câmara se puder candidatar e só essas, se houver dinheiro, só para essas.

Em terceiro que este emagrecimento não seja provisório mas tenha reflexos da estrutura da Câmara no futuro.

São só estes os três objectivos.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Alguém quer intervir? Paulo Pontes? Mas é sobre este tema, penso eu. Faça favor.

**Deputado Municipal Paulo Pontes (PSD):**

Bom-dia a todos, senhor Presidente da Assembleia, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores.

Eu fico de boca aberta quando se fala dos Presidentes de Junta. E nesta Assembleia só se fala dos Presidentes de Junta ou para criticar ou para os ignorar.

Ouvi agora da parte do senhor Fraga (não sei se bem interpretado da minha parte, se não) pôr quase em causa a seriedade dos Presidentes de Junta quando fazem as nomeações dos membros das assembleias de voto porque os Presidentes de Junta se calhar têm alguma coisa na cabeça que faz com que seja este ou seja aquele.

Falar-se de contenções e não sei quantos...eu mais admirado fico é quando nos obrigam a mandar cartas registadas para toda a gente, que de acordo com cada processo eleitoral tem ligação a esses processos e depois estamos nós lá nas Juntas de Freguesia à espera que apareçam os senhores porque exigiram uma carta registada e depois nem aparecem, nem dizem porque é que não aparecem e depois o processo é o mesmo e os Presidentes de Junta é que têm que nomear.

Em relação às contenções, então aqui é que eu fico de boca aberta, está-se a colocar o caso de 10% que se tira às colectividades, numas será mais, noutras será menos, e não ouvi aqui uma única pessoa da Assembleia Municipal a questionar se as Juntas de Freguesia também ficam sem menos 10, sem menos 15...este ano acho que todas elas ficaram sem menos 100%, presumo eu. Parece que há alguém que não ficou mas pelo menos a grande maioria ficou sem 100% daquilo que recebiam anteriormente.

Questiono se há controle da parte de quem atribui os subsídios às colectividades da forma como é que esse subsídio é gasto, se há controle porque eu não sei se há alguma colectividade que ponha alguma actividade em prática e que essa actividade requeira da parte da população a ida a essas actividades ou outro tipo de eventos e se essas colectividades não cobram e não exigem da parte das pessoas que lá vão dinheiro para assistirem ou estarem presentes. Depois os filhos das pessoas que usufruem dessas colectividades, se não pagam uma quota para as poderem frequentar.

Portanto, eu questiono porque não concordo com 10%, concordo é com 50, 60, ou 70%, onde esse dinheiro é gasto. Seria até por aí que poderia haver uma grande redução de custos.

Eu estou à vontade para dizer isto porque sou Presidente duma Associação Cultural que está legal, publicada no Diário da República, tem todos os estatutos e se calhar, eu nem devia dizer isto, mas a Associação Cultural e Desportiva do Franco nunca pediu um subsídio à Câmara. Se pediu foi uma vez e também não há dinheiro, se não há dinheiro então nunca mais peço e não tenho que dar justificações da forma como é que gasto ou se gasto o dinheiro que conseguimos angariar.

As Juntas de Freguesia parece que são sempre as grandes penalizadas e que eu saiba em muitas freguesias a “colectividade” que existe nessa freguesia é a junta de freguesia.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

O senhor Presidente quer prestar algum esclarecimento? Não.

Está então encerrado o Ponto 4.1.

#### **PONTO 4.2 - C. M. M. – Orçamento, Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos para 2011.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06 de Dezembro de 2010 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 votos contra, 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP e 4 votos a favor dos membros do PSD, nos termos propostos:

- 1 – Aprovar as Grandes Opções de Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2011, que integra o mapa de pessoal conforme disposto no n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 3.º e 5.º de Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro;
- 2 – Aprovar o pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia nos termos do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objectivos definidos;
- 3 – Aprovar o pedido de autorização genérica para contracção de Empréstimos a Curto Prazo nos termos do n.º 7 do art.º 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro;
- 4 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Está aberto o período de inscrições. Fernanda Cerqueira, Marisa Aranda, Fernando Pilão, Paulo Pinto, Nuno Sousa, Humberto Cordeiro, Luís de Sousa, Baltazar Aguiar, Miguel Ângelo e António Figueiredo. Penso que está tudo para já.

Permitam-me só chamar a atenção de que de acordo com o novo Regimento aprovado por esta Assembleia na discussão das grandes opções do Plano, PPI e Orçamento, os deputados municipais podem intervir duas vezes, sendo a primeira de dez minutos, a segunda de cinco minutos, ou, dizendo à Mesa, utilizar apenas um período de 15 minutos. É isto que diz claramente o Regimento. Vamos então iniciar as intervenções.

**Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):**

Pretendia que me esclarecessem algumas perplexidades que encontrei no Orçamento, nomeadamente nestes aspectos:

Retomando a questão da Linha do Tua e foi por isso que eu no Período de Antes da Ordem do Dia falei nesta questão, vejo que a Câmara vai acabar com a participação do Metro Ligeiro de Mirandela, o que pressupõe que se quer manter a utilização da linha, como disse, da Brunheda até Mirandela. Qual é a solução então que a Câmara tem em mente já que pretende abandonar a participação que tem na sociedade actualmente existente? Por isso é que eu disse que a Câmara de Mirandela ao acabar com a participação pressuporia naturalmente um abandono relativamente à questão da defesa da Linha do Tua.

Depois, na redução de custos com pessoal, chamo a atenção de que as pessoas que trabalham nesta Câmara, ao contrário de outras Câmaras, nomeadamente o distrito que tem doze autarquias e que só a Câmara de Mirandela e outra não procederam a essa correcção e podia fazê-lo, isto é, não alterou o posicionamento remuneratório facultativo que podia ter feito e não o fez, mantém essa intenção neste Orçamento e mantém essa intenção porque não se pode tirar outra conclusão, de que na página “1”, diz: “alteração facultativa do processamento remuneratório, dá-se para este efeito ou prevê-se 500 Euros, cerca de 100 mil escudos, para alterações nos vencimentos dos funcionários desta autarquia”, o que equivale praticamente a zero.



Por outro lado, a perplexidade está nisto também. Prevêem-se prémios, condecorações e ofertas de 40.000 Euros mas para aumentos do pessoal apenas 500 euros.

Por outro lado, também e nas transferências correntes, não se entende e gostaria que fosse explicado porque é que há aqui uma verba de 1.145.000,00 euros para instituições sem fins lucrativos.

Passando às transferências de capital, neste mesmo ponto "*instituições sem fins lucrativos*", temos quase um milhão de Euros.

Não será que a Câmara anda a financiar a má gestão de algumas instituições de solidariedade social que fizeram obras, que fizeram investimentos e que agora vêm bater à porta da Câmara para que as paguem? Eram só estas questões que eu queria esclarecidas.

**Secretário da Assembleia Rui Magalhães:**

Deputada Municipal Fernanda Cerqueira, por favor.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Ainda bem que o senhor Presidente tem uma visão tão positiva relativamente a este concelho. Eu acho que muitos de nós não temos essa visão e só queria dizer mais uma coisa. As situações que temos é o agora, não interessa o passado e no CDS/PP eu estou há muito pouco tempo, sou independente até, pelo que não sei porque continuo a ser julgada por coisas do CDS/PP do passado.

Antes de mais, política dos 3 r's, os meus alunos sabem que se trata de: reduzir, reutilizar e reciclar, já não é a primeira vez que é enunciada nesta Assembleia tal e tão importante política, que sem dúvida se pode adaptar ao nosso Município, já que:

**Reduzir** é diminuir a quantidade de lixo residual que produzimos, é especialmente adoptar hábitos de adquirir produtos que sejam reutilizáveis.

**Reutilizar** é utilizar várias vezes a mesma embalagem. Com um pouco de imaginação e criatividade podemos aproveitar sobras de materiais para outras funcionalidades.

**Reciclar** é transformar o resíduo, antes útil, em matérias-primas ou novos produtos.

Dizer que a política dos 3 r's é reduzir, reavaliar e responsabilizar e assumir isso mesmo como política deste Município, é dizer a todos os Municípes que afinal de contas os Municípes poupam e pagam e o Município esbanja.

O que estamos aqui hoje a debater é de máxima importância para nós e para os Mirandelenses. É evidente que tem que se ter um aumento de preocupação do Município em promover o equilíbrio das suas contas públicas e não apenas em situações de crise, mas sim, sempre que estamos a utilizar dinheiros que não nos pertencem, pois no orçamento pode ler-se "o exemplo para as famílias deveria vir sempre dos agentes da administração pública". Eu diria antes que os agentes da administração pública deveriam aprender com os exemplos da maioria das famílias, que gere o seu pequeno orçamento com muita dificuldade e que reduzir, reavaliar e responsabilizar é feito dia a dia, todos os dias.

Será que esta tão publicitada crise vai servir para alguma coisa, será que esta crise não será consequência da falta de reavaliação e de responsabilidade a que todos nos permitimos? Temos de olhar para a crise de uma forma mais responsável, aprender com os erros e não cruzar os braços. Todos nós tínhamos consciência de que as coisas estavam a ficar insustentáveis. Acham justo que para aumentar as despesas, se aumentem as taxas cobradas ao nível do saneamento e desse modo caminhar para o equilíbrio sustentável do sistema? Esta não é uma medida que vá afectar apenas os elementos da oposição. Que eu saiba vai sair do bolso de todos nós que temos uma família para alimentar.

Trago aqui a minha factura-recibo da água do mês de Novembro e como sou poupada, porque tenho necessidade de o ser, o meu pai sempre me ensinou que devemos guardar da risa para a chora, se é que me faço entender.

Ora bem, gastei então este mês 15 m3 de água, paguei por essa água 14,95 Euros, quase um euro por m3, caro, barato, não discuto.

Mas na factura ainda vêm mais as seguintes despesas: disponibilidade de caudal: 3,50 €, tratamento de saneamento: 4,5, tratamento de lixos: 2,90, taxa de recursos hídricos da água e taxa de recursos hídricos de saneamento, respectivamente 0,26 e 0,15 e Iva a 6%, isto tudo soma um total de 12,92 €, de taxas, em 14,95 € de água efectivamente gasta.

Corresponde isto, nada mais nada menos que a um aumento de 86,42% na factura da água.

De quanto mais será necessário o aumento para que possa haver um equilíbrio sustentado do sistema?

Aos Mirandelenses, a despesa com a factura da água já pesa o suficiente.

Continuando a falar do aumento de receitas, acham justo que no próximo ano seja retomado o estacionamento taxado? Mais dinheiro que vamos pagar numa altura em que a crise é, sem dúvida, para as famílias um constante aumento de taxas.

Por sua vez, este orçamento está orçamentado para este estacionamento tarifário, no interior do centro histórico, uma empreitada no valor de 72.000,00 €. Esse também é dinheiro que nós pagamos e, afinal de



contas, qual é o saldo para o Município, quantos anos vai demorar a Câmara a receber por meio desse tarifário os 72.000,00 € que vai gastar? Qual foi o "R" aqui aplicado?

Vou relembrar o que diz o orçamento e passo a citar:

**"A missão do Município de promover o desenvolvimento sustentado e a elevação dos padrões de qualidade de vida da população, está portanto associada aos conceitos de eficiência e eficácia, de modo a favorecer a maximização da rentabilidade dos recursos e a sustentabilidade dos investimentos."** Já me esquecia, para além da empreitada ainda vão ter que se orçamentar os custos da manutenção, quantos são afinal e implica também a necessidade de mais funcionários, quem vai lá tirar o dinheirinho?

Continuando a analisar o orçamento, diz-se mais à frente, passo a citar:

"Mirandela e o seu concelho terão de assumir um papel preponderante e de destaque, (eu concordo) só assim poderá este concelho atrair investimento e ganhar centralidade".

E as opções deste Município são:

Previsão dos encargos para as obras

Pagar a dívida aos fornecedores;

Ter o valor real das despesas de funcionamento do Município.

Fantástico, excelente, mas afinal de contas, como vai Mirandela assumir o tal papel de destaque? Como vamos então conseguir essa centralidade, alguém me sabe responder? Eu respondo, fazer obras, pagar a dívida e saber se sobra dinheiro, será que é suficiente? Vamos ver.

E finalmente os cortes, continua-se com o Tua Mirandela, Mirandela Criativa, Museu do Azeite de Mirandela, Complexo Cultural, Mirandela XXI e o Ecocitras, tudo bem, projectos financiados pelo QREN em 80%. Como nos chega esse dinheiro, não sabemos. Como vamos buscar os 20% que faltam, também não.

Suspende-se a Ecoteca, mais uma vez se adia a parceria referente à Escola de Música, não se esqueçam que a Escola de Música ainda é uma identidade de Mirandela, que promove o nome de Mirandela além fronteiras.

Já agora, só mais algumas questões:

O acesso ao Oeste do IP4 que está orçamentado, ainda vai fazer sentido depois das alterações do traçado da IP4 para a A4? Eu não sei. Só é uma questão.

E os apoios orçamentados à organização de feiras e eventos promocionais, será que continuam a fazer sentido?

Vou terminar com mais uma citação do orçamento:

"Pode dizer-se que a cidade do século XXI já está desenhada. Cabe aos Executivos Municipais a formulação de estratégias de intervenção na cidade, modernizando-a, conferindo-lhe novas qualidades, que correspondem a novos desejos sociais". Vou repetir "novas qualidades que correspondem a novos desejos sociais. Obrigada.

#### **Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores.

A primeira abordagem ao orçamento é uma confissão. Confesso que tinha alguma curiosidade em relação ao orçamento para 2011 e tinha-a sobretudo depois da aprovação na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PSD, da ferramenta do orçamento de base zero, para orçamentação.

Como sabem, o orçamento base zero põe em causa tudo que temos, ou seja, pergunta-se para que é que isto serve, o que é que se faz com isto e se não serve para coisa nenhuma põe-se para o lado.

Isto foi uma ferramenta desenvolvida pelo Presidente Bill Clinton quando era governador de Estado e isto punha em mim uma curiosidade enorme, dizia assim... então como é que vão fazer quando descobrirem toda aquela gente que vai à Câmara e que não se sabe muito bem o que é que faz por lá. Vão ficar sem a garantia das caravanas eleitorais? Esta era uma pergunta que se me punha, embora com alguma maldade devo dizer e não estava a perceber como é que iriam aplicar a ferramenta de orçamentação de base zero.

Esta minha curiosidade foi desfeita quando vi o orçamento. De facto, nada disto está feito e não está cumprida a orçamentação de base zero.

Este orçamento é-nos colocado como sendo o orçamento dos três Erres: Reduzir, Reavaliar, Responsabilizar.

No entanto, eu fiz um pequeno exercício sobre o reduzir e temos, grosso modo, para não me tornar muito exaustivo, que em despesas correntes nos apresentam este ano 19.422.000,00 Euros, contra 18.963.000,00 Euros do ano passado.

Temos despesas de pessoal 8.231.000,00 Euros de 2010 contra 7.373.000,00 Euros.

É-nos dito que a redução é imposta pelo Governo e, por outro lado, pela aposentação de alguns trabalhadores.

Não há aqui mão da Câmara, não há aqui definição de estratégia, tudo vem de fora, mas no entanto os montantes permanecem equivalentes.



Na aquisição de bens de serviço temos 8.488.000,00 para 2011, contra 8.437.000, de 2010. Também não vejo aqui nenhuma redução. Nas transferências correntes temos um aumento para 2011: de 3.328.000,00 contra 2.007.000,00, sendo que há aqui, ao contrário de em relação a 2010, um desvio de 1.500.000,00, que tem a ver com outras sociedades e eu gostava de saber a que é que se refere este 1.500.000,00 que não estava consignado em 2010 e está consignado agora em 2011.

Temos de subsídios em 2011, 172.000,00 Euros contra 187.000,00 Euros em 2010.

Em outros, temos 60.000,00 Euros em 2011 contra 100.000,00 Euros em 2010.

Olhando para estes valores, não vemos aqui redução.

Nas despesas de capital sim, vemos redução, ou seja, já não há (permitam-me a expressão) e digo-a sem animosidade, já não há descaramento para pôr obras que se farão quando Deus quiser e se Deus quiser. Então aqui temos a redução de vinte e três milhões para 16 milhões. Daí que eu vejo mal e não consigo ver traduzido nos números a redução do orçamento. Pelo contrário, vejo um orçamento copy paste (antigamente fotocópia, hoje copy paste), o que me leva a concluir que este é um orçamento de regularização de despesas, que é relativamente diferente, eu direi que o "R", não é um "R" de reduzir, é um "R" de regularização de dívidas, a que eu chamo de repetir.

Não vos vou maçar mais com a questão dos números mas gostaria de colocar aqui algumas questões que têm a ver com as parcerias público-privadas.

Diz-se aqui que se suspenderá a obra da Ecoteca, que se adiará a parceria público-privada referente à Escola de Música e ao Edifício Municipal e a minha pergunta é esta. E as outras parcerias? Quanto é que vão custar? Que compromissos é que existem? Estão salvaguardadas no orçamento as penalizações que as empresas contratadas irão com certeza (penso eu) penalizar o município? Esse levantamento está feito? No orçamento eu não encontro nenhum elemento que me diga o que é que foi considerado, o que é que foi provisionado para as outras parcerias, o que é que se vai fazer com elas.

Posto isto, eu creio que nesta altura de dificuldade a reflexão fundamental e a questão fundamental tinha a ver com a reflexão estratégica, ou seja, não me parece que ninguém nas suas empresas, numa situação de dificuldade, diga, agora cortem tudo e depois acontece-lhe quase como àquela história do cavalo do inglês que quando tinha desaprendido de comer, morreu.

É preciso nas situações de dificuldade lançar projectos novos, lançar projectos âncora e eu sou, quero-lhe dizer, muito contra os cortes cegos e igualitários. Reduz-se 10% em tudo, se calhar e aquilo que deveria ter sido feito, era uma apreciação de cada uma, como bem disse o deputado Fraga. Há situações em que os cortes eram 100%, há situações em que os cortes deviam ser a 75%, há situações em que os cortes deviam ser a 50% e há com certeza situações em que se deveria investir mais dinheiro e sobretudo dever-se-ia investir mais dinheiro nos projectos âncora.

Projectos âncora que até este momento e embora de há seis anos a esta parte eu venha a alertar para a necessidade de Mirandela ter um plano estratégico, para a necessidade de Mirandela identificar onde tem vantagens e vantagens comparativas com o resto dos concelhos mas até hoje não existe. Embora exista aqui na apresentação do plano um princípio que está aqui um pouco perdido e que eu vou ler:

*"Um dos objectivos é criar condições que permitam a captação, no contexto nacional ou internacional, de investimentos empresariais em sectores de maior valor acrescentado".* Isto está aqui perdido, mas eu atrevere-me-ia a perguntar. Então mas quem é que acredita nisto? Quando demoram um ano a pôr um marco de correio e não se sabe quando é que o irão pôr, na Zona Industrial? Quando não conseguem perceber, mesmo ouvindo sistematicamente na comunicação social, na TSF, que sem fibra óptica não se pode falar em Net, isto aqui só pode ser mesmo para enganar tolos. E dou-lhes mais uma pista.

Aquilo que Mirandela e o concelho de Mirandela têm que reflectir nos dias de hoje passa por aqui: como vender mais caros os produtos que produzimos? Eu repito, para que fique claro. Como vender mais caros os produtos que produzimos? Isto chama-se como acrescentar valor acrescentado? Como acrescentar valor aos produtos? Este é que é o desafio, este é que é o paradigma e este é que é o futuro de Mirandela. Se não se entender e não se desenvolver políticas nestes sentidos, Mirandela estará necessariamente condenada. É por aqui que as coisas podem e devem caminhar. Não é por outras ideias que aí vejo que só podem levar a desperdício de dinheiro e têm até, devo dizer, uma unidade que deveria ser muito acarinhada e que pode fazer parte da realização deste objectivo que se chama Escola Superior de Comunicação, Administração e Turismo e eu acrescentava Design, que não faz parte da denominação, mas eu acrescentava.

Esta sim é uma ferramenta importante. Quando eu por aí ouço falar em pólos tecnológicos do azeite...disparate, disparate pegado, vão a qualquer feira da Itália, sabem fazer equipamentos, não vamos inventar a roda, a roda está inventada. Os equipamentos para fazer azeite e fazer azeite de qualidade estão inventados. As políticas que têm que ser desenvolvidas são políticas no sentido de acrescentar valor aos nossos produtos e é por aí e era isso que eu gostava de ver desenvolvido neste orçamento porque ele deve ser o retrato e o espelho das políticas que levem ao desenvolvimento do concelho. Não vejo isto neste orçamento. Vejo sim um orçamento de três "Dês". Do desespero, por se verem aflitos por não mais poderem iludir a realidade, isto quer dizer, as obras que foram empurrando, algumas delas já aqui foram ditas, o Museu do Azeite ou o Complexo Desportivo que ainda aqui não foi dito.



Não há PDM, tudo elementos importantes e entendo o desespero de quem chega a esta fase e diz: e agora como é que vou esconder isto? Já é de tal maneira visível, o rei vai de tal maneira nu que não tenho possibilidade de o esconder.

Daí que eu diga que este é o orçamento do desespero. É também o orçamento do desnorte e da desorientação. Do desnorte e da desorientação porque é de uma ausência confrangedora de estratégia para o concelho, como aqui demonstrei.

Portanto, eu diria que não é o orçamento dos três Erres mas é o orçamento dos três Dês, mas também pode ser o orçamento dos três Erres, mas será o orçamento do repetir, de repetir orçamentos anteriores, não de reduzir. Pode ser o orçamento de reavaliar, dou de barato isso, mas é o orçamento de reavaliar para reprovar e para ser reprovado porque da avaliação ou da reavaliação só pode resultar a reprovação deste orçamento.

O senhor Presidente candidatou-se dizendo que não fazia programa eleitoral, que não apresentava programa eleitoral, os Mirandenses conheciam-no e, portanto, concluiria as obras que vinham de mandatos anteriores. Pediu um cheque em branco e esse cheque em branco foi-lhe dado pela população, pelos Mirandenses. Nós aqui não vamos dar o cheque em branco a este orçamento, por isso vamos aplicar os três Erres.

Como é um orçamento repetitivo, a nossa reavaliação é reprová-lo.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente):**

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores, a minha intervenção sobre o orçamento da Câmara Municipal para 2011 e sobre as grandes opções do plano vai ser infelizmente curta e grossa.

Compete-nos, no âmbito das competências deste órgão fiscalizador, apreciar o orçamento e as grandes opções do plano.

O Plano e o Orçamento são dois documentos extremamente importantes na vida da política local porque neles se contemplam os objectivos que o Executivo em permanência tem para o Município e toda a gestão financeira necessária para os conseguir.

São instrumentos previsionais e são instrumentos estratégicos do Executivo que governa, para bem ou para mal, o futuro deste concelho.

As Grandes Opções do Plano para 2011 referem no seu preâmbulo que as previsões propostas assentam numa política dos três Erres (reduzir, reavaliar e responsabilizar), o que em poucas palavras significa apertar o cinto.

Esta interpretação fica clara através da leitura da mensagem do senhor Presidente aos Municípios, publicada na última edição da Agenda de Mirandela e nas palavras do senhor Presidente, cito: *“as receitas para o ano 2011 vão ter uma redução significativa. Para fazer face a este cenário é necessário e urgente reduzir as despesas em montante superior, para que não se acumule dívida e, se possível, eliminar toda a dívida a fornecedores até final do mandato.”*

Eu nestas situações odeio ter razão quando a verdade dos factos é tão amarga como o fel. Advertimos inúmeras vezes para a necessidade de reduzir as despesas correntes para que mais tarde não se tivesse que praticar uma política de cortar tudo a eito, não distinguindo o acessório do essencial, o despesismo do investimento.

Alertámos a devido tempo para padrões de gestão que apontavam para uma inevitável ruptura ou abrandamento financeiro desta Câmara, entre outros, a baixa capacidade de diversificação das fontes de financiamento e de captação de recursos comunitários e de outros programas do Estado, a perda de financiamentos. Já aqui mencionei o exemplo da ERSE, não foi o único, houve o outro financiamento da operação norte, também perdido, houve vários ao longo deste mandato.

A contratação de empréstimos bancários para resolver problemas de insolvência é corrente, assim como a proliferação de actividades de promoção de carácter simbólico sem qualquer impacto económico estruturante mas com peso nas contas correntes da Câmara. Nunca li um estudo de impacto sobre o que foi o investimento em determinadas áreas económicas, o que foram as parcerias, o que foram os investimentos nas parcerias público-privadas e as participações em capital. Até à data não tivemos resposta nenhuma. Eu hoje coloquei por exemplo, relativamente a uma iniciativa privada para a qual a Câmara tem uma contrapartida, que é a questão da mini-hídrica e fiquei na mesma.

As parcerias público-privadas e as participações em capital que não têm conduzido ao alegado aumento da receita. A ausência de uma política de reestruturação dos serviços e de racionalização de recursos humanos dos serviços da Câmara, proporcional e adequada às exigências do município e a falta de contenção de despesas correntes que é algo que a gente repetidamente tem mencionado.

O problema da dívida acumulada da Câmara não está apenas no facto das despesas correntes terem aumentado e permanecerem altas desde o início do mandato mas também no facto de haver um desequilíbrio entre as despesas de funcionamento e a despesa de capital.

Enquanto que as primeiras têm vindo a engordar ao longo do mandato, as segundas têm ficado aquém de todas as previsões feitas pelo Executivo em permanência.





Também já aqui referimos inúmeras vezes que saber governar é saber antecipar. A Câmara deveria ter-se preocupado em criar uma folga financeira para não comprometer a provisão de bens e serviços em conjuntura financeira adversa como a que estamos a atravessar.

Também foi aqui dito que saber governar é saber fomentar e respeitar a iniciativa privada. A Câmara deveria ter-se preocupado em liquidar a dívida a fornecedores em vez de se comprometer com novos projectos e obras às custas do esforço privado.

A crise que tanto por aí se fala não pode ser desculpa de más decisões que se arrastam ao longo de vários anos.

O Plano para 2011 refere no seu preâmbulo que apresentam esta política dos três erros, “reduzir, reavaliar e responsabilizar”, mas responsabilizar quem? Refere tudo e todos os que representam a causa pública.

Eu acho irónico que o Executivo PSD, para além de procurar desculpabilizar-se com a conjuntura internacional, com a recessão, o Governo ladrão, com uma série de outros bichos papões que por aí andam, sinta ainda a necessidade de responsabilizar tudo e todos por uma gestão autárquica no nosso entender desastrosa de 15 anos de endividamento descontrolado e de promessas não cumpridas.

Haja bom senso e verticalidade. Há que assumir a culpa no cartório, não podemos sacudir a água do capote.

Pergunto onde estão agora os arautos desta governação que dizia que estava tudo bem no reino da Dinamarca, que com as finanças da Câmara andava tudo bem, que os avisos e preocupações que a oposição fazia que eram desvairados que eram alarmismos injustificados, onde é que estão?

Este Orçamento apresenta, em meu entender, todos os sinais de fim de ciclo político.

Eu compreendo a preocupação do senhor Presidente em deixar a casa arrumada e sair pela porta da frente. Compreendo, é uma posição notável mas não me parece, com aquilo que foi apresentado, factível, tendo em conta que estes problemas se arrastam há muitos anos e o progresso na liquidação da dívida, quer a prazo, quer corrente, tem sido pouco conseguido.

Muito obrigado pela vossa atenção.

**Deputado Municipal Humberto Cordeiro (PSD):**

Exm.º senhor Presidente da Mesa da Assembleia e senhor Secretário, Exm.º senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, Minhas senhoras e meus senhores, um bom-dia a todos e votos de Boas Festas.

Como bem disse um Vereador da oposição, é preciso ter grande engenho para fazer mais e melhor numa altura como esta. É verdade. Concordo em absoluto.

Com efeito, no momento presente, a situação de profunda crise deixa pouco espaço de manobra. Mesmo com imaginação e arte, é difícil implementar medidas eficazes, que permitam contrariar e combater os problemas que nos foram criados, pela crise mundial, e pelo próprio Governo Central.

Para as autarquias deste país, o governo tem paulatinamente transferido funções e responsabilidades, sem que venham acompanhadas dos meios financeiros, suficientes e compensatórios, para solver o aumento da despesa das câmaras, por esse mesmo aumento de responsabilidades. As câmaras, com o tal engenho e arte, lá têm procurado responder na medida do possível, fechando uns buracos, e destapando outros. Este “modus operandi”, dos governos centrais, de transferir compromissos que são seus, e não fazer acompanhar os respectivos recursos financeiros, vem de longe. Nesta matéria, este governo é useiro e vezeiro. E mais, nos projectos com fundos da União Europeia, normalmente as autarquias só recebem esses fundos financeiros, um ano depois dos pedidos de pagamento. Como é óbvio, esta situação cria problemas graves de tesouraria às câmaras, a ponto de, muitas vezes, terem que recorrer a crédito bancário, para pagarem esses investimentos, agravados com o pagamento de juros elevados, onerando ainda mais os custos das obras, suportados pelas autarquias. Este governo está sempre a sacudir a água do capote, chutando para canto e assobiando para o lado.

O dinheiro que é das autarquias é utilizado para seus desmandos.

Como estaria Portugal, sem o poder e a responsabilidades das autarquias? Ainda que, a grande maioria delas se encontrem endividadas, o papel que têm desempenhado a favor da sociedade, é de tal modo importante, que sem elas estaríamos de certeza a viver como na idade média. O que seria da saúde, educação, habitação, cultura, ambiente, vias e meios de comunicação, entre outros, sem o empenho e dedicação das câmaras municipais? A política centralista, que todos vemos implementada em Lisboa, não deixa dúvidas a ninguém que sobretudo aos transmontanos, viveríamos isolados, e abandonados ao nosso destino. O respeito e consideração pelo trabalho dos autarcas, além de um dever, é uma obrigação de todos os portugueses, que prezam a sua terra. É certo, que comentem erros e algumas vezes más opções. Todavia, como diz o Povo: “*Quem nunca errou burro ficou*”. Nós e outros com mais responsabilidades que nós, somos todos necessários ao combate que travamos diariamente contra a política centralista.

Quando a oposição verbaliza que os recursos financeiros programados para despesas de investimento são muito curtos, certamente que não está ao corrente do que acontece com as finanças do País. Por isso,

25  
A V  
J

pede-se um pouco mais de lucidez, conhecimentos e clarividência à oposição, quando imprudentemente debita afirmações reveladoras de profundo desconhecimento da realidade que se abate sobre o país.

É fácil, muito fácil mesmo, acusar demagogicamente o executivo, não ter promovido políticas de desenvolvimento. Nada mais errado. Se há comparações, que se podem fazer entre autarquias, é precisamente ao nível do desenvolvimento. Mirandela é conhecida e reconhecida pelo enorme salto quantitativo e qualitativo que deu nestes últimos 15 a 20 anos, comparando-a com autarquias da nossa província, e principalmente, com as autarquias de todo país.

O Eng.º Baltazar não vê reduções neste plano e orçamento.

Eu queria-lhe dizer que apesar da conjuntura económica que se vive, o Executivo assume compromissos dignos de registo:

A diminuição de mais de 10% com custos com o pessoal, a redução de 15% nas despesas intermédias, a diminuição de 22% na aquisição de Bens e Serviços, a redução de 13% em Juros e encargos financeiros, a redução de 48% em outras despesas correntes, de 38% nas Transferências de Capital, a redução financeira aos apoios a eventos culturais, desportivos e similares, a suspensão da publicação da Agenda Mirandela, e de outras publicações municipais, estão bem presentes neste Plano e Orçamento. Estas medidas, são de facto de grande coragem, dado o ónus político que representam, já que constituíram uma imagem de marca da vida desta autarquia, difícil de esquecer, como já foi aqui dito.

Ao nível das **despesas de capital** com a suspensão das obras da Ecoteca, do adiamento da parceria público-privada referente à Escola de Musica e ao Edifício Municipal e da redução de custos com obras por administração directa, libertam-se meios financeiros que garantem a continuidade das obras de e de projectos já aprovados, como sendo: Tua Mirandela, Mirandela XXI, EcoCITRAS, Centro Tecnológico do Azeite, entre outros.

Estes investimentos que rondarão os 31 milhões de euros, estão já assegurados 5 milhões de euros para o próximo ano, e 1 milhão de euros, a disponibilizar para o novo Centro Escolar.

Este orçamento garante também as obras estruturantes que tiveram início em anos anteriores, que constam do PPI - Plano Plurianual de Investimentos.

Como vêem, grande parte dos recursos financeiros, irão ser aplicados em investimentos estruturais, sem por em causa a sustentabilidade e o equilíbrio das contas da autarquia.

Quanto às **orientações e opções estratégicas** para o ano de 2011, num quadro bastante desfavorável, o executivo mantém 4 vectores fundamentais, que permitirão estagnar e diminuir as implicações negativas, que tal conjuntura acarreta. A saber:

**A Educação:** Continua a ser prioridade do executivo, num vector em que absorve cerca de 30% dos recursos da câmara: Carta Educativa, o novo Centro Escolar, a manutenção do auxílio nas famílias através da Acção Social Escolar, os Transportes Escolares, e o Enriquecimento Curricular, entre outras.

**Acção Social:** O apoio e solidariedade, com as famílias mais pobres, que promovem, a inserção social, melhoria das condições de vida das pessoas e da família, destacam-se as seguintes acções: Dinamização e acompanhamento do Conselho Local de Acção Social; Promoção e apoio ao uso do Cartão Social do Município; Dinamização da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco; Apoio ao trabalho desenvolvido a favor das pessoas com deficiência; Dinamização do Banco Local de Voluntariado; Dinamização do programa Apoio 65 -Idosos em Segurança.

**Ao nível da Administração e Cidadania:** Destaque para a reestruturação orgânica em curso; Aposta na formação dos recursos humanos; Promover e melhorar a interacção com os municípios; Fomentar uma gestão pública participada, através da audição dos municípios; Suportar o cumprimento dos objectivos operacionais, sustentados em planos de actividade, definidos pela Câmara Municipal de Mirandela; Estimular a cooperação entre a Câmara Municipal de Mirandela e outros organismos e entidades públicas e privadas que actuam na região.

#### **Na Requalificação Territorial**

Continuará: Construção, manutenção e consolidação de redes de saneamento; Alargamento da recolha de lixo que se servem cada vez mais pessoas e lugares, com reflexos na melhoria das condições de vida e de saúde das pessoas e das famílias. O trabalho de planeamento e ordenamento do território onde se pretende intervir é cada vez mais importante. Por isso, a revisão do Plano Director Municipal e Plano de Urbanização vão deixar uma marca indelével no desenho da cidade, da vila, e das aldeias.

Este orçamento, marcado pelas dificuldades financeiras como já se disse, **por um lado**, assume, preocupações sociais e de estímulo à economia, pelo compromisso de regularização da dívida a fornecedores e a empreiteiros e pela assunção dos compromissos e responsabilidades, inerentes à própria autarquia. **Por outro lado**, preocupado com os efeitos que a conjuntura origina nos rendimentos dos municípios e empresas, este orçamento contempla ainda a abdicação dos 5% de IRS, compromisso assumido há dois anos.

Este esforço, em tempo de restrições, representa uma diminuição de cerca de 600.000 € na receita do Município.

Convém recordar que, esta verba de 600.000 euros sai directamente da receita da autarquia para o bolso das famílias, com residência no concelho de Mirandela.



Por isso, só por má fé, ou por pura demagogia política, é que, não reconhecem ao executivo a bondade, os bons ofícios e a firmeza no combate á crise que nos afecta. Em suma, as críticas da oposição são basicamente as mesmas dos anos anteriores. Há dez anos que aqui estou, há dez anos que aqui os ouço e ouço os mesmos argumentos. Todavia, o nosso concelho progride, dispõe de mais e melhores equipamentos, mais e melhor qualidade de vida. Só a oposição, **por razões que o nosso raciocínio não estranha**, encontra incertezas, onde existem factos; empolamento, onde existe responsabilidade e pragmatismo; impedimentos, onde existem evidentes oportunidades e indesmentíveis realidades. Enfim!

Para terminar, e a propósito da argumentação da oposição deixo aqui um pensamento, que será uma certeza no futuro:

**Palavras levas o vento...vento que faz o tempo... tempo que muda as mentes e o soprar do próprio vento. Um dia, lá longe do outro lado do mundo, hão-de lhe dar razão, quando mais alto falar o coração.**

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Muito bom dia senhor Presidente, senhores Deputados. Eu vou procurar ser breve. Eu não conseguiria falar melhor de orçamento do que o deputado que me precedeu porque, efectivamente, a visão que tive quando o deputado Humberto Cordeiro aqui veio, não tanto defender o orçamento, mas atacar a oposição de forma um pouco cega e, desculpe que lhe diga, sem critério, fez-me lembrar uma cena que provavelmente se recordarão quando o governo americano decidiu retaliar militarmente sobre o Iraque e o Ministro da Informação de Saddam Hussein, com as tropas americanas às portas de Bagdad, dizia que tinham a situação absolutamente controlada e que não havia força americana que entrasse no Iraque.

Portanto, a defesa que aqui o deputado Humberto Cordeiro fez do Orçamento, fez-me recordar esse episódio.

Não sei o que aconteceu ao ministro da informação do Iraque mas também não é importante mas a mim parece-me que, se palavras leva-as o vento, as suas serão com certeza varridas muito rapidamente.

Para sustentar o que digo, queria trazer sobre o Orçamento, duas ou três considerações:

A primeira, decorrente da intervenção de há pouco, da deputada Fernanda Cerqueira, relacionada com os custos da água.

De facto, o orçamento que temos hoje resulta de uma falta de visão estratégica não apenas hoje mas em mandatos anteriores dum executivo suportado pelo Partido Social Democrata e pelo Presidente José Silvano porque o que tem acontecido ao longo do tempo é que tem havido muita irresponsabilidade. Portanto, eu acredito que o terceiro "Erre" de responsabilização seja de alguma forma uma auto-crítica ou uma crise de consciência porque o que tem acontecido em sucessivos orçamentos, é que despesas que deveriam ser canalizadas para o investimento são usadas para suportar despesas de funcionamento por falta de sustentabilidade dessas próprias despesas de funcionamento. O que esta Câmara deveria ter era as contas de funcionamento sustentáveis, ter receita que suportasse essas despesas de funcionamento, para poder usar as despesas de investimento naquilo que é promoção do desenvolvimento económico do município. E isso não acontece porque essas despesas são canalizadas para cobrir esse buraco financeiro permanente.

Portanto, este orçamento é um orçamento de falsidade e, por esse motivo, continua a ser um orçamento sem visão estratégica.

Quando se diz que é um orçamento de redução porque é um orçamento responsável face à situação crítica em que o país se encontra em termos económicos também não é menos verdade porque a grande redução que aqui é invocada como sentido de responsabilidade da autarquia não é mais do que o reflexo das próprias recessões do Orçamento de Estado e dos programas de Estabilidade e Crescimento.

Dizer que há aqui um esforço financeiro em termos de plano e orçamento no sentido de fazer face a essa crise não é verdade. Ela não é mais do que o reflexo daquilo que são as reduções do próprio Orçamento Geral do Estado.

Na Assembleia de Setembro foi aqui dito, não sei se pelo Presidente José Silvano, se por alguém do Executivo, ou pelo grupo municipal do PSD, (não me recordo), mas foi aqui dito que o Executivo estava empenhado em trazer à Assembleia um orçamento participativo. Não foi discutido o conceito de orçamento participativo, não se percebe qual é a participação que se pretende dos municípios dum modo geral, das instituições de Mirandela, das associações, das juntas de freguesia, doutras entidades, não se percebe qual é a participação que se pretende porque de facto este orçamento não teve participação de ninguém a não ser de alguém do próprio executivo na sua elaboração.

É por isso que há aqui alguma contradição porque quando o Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela aqui falou há pouco sobre as reduções a que as juntas de freguesia estavam sujeitas, eu não posso deixar de elogiar as circunstâncias que decorrem da expressão que aqui manifestou, porque elas são fruto duma certa presidência aberta que o Presidente da Junta de Freguesia teve aqui na freguesia. Parece que auscultou pessoas, consultou-as, procurou conhecer as necessidades. Eu penso que isso é que deveria ser importante ser feito pelo executivo. É procurar saber o que é que as pessoas precisam, procurar ir ao encontro



das necessidades do dia-a-dia, procurar ir ao encontro daquilo que são projectos que realmente interessam para as pessoas.

Portanto, não posso deixar de elogiar e de sublinhar o facto do Presidente da Junta de Mirandela ter desencadeado esse processo porque me parece que é assim que se deve proceder mas obviamente que há aqui um "mas" quando se diz que a redução das verbas para as juntas de freguesia decorre duma redução (agora já se fala do Orçamento do Estado) do Orçamento de Estado para essas transferências também não é totalmente verdade, porque se as Juntas de Freguesia, como nós sabemos e já o Presidente da Junta Paulo Pontes aqui referiu, a redução não foi de 10%, foi de 100% no ano que finda agora, de facto essa redução não é apenas por força da redução das verbas do Estado Central para as juntas de freguesia, é também por força da redução das transferências de verbas da Câmara para as juntas de freguesia.

Mais grave ainda do que essa redução de verbas está o facto das juntas de freguesia estarem completamente estranguladas na sua acção por força dessa falta de apoio da Câmara, que não está sequer regulado. Porque é que a Câmara Municipal não protocola, anualmente ou até plurianualmente, com as juntas de freguesia aquilo que é a sua possibilidade de intervenção?

Um presidente de junta de freguesia ou vem todas as semanas ou de 15 em 15 dias bater à porta da Câmara, exercer alguma influência, algum lobby para poder ter algum dinheiro para poder fazer pequenos arranjos, arranjar uma rua, fazer uma limpeza, fazer um pequeno investimento na sua freguesia, ou tem essa capacidade de poder bater à porta da Câmara e obter alguma verba, ou então está absolutamente estrangulado, não tem a mínima hipótese.

Não vejo nesse orçamento essa responsabilização que se fala porque devia estar materializada no estabelecimento de protocolos com as juntas de freguesia, de forma que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia soubessem anualmente com o que é que contam e anualmente soubessem o que é que podem fazer porque outros investimentos na Junta de Freguesia de maior nível, de maior importância, até por razões de natureza técnica, as juntas de freguesia, sabemos que não têm a mínima hipótese de o fazer.

A única coisa que podem fazer é canalizar essa necessidade para a Câmara, para que a Câmara a possa inscrever nos seus planos de actividade.

O que podem efectivamente fazer é dar respostas rápidas a questões que exigem essa intervenção rápida e para isso seria muito interessante que não houvesse uma redução da parte da Câmara, mas aí sim, houvesse uma responsabilização no sentido de poder sustentar as juntas de freguesia naquilo que é a sua intervenção possível.

Para concluir, deputado Humberto Cordeiro, as Câmaras abrem e fecham buracos, às vezes com mais frequência do que o que seria natural. Mas também lhe digo uma coisa. Portugal existe com ou sem autarquias. Nós existimos aqui há quase mil anos e vamos continuar a existir, não são as autarquias que fazem Portugal, quem faz Portugal são os Portugueses, são as autarquias, são as empresas, é o governo, somos todos nós.

**Deputada Municipal Elina Fraga (PSD):**

Bom-dia a todos. Antes de mais, prestar só um esclarecimento. O Arquitecto Figueiredo trocou comigo a ordem de inscrição uma vez que eu da parte de tarde não vou poder estar presente. Eu gostaria de dizer duas ou três coisas muito breves.

Em democracia é salutar a alternância no poder, são pessoas novas, são lufadas de ar fresco que acontecem e, portanto, é com alguma mágoa que eu assisto nos últimos anos aos debates do orçamento, isto porque não fosse a limitação de mandatos, eu diria que o Dr. Silvano, mais do que um Presidente da Câmara seria um verdadeiro monarca porque ninguém teria capacidade para o destinar.

Sistematicamente, a oposição tem feito as mesmas críticas, algumas pertinentes, algumas certeiras, mas o reparo que eu deixo e que eu considero mais importante é que não oferece uma perspectiva diferente, não oferece soluções, entra em contradições brutais.

Temos por exemplo a Dr.ª Fernanda Cerqueira que veio aqui dizer que pagava muita água, que pagava muitas taxas de saneamento e eu pergunto à Dr.ª Fernanda Cerqueira. Como é que pretende que esse serviço lhe seja prestado? Pretende que se assuma aquilo que a Câmara tem assumido, o princípio do utilizador pagador? Ou pretende que sejam aumentadas as receitas correntes, para que através de subsídios que devem ser canalizados para outras actividades, seja subsidiada essa prestação de serviços?

Sustentabilidade: vêm-se aqui fazer discursos sobre sustentabilidade e depois põe-se em causa aqui o princípio do utilizador pagador.

Plano estratégico: devo dizer que é a palavra que considero mais cara ao Eng.º Baltazar, penso que não houve nenhum orçamento em que ele não viesse criticar a ausência de plano estratégico.

A bancada do PSD, porque acredita, porque tem fé, está convencida que antes do final do mandato nos vai dar a conhecer o plano estratégico do Partido Socialista para o concelho de Mirandela, porque na verdade, dizia o Eng.º Baltazar há pouco, que o Dr. Silvano se apresentou ao eleitorado sem programa eleitoral e ganhou. Imaginem se tivesse um plano estratégico para Mirandela.

Gostaria também de sublinhar que não é sério entrar sistematicamente em contradição.



Dizer que a Câmara prometeu um orçamento quase zero, que devia ter feito um orçamento participado quando a oposição não deu qualquer contributo democrático para a elaboração do orçamento. É um orçamento não de desespero mas que gerou o desespero porque o Partido Socialista nem quanto à declaração de voto se conseguiu entender, e em vez de uma teve que proferir duas, imaginem se tivessem mais vereadores.

Gostaria também de dizer que há uma contradição brutal na análise que a oposição aqui fez porque, à falta de criatividade e de alguma imaginação, vieram reiterar nas críticas que produziram no passado mas este orçamento, infelizmente para todos nós, não é igual ao do passado.

E dizia o Eng.º Baltazar que era um orçamento "copy paste", copiar e colar, certo? No entanto, porque foi um orçamento de copy paste, devia prever um aumento das despesas correntes, um aumento das despesas de capital, devia estar empolado, devia ser reiterada a crítica que fizeram nos anos anteriores. Mas o Eng.º Baltazar diz que é o orçamento de regularização de despesas, então não é o orçamento de copy paste, é um orçamento que manifesta uma preocupação muito diferente daquela que aconteceu no passado e uma preocupação que emerge - e aí tenho que lhe dar razão - do orçamento de desespero porque é desesperante a situação de todas as autarquias de Portugal em face das políticas que este Governo tem implementado em Portugal.

Mais Eng.º Baltazar, há outra contradição, o senhor diz, falando nos orçamentos dos Erres, que é o orçamento do repetir e reavaliar. Veja a contradição que está explícita naquilo que diz, quem repete não reavalia. Quando se reavalia é exactamente para se verificar da necessidade ou desnecessidade das coisas, para não se repetir.

Portanto, aquilo que eu diria muito rapidamente, sem dizer que é o orçamento que o concelho de Mirandela merecia, Mirandela merecia muito mais, na verdade é o orçamento possível, num ano que se vai caracterizar por uma profunda crise e por uma profunda conjuntura de contenção de despesas.

#### **Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):**

Eu, quando ouço falar o senhor Presidente da Câmara em relação ao concelho de Mirandela, eu sinto-me um bocadinho no reino maravilhoso de Miguel Torga. Embora muitas pessoas digam que não, sempre houve reinos maravilhosos neste mundo e começo a ficar um bocadinho preocupada porque efectivamente, quando estive em casa e a analisar as Grandes Opções do Plano e a introdução do Orçamento para 2011, senti também um bocadinho que estava nesse reino maravilhoso e começo a achar que eu ainda não tinha percebido que vivia num reino Mirandela, concelho cada vez com mais preocupações no meu ponto de vista e que afinal se apresenta como um reino onde tudo está bem, onde tudo parece que está maravilhosamente bem.

De facto nas Grandes Opções do Plano e introdução do Orçamento de 2011, o Executivo Municipal refere e passo a citar:

*«Mantém-se a orientação estratégica já delineada durante o mandato anterior centrada na implementação de acções e programas que consubstanciam respostas qualificadas aos novos desafios do desenvolvimento local, nomeadamente ao nível do reforço da coesão económica, social e territorial». O Executivo Municipal considera, por isso, como factor relevante para a concretização destes objectivos «a valorização constante dos serviços municipais e a agilização dos procedimentos no âmbito do processo de modernização técnica e administrativa que está em curso, assente nos pressupostos da sociedade da informação e na criação dos mecanismos necessários para corresponder às suas exigências».*

Para além disso, mais uma vez o Executivo Municipal afirma ainda, que aquilo que se perspectiva com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011 *«é a aposta em políticas destinadas a aumentar a competitividade do concelho, através da dinamização de base económica e do reforço da coesão territorial ao nível das infra-estruturas, ordenamento do território, equipamentos colectivos, ambiente e espaços verdes, cultura, educação, acção social e desporto».*

Continua ainda o Executivo a afirmar na página 3, *«que o plano estratégico do município está orientado para a execução de infra-estruturas e equipamentos tendentes a consolidar os factores de competitividade e das vantagens comparativas do concelho de Mirandela na região e no país, no quadro da aplicação de bases programáticas de ordenamento territorial, da gestão adequada do uso do solo e dos recursos do território, bem como da aplicação eficaz dos instrumentos e da legislação relativa à salvaguarda e valorização dos recursos naturais e ambientais».*

O Executivo Municipal conclui afirmando:

Que o Plano tem como principais objectivos:

- A atenuação dos fenómenos de pobreza e exclusão social.
- O reforço dos serviços de apoio e assistência aos mais necessitados.
- A Aposta na formação contínua dos recursos humanos da autarquia.
- O Investimento nas novas tecnologias de informação.
- A rentabilização da estrutura municipal.

Ou seja, na óptica deste Executivo Municipal "o que o governo tira, o município dá".



Ora, temo ter de afirmar que não posso estar mais de acordo com as Grandes Opções do Plano para o ano de 2011. Efectivamente, na qualidade de Mirandense e sobretudo de jovem Mirandense conjecturo os próximos anos como risonhos, singulares e economicamente robustos... o que não me podia deixar mais feliz e confiante, não só no meu futuro no concelho de Mirandela, no futuro de todos os Mirandenses e finalmente no futuro do nosso concelho.

Contudo, senhor Presidente, é com alguma estranheza que quando analiso os indicadores socioeconómicos para o concelho de Mirandela e estes tenho a certeza que o senhor Presidente conhece e se não conhece então deveria conhecer, que não é assim que eu vejo o meu concelho e para não dizerem que só são feitas críticas e que são postos em causa alguns princípios, então eu vou mudar de estratégica e vou fazer algumas perguntas, porque depois de ler as Grandes Opções do Plano e as previsões para o orçamento 2011 eu continuo com algumas inquietações:

Assim, em primeiro lugar, gostaria de saber que análise faz o Executivo Municipal dos indicadores socioeconómicos do concelho de Mirandela?

Em segundo lugar, face a esses indicadores e na óptica da Excelentíssima Câmara, quais são os principais desafios e simultaneamente os principais obstáculos que o concelho de Mirandela enfrenta no seu processo de desenvolvimento?

Para além disso e em terceiro lugar, que tipo de leitura e consequência extrai a Câmara Municipal de Mirandela do número de desempregados que actualmente existe neste concelho?

E já agora, gostava ainda de perguntar que tipo de estratégias pretende a Câmara Municipal de Mirandela, ao longo do próximo ano, no sentido de relançar a actividade económica do concelho e, simultaneamente, reduzir o número de desempregados?

E de que forma é que essas estratégias se reflectem nos documentos previsionais para o ano de 2011?

Ou seja, que tipo de diálogo encetou a Câmara com os serviços do Instituto de Emprego e Formação Profissional para coordenar estratégias de criação de emprego no nosso concelho?

Finalmente, tendo em conta que houve um aumento de insolvências no nosso concelho, o que revela ser um indicador do estado deste concelho, que tipo de estratégias e medidas contemplam o Plano e o Orçamento para o ano de 2011, com vista ao relançamento e estimulação do tecido produtivo do nosso concelho?

E já agora, se a Câmara consertou essas estratégias e medidas com a Associação Industrial e Comercial de Mirandela?

Eu vou terminar esta minha intervenção dizendo que tal como o Plano e Orçamento para 2011 também eu, Mirandense, alcanço e faço previsões acerca das possíveis respostas deste Executivo às perguntas que formulo, até porque, de forma diligente esta Câmara já o fez embora de forma muito genérica, no Orçamento e nas Grandes Opções para o Plano de 2011.

É dito nesse plano:

*"que não podemos menosprezar o forte condicionamento financeiro vivido pelo nosso país.*

*Como é do conhecimento geral, Portugal está a beneficiar do último quadro comunitário de Apoio à União Europeia.*

*A maioria dos projectos deste Executivo já foi objecto de candidatura aos programas de financiamento..."*

Eu chego a uma conclusão:

Afinal, o que o nosso Governo tira aos Mirandenses o nosso Executivo não fez, nem faz, um esforço por nos dar.

Contrariamente ao que tem sido dito aos Mirandenses e contrariamente ao que têm afirmado.

Eu sei que deixei aqui muitas questões mas a intenção era sobretudo mostrar que esta é uma intervenção preocupada. E preocupada porquê? Porque felizmente, eu, apesar de jovem e apesar todos os problemas que considero que Mirandela tem, eu hoje ainda consigo viver em Mirandela, ainda consigo optar, ainda consigo cá estar, ainda consigo cá trabalhar, ainda consigo obter cá a minha vida.

A minha preocupação vem no futuro, ou seja, quando eu tiver filhos, isso é que é preocupante, porque nessa altura os meus filhos não vão poder optar. Os meus filhos obrigatoriamente vão ter que sair da terra deles, vão ter que criar raízes noutra localidade, vão ter que desenvolver outra localidade, porque da forma como o nosso concelho está e contrariamente ao que o senhor Presidente afirma, eles não vão poder cá residir, não vão poder crescer, nem profissionalmente nem socialmente nesta terra.

**Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:**

Tem a palavra o deputado António Figueiredo.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Exm.º senhor Presidente da Assembleia, Exm.º senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Eu vou fazer aqui um breve comentário sobre as Grandes Opções do Plano para 2011 que é um documento que na minha óptica é ambicioso porque vai aferir os vários compromissos e promessas que esta autarquia assumiu para o mandato de 2011 e a sua projecção até ao ano de 2014. Portanto, compete ao





Executivo, quer queiramos quer não e tudo é retórica e principalmente a V. Ex.<sup>a</sup> senhor Presidente, criar a todos os Mirandelenses as condições necessárias a um melhor e mais eficaz desenvolvimento.

Eu falo no desenvolvimento social, económico, ambiental, cultural, para se viver com melhor qualidade na cidade de Mirandela e em todo o concelho. Nos dias de hoje será este o desafio. Fala-se da habitação, da acção social, do emprego, dos transportes, do pequeno comércio, do turismo, lazer, cultura, educação, formação, ambiente, urbanismo, ordenamento do território, das acessibilidades, da agricultura, todas as infraestruturas e equipamentos de ensino e património edificado natural, histórico e monumental.

Eu falo das pessoas que vivem neste concelho, - é por isso que estamos aqui - que também são influenciadas pelas relações sócio culturais, das segregações, das carências, das misérias e das suas próprias grandezas muitas vezes.

Todas estas realidades que existem na cidade e no concelho em geral, todas estas realidades influenciam a qualidade ambiental que num futuro não muito longínquo a vai caracterizar por tudo isto. Então sim, o futuro pertence à cidade de Mirandela como a cidade da inovação e tudo o que dizem é mera retórica.

Apresentem coisas à Câmara, assumam-se co-responsáveis, os senhores vereadores da oposição, a Dr.<sup>a</sup> Júlia Rodrigues, a Dr.<sup>a</sup> Graça Calejo, o Eng.<sup>o</sup> Casado.

Por isso, senhor Presidente da Câmara, há que direccionar todas as energias para um quadro de desenvolvimento, conforme apresentado aos Mirandelenses e por eles votado. Foram os Mirandelenses que votaram no Presidente, não é a bancada do CDS/PP, não é a bancada do PS, são os do PSD e, portanto, o eleito foi o Presidente, quer gostem, quer não. Ele é que é o Presidente, por isso, assim deixe-me acreditar que estes compromissos assumidos com os Mirandelenses para o desenvolvimento de Mirandela são sérios e penso que todos os membros desta Assembleia deveriam também co-responsabilizar-se um pouco mais na compreensão destas difíceis tarefas já que creio todos estaremos de acordo que neste quadro tão restritivo em que vivemos, o grande aperto financeiro a nível governamental e as várias contradições da política económica do governo do Partido Socialista, que num dia diz uma coisa e no outro diz outra.

Senão vejamos: no dia 24 de Novembro, disse o vosso Primeiro-Ministro com pompa e circunstância: a principal preocupação da política económica do governo é a recuperação económica e o emprego. Nesse sentido não é compaginável com estes dois objectivos um aumento de impostos...vejam lá o que é que vocês são, a retórica que vem daí, é a retórica que faz o PS...é a demagogia.

No dia 02 de Fevereiro de 2010, veio o vosso Primeiro-ministro dizer: vamos fazer uma consolidação orçamental baseada na redução da despesa e não através do aumento de impostos porque isso seria negativo...grande aldrabice.

No dia 08 de Março de 2010, sabe o que é que ele disse senhor Eng.<sup>o</sup>? Isto é caricato porque dizia ele: o governo vai concentrar-se na redução de despesa do Estado, tarefa que é provavelmente mais difícil e exigente, mais fácil seria aumentar impostos, mas isso prejudicaria a nossa economia...bota para lá...aumento de impostos! PEC 1, PEC 2, PEC 3, o que é que dirá no ano 2011? Eu não sei, talvez ali o senhor deputado Eng.<sup>o</sup> Baltazar me possa responder ou algum da sua bancada. Eu sei que o senhor Eng.<sup>o</sup> Baltazar é o *homo sapiens* da bancada do PS, talvez ele me possa responder a isso.


No dia 12 de Maio de 2010, dizia assim: Portugal registou o maior crescimento económico da Europa no primeiro trimestre deste ano; Portugal foi o primeiro país a sair da condição de recessão técnica e que é o melhor que resistiu à crise...grande aldrabice!

Dia 16 de Junho de 2010, diz-nos outra vez o nosso Primeiro-Ministro, que é um homem afável, agradável, bonito, anda sempre bem vestido, com fato Armani, gravata Tarragani, coisas que nós pagamos e que ele anda bem vestido à nossa custa. E dizia assim ele, no dia 16 de Junho de 2010: o Primeiro-Ministro José Sócrates rejeitou em Bruxelas o cenário da redução de salários na função pública, afirmando acreditar que as medidas já adoptadas pelo governo são suficientes para atingir os objectivos orçamentais de 2010 e 2011...outra aldrabice.

Depois vem no dia 24 de Agosto de 2010: entre Janeiro e Junho a nossa economia cresceu 1.4%, face às estimativas de 0,7% para o ano inteiro. Nestes seis meses o crescimento da economia que se verificou em Portugal foi o dobro do previsto pelo governo no início do ano, afirmou isto em Vale de Cambra...grande aldrabice! O que vamos pensar disto? O que é que os senhores deputados pensam? O que é que pode fazer uma autarquia? Eu não estou a falar desta autarquia, estou a falar nas autarquias a nível nacional, nas 308 autarquias...é tudo tanga, o que vêm para aqui dizer em termos de retórica política é uma tanga. Convençam-se que é uma tanga.

Ó senhora Dr.<sup>a</sup> Júlia Rodrigues, agora vou falar um bocadinho para si.

Maior demagogia como esta não existe. Não é responsabilidade da Câmara, que não pode contar com governo sério, digno e honesto politicamente, (eu falo aqui, politicamente) não é um governo digno e honesto. Este será sem dúvida um orçamento, não adiando investimentos prioritários e estratégicos. A sua opinião talvez seja mais sábia (estou-lhe a dizer isto com toda a sinceridade) do que a do governo que a senhora vereadora apoia.



Mas vir a falar de um orçamento sem estratégia em que devia assumir os erros do passado, eu pergunto, quais? Só se forem os erros dos Mirandelenses que votaram no Presidente José Silvano ou o povo não será soberano.

Quanto às preocupações da Dr.ª Graça Calejo, só lhe quero perguntar duas coisas.

Por acaso conhece as previsões da taxa do crescimento médio estimado para o ano 2010/2011 da economia mundial e quais as suas diversas tendências?

A economia mundial vai abrandar em 2011, digam aquilo que disserem, digam as previsões que disserem. Com taxa de crescimento a diminuir de 4,8 este ano para 4,2 para o próximo ano de 2011, esta média global oculta diferenças importantes no andamento das diversas regiões.

A zona Euro é onde nós estamos inseridos, vai concentrar os ritmos mais baixos. Temos há 15 anos consecutivos os governos do PS e o que eles fizeram senhora vereadora Dr.ª Júlia Rodrigues para inverter tudo isto que está a acontecer, simplesmente nada. Aqui, infelizmente, está inserido o nosso país, em último, Portugal e depois a Grécia, dados do FMI que estão na Internet, se os quiserem ir ver.

A Ásia e a China continuarão a ter taxas de crescimento mais elevadas, no entanto há desacelerações a nível de outros países, como os asiáticos e o Brasil.

Quero dizer à senhora vereadora Dr.ª Graça Calejo, que não há uma gestão de políticas eleitoralistas e, portanto, não é um El Dourado. Evidentemente que não é um El Dourado nem o senhor Presidente e a sua equipe querem responsabilizar outros. Esta Câmara tem sido digna, não com opressões sérias e estratégias, não um déjà vu como diz a Dr.ª Graça. Um déjà vu é uma memória que às vezes pode falhar, nem sempre se consegue distinguir o novo do que já era conhecido, eu já li este livro, "talvez li, talvez não li", já assisti a este filme "talvez o vi, talvez não o visse", portanto, isso é que é o déjà vu.

A senhora vereadora está cheia de dúvidas e talvez falta de memória, imaginação e coragem nas análises que V.ª Ex.ª faz em relação ao seu sentido de voto. Isto parece-me mais um heterónimo.

O senhor vereador Eng.º João casado diz no seu sentido de voto que o Município tem de alterar profundamente diversas políticas que se vêm perpetuando (eu acho graça a isto) de modo deslumbrado mas efectivamente um novo tempo que vivemos, acompanhando novos e melhores paradigmas de gestão autárquica (acho muita piada a isto). Ó senhor Eng.º, o senhor alguma vez, por acaso viu ou deu uma vista de olhos no anuário dos Municípios Portugueses para ver como V.ª Ex.ª lhe chama os melhores paradigmas de gestão autárquica? Sabia que o endividamento líquido das autarquias aumentou 5,8%, quer isto dizer cinco mil milhões, trezentos e quarenta e três mil Euros em 2008, que revela esse mesmo anuário financeiro dos municípios, apresentado numa conferência de poder local? E de acordo com estes autores, esta subida deve-se sobretudo ao impacto da crise financeira no nosso país, governado pelo seu partido, que representa? Aconselho-o a ler esse anuário.

E de acordo com o anuário financeiro, 23 dos 308 municípios portugueses, apresentam um endividamento líquido, zero ou abaixo de dois, dos quais de grande dimensão, Almada e Amadora. Por acaso o de Amadora é do PS e o outro é da CDU, não estou eu a dizer, mas sim o que dizia o anuário.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhor deputado, tem 14 minutos do tempo.

**Deputado Municipal António Figueiredo (PSD):**

Está bem, já vou acabar senhor Presidente.

Entre os municípios, em 2009, apresentavam os maiores níveis de endividamento líquido em Lisboa, oitocentos e cinquenta milhões de Euros, Vila Nova de Gaia cento e sessenta e sete milhões de Euros, Aveiro cento e vinte e dois milhões de Euros, Porto cento e vinte e dois milhões de Euros, logo a seguir Braga e Leiria. Destes dez municípios só Vila Nova de Gaia, Porto, Braga e Maia, conseguiram reduzir o seu endividamento face ao ano 2009.

O senhor Eng.º não faz uma política séria em relação àquilo que deva ter feito na sua intervenção.

E para acabar, mas com a preocupação aqui também, eu queria dizer ao Dr. Miguel que disse em relação ao meu companheiro de bancada que a intervenção era uma intervenção cega e sem critério. Surpreendente! Não faço reparo nenhum à sua intervenção.

Ó senhor deputado, nós não estamos no Iraque, estamos em Portugal. Estamos a ser governados por um governo que é seu, é o seu governo. O senhor votou nele, o irresponsável é o senhor, a crise de consciência deve ser sua e não colocá-la ao meu companheiro de bancada.

Diz que é um orçamento de falsidade. A falsidade é faltar à verdade e este Executivo – a Câmara – nunca faltou à verdade porque o povo é soberano e os governos também tapam e fecham os tais buracos que o senhor deputado aqui referenciou.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhores deputados, dado o adiantado da hora, nós vamos almoçar e estaremos aqui às 14h45.

**Deputado Municipal Paulo Pinto (PSD):**

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, Vereadores a tempo inteiro e não, senhores Deputados e comunicação social.

Especialmente este ponto do orçamento e plano já vai longo. Já foram discutidos, mais que escarpados os itens que dizem respeito, com as bancadas de parte a parte, a Câmara Municipal com o seu plano e orçamento, tendo em conta as circunstâncias e os meios e o contexto político social em que vive este país, também tendo em conta a realidade local, a oposição naquilo que lhe é devido, rebatendo os dados, questionando o Município naquilo que verdadeiramente devem questionar, embora com alguma dificuldade em dizer o que é que faziam melhor. Também convenhamos que não é o papel das oposições.

O município sustenta-se no ambiente político social que vivemos, a oposição, que também uma delas poder, tenta numa situação ou outra, nos argumentos que apresenta, nem sempre tem em conta aquilo que verdadeiramente deve ser considerável.

A esta hora já não há discursos escritos que resistam, não vale a pena falar e apresentar mais dados, quando de manhã, de uma forma ou de outra, as bancadas aqui presentes já o fizeram e de que maneira.

Eu procurei em pouco tempo encontrar um ponto comum que no plano e orçamento possamos dizer a quantos nos escutam lá fora (não sei quantos), aquilo que verdadeiramente, nós, quer Assembleia Municipal, quer o Município – sob pena de eles não perceberem nada do que está aqui em causa – um ponto comum onde, espero eu reconhecidamente por todos, pelo menos a oposição não falou neles, que é um ponto comum onde nos revemos e é a preocupação de todos.

Preocupação de todos aqueles que estão no Executivo, preocupação de todos aqueles que estão no terreno, preocupação de todos aqueles que estão em casa e tudo fazem para que os seus educandos tenham as melhores condições e os melhores meios, preocupação de todos também numa oposição, independentemente de membros desta Assembleia que dum forma ou de outra, quer empresários, quer também encarregados de educação, quer por profissões que representem de uma outra espécie, todos nós de uma forma ou de outra, contribuimos significativamente.

E o ponto em comum que encontrei neste plano e orçamento onde nos possamos todos entender, vão concordar comigo, acautelar as devidas distâncias) que a educação é um ponto comum que nos une, que nos vangloria enquanto poder e onde a oposição concordará também com os números que iremos apresentar, que este município tem feito algum esforço. Quando digo que é um ponto comum, sustento-me que o município considerou como estratégia fundamental na panóplia de obrigações que tem para exercer política neste concelho, é a educação, os 30% do orçamento que a Câmara Municipal gasta na educação, 30% do orçamento é gasto em despesas de investimento na educação, a todos nos compromete, a todos nos obriga a reavaliar aquilo que o município fez, que foi, ao reavaliar, separar o que é acessório e tornar importante aquilo que verdadeiramente é importante, reorganizar naquilo que verdadeiramente deve reorganizar e responsabilizar. Já não é um termo novo, porque andamos aqui há umas sessões largas e também ao longo dos tempos a falarmos cada vez mais em desenvolvimento sustentável e isto, reavaliar e responsabilizar, é a tomada de consciência por parte de cada um de nós, naquilo que verdadeiramente devemos contribuir e devemos fazê-lo.

Eu diria que a educação, pelos seus números, 220 funcionários, 350.000,00 Euros em alimentação, despesa que tem vindo todos os anos a subir e irá subir seguramente, 1.600.000,00 Euros em transportes, num gasto total de 30% do orçamento global da Câmara Municipal de Mirandela, é gasto na Educação.

O que eu quero dizer com isto? Eu diria, até porque a época natalícia quase obriga e depois de tudo o que aconteceu de manhã, onde os discursos foram todos bem feitos e levados ao limite, é o ponto comum onde oposições e Câmara Municipal deviam estar de mãos dadas.

Eu identifiquei no discurso do deputado Baltazar Aguiar, quando ele fala em “projectos âncora para o desenvolvimento” e identifiquei no discurso do CDS/PP, “Mirandela destacável”, quando se referiu a eventos e que eles deixaram de existir. Identifiquei também na bancada do PS por parte do Eng.º Baltazar, uma palavra que foi “desenvolvimento rural e regional” e também identifiquei outra palavra que foi “competitividade”.

Só há uma estratégia possível que possa combater e nos colocar, a nós, mas sobretudo às gerações vindouras e todos aqueles que encontrarem emprego nesta cidade, sermos mais fortes e melhores.

A Educação foi tida por esta Câmara Municipal como o Departamento verdadeiramente estratégico para o desenvolvimento destas populações.

Podemos mais tarde não conseguir um emprego na cidade de Mirandela. A deputada Marisa Aranda encontrou facilidade, mas os filhos dela talvez já não terão facilidade em encontrar emprego nesta cidade, mas se calhar é o que nos resta, eu também tenho isto comigo. Apresentou tantos dados e tanto os últimos censos e as variáveis sócio económicas que aqui apresentou, foi nesse sentido que nos indicavam. Nós já não trabalhamos para atrair mais população, nós trabalhamos para garantir aqueles que cá estão e sobretudo aqueles que cá estão, não só nesta terra ter uma educação de nível, cuidada, onde tudo que aprendem e possam exprimir aqui ao longo dum percurso académico, lhes dê sustentabilidade para conseguirem um emprego em qualquer parte do mundo.





A desertificação é um problema, dificilmente vamos trazer para cá mais população, lutando contra o desemprego, mas vamos sobretudo, àqueles que cá estão, tratar bem, dar-lhes a possibilidade de estudar, aqueles que cada um de vós em casa trabalha para dar as melhores condições aos seus filhos, preocupados com o ensino público, porventura o inglês fora da escola, mais o investimento que fazem numa prática desportiva, eles se possam complementar de forma global e que se possam realizar enquanto homens, porque o trabalho realiza o homem em qualquer parte do mundo.

É isto em que poder público neste momento se deve preocupar e deve assegurar daquilo que verdadeiramente está a fazer.

Isto quase parece um discurso do pacto de regime em relação à educação, porque não vale a pena a Câmara Municipal dizer que faz bem e gasta muito dinheiro, não vale a pena as oposições que fazem mal e que não concordam com aquilo que fazem, porque em cada uma das oposições que aqui está e se me permite eu dou o exemplo do Eng.º Baltazar, - que muito amavelmente aceitou o pedido de uma minha colega para um patrocínio duma equipa desportiva na escola onde eu trabalho - não vale a pena, enquanto ele, oposição nesta bancada reclamar com aquilo que a Câmara Municipal não faz bem ou não investe e depois por fora ser o primeiro a dar a mão a colaborar e permitir também à semelhança do que aconteceu com ele, permitir que os jovens desta cidade se possam realizar enquanto alunos.

Não vale a pena à Câmara Municipal, até porque gasta 30% das verbas do município e nós em cada lugar que estamos, com o nosso esforço, com o trabalho do nosso dia-a-dia, com as nossas privações, também nós em casa possibilitarmos tudo de bom e de melhor aos nossos filhos.

Quase me apetecia dizer que este seria um discurso da reconciliação em relação ao orçamento, é que pelos vistos de manhã não houve encontro possível.

Elegi a educação para haver aqui um ponto de concórdia de reavaliação, de reduzir naquilo que verdadeiramente é acessório e investir naquilo que é verdadeiramente importante, reavaliar as políticas que estão a ser feitas, para isso temos um conjunto de órgãos intermédios, nomeadamente as escolas secundárias, o primeiro ciclo, através dos seus concelhos gerais, através dos seus departamentos, através dos delegados de disciplina. Nessa parte que eles fazem que é a questão técnica, não estou para equacionar aqui o que faz um arquitecto, o que é que faz um de vós nas suas profissões, o que é que faz um médico, o que é que faz um veterinário, eu nisso não me meto porque tem a ver com questões técnico pedagógicas e há entidades que o devem fazer em momento próprio.

Estou aqui preocupado é com a questão política e a questão política é que a Câmara Municipal elegeu na panóplia de obrigações que tem em relação a esta cidade, para garantir a sustentabilidade, para garantir o desenvolvimento desta região e sabemos que ele é difícil, elegeu a Educação como bandeira principal.

Vi que o turismo cultural ficou afectado pelos eventos. Ó meus amigos, eventos e outros eventos que venham aí, é só passar esta nuvem e tudo deve ser feito para que a cidade se promova cultural e turisticamente.

É num ápice, eventos não faltarão, não faltarão entidades locais a querer promover eventos e não faltarão na Câmara Municipal entidades privadas a procurar os seus patrocínios.

Falamos também num património da Educação que muito dele está a ser abandonado. Isto é uma política de equidade, concordamos com esta observação, que há escolas primárias que entram ou estão abandonadas há algum tempo, é preciso investir nelas, mas mais do que isso e nós enquanto membros desta Assembleia Municipal e enquanto políticos, ficamos muito mais responsabilizados, depois de prontas o que é que lá vamos fazer? Sob pena de nos colarmos não sei quantos políticos que fazem pontes e aeroportos e depois não conseguem justificar e sob pena de penalizar o erário público naquilo que tem a ver com os seus impostos.

Meus amigos, no tempo que vivemos há uma nova ordem, a ordem que aqui temos vindo a propagar é a do desenvolvimento sustentável e a educação. O seu património, as suas políticas, têm muito a ver com esta nova ordem, que queremos cada vez mais potenciadas, redimensionadas à política local, porque os nossos jovens mesmo que não consigam emprego cá em Mirandela, a sua formação, aquilo que adquiriram em tempo jovem, as referências são tantas e tão positivas que: uns, aqueles que cá estudaram possam vir cá sazonalmente visitar os seus familiares, ainda que idosos e outros também hão-de encontrar essas referências nos novos eventos que havemos de fazer, porque vieram a Mirandela num desses eventos. E porque ouvem as melhores referências em relação a esta região, possam num supermercado ou num hipermercado, cada vez que virem lá azeite de Trás-os-Montes ou produtos da terra de Trás-os-Montes, se revejam por qualquer experiência positiva que aqui tiveram e os possam comprar.

Eu não vim aqui falar da escola a tempo inteiro, porque o que me preocupa aqui é a questão política. Não vim falar do inglês, das expressões motoras, não vim falar do plano da matemática, não vim falar de documentos da OCDE, no que já nos recomendaram, dantes trabalhávamos ao nível das habilitações, agora passamos para o nível das competências, segundo dizem estamos melhor. Ainda não falámos foi nos métodos de avaliação.

Eu não venho aqui falar no plano tecnológico, não venho falar no plano nacional de leitura, não venho falar nas visitas de estudo, não venho aqui falar no nível universitário, como ouvi aqui a uma bancada chamar



ilhas ao nível universitário em Mirandela, temos cá os cursos, mas depois não temos alunos, é por isso que temos que nos unir para sermos mais fortes e conseguirmos vender isto da melhor maneira por esse país fora e não vim falar de outras coisas mais em relação à educação. Isto tudo são despesas para aquele município, porque já nem hoje, aquilo que o estado se comprometeu, quando falou na escola a tempo inteiro, uma das coisas era os centros escolares e deslocalizar as criancinhas para os novos centros escolares, se fez o financiamento num primeiro tempo, hoje já não o está a fazer, sabem porquê? O Estado pagou às quatro criancinhas que foram deslocalizadas de uma aldeia para um centro escolar, mas as outras quatro que já nasceram, essas já não estão ao abrigo desse plano e dessa deslocalização.

Cada vez mais o município vai ter despesas com a educação, nomeadamente com os transportes e com a alimentação. Para dizer o quê? Que este investimento que a Câmara Municipal está a fazer, acho que é uma bandeira comum.

Atenção, quando falo aqui num discurso de consenso ou de pacto de regime, não é que nos acomodemos, que as oposições façam o verdadeiro trabalho ou deixem de fazer, sempre na perspectiva de quem governa faça mais e melhor, mas também temos que nos associar num discurso comum, que eu há bem pouco tempo, numa actividade que tive na escola, foi perguntado pelo médico do centro escolar para se pronunciar sobre uma actividade e ele não a via em Mirandela.

A juntar a tudo isto, um orçamento do Ministério da Educação que todos os anos tem vindo a diminuir.

As coisas não estão fáceis, nós sabemos perfeitamente que à semelhança do que acontece na educação é aquilo em que nos temos vindo a redimensionar em relação àquilo que nós fazemos em casa com o que é verdadeiramente importante para sustentarmos a família e o que é acessório e podemos retirar.

Neste debate do plano e orçamento, eu identifiquei uma variável que é a educação, não sei se concordarão comigo, podemos não concordar aqui e acomodarmo-nos nunca, mas vamos unir-nos numa voz única a favos das gerações vindouras.

Educação sempre e cada vez melhor, para bem do nosso desenvolvimento regional.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhor deputado, não há problema nenhum. Não o temos no nosso registo mas faz favor de usar da palavra.

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

É sobre esse assunto, senhor Presidente. Agradeço a sua atenção. Eu tinha chamado a atenção para o Secretário Rui Magalhães.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Ó senhor deputado, peço desculpa, é uma questão menor, a mesa pode cometer os seus equívocos, estamos aqui para apresentar desculpas e para respeitar o regimento. Tenha a bondade de usar a palavra.

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Eu é que peço desculpa e agradeço a sua atenção senhor Presidente.

Senhor Presidente, eu vou ser breve e vou falar apenas na sequência das duas intervenções que aqui foram proferidas. Começo pelo deputado Paulo Pinto, para dizer que me congratulo com a sua intervenção. Em muitas coisas que disse estou inteiramente de acordo consigo porque penso que a educação é de facto um aspecto essencial para o qual devíamos ter muita atenção e não temos. Não temos tido nós aqui, não têm tido outras instituições a nível nacional.

Tenho muita pena que sobre esse assunto não tenha havido oportunidade desta Assembleia poder trabalhar como aqui já tenho proferido e dito muitas vezes, entre assembleias. Tenho pena que não possamos aprofundar esse e outros assuntos e outros temas em comissões específicas que o regimento permite que sejam formadas provisoriamente para assuntos específicos, porque entre assembleias poderíamos de facto chegar a acordos e hoje não estaríamos na circunstância de não nos identificarmos de modo algum com este orçamento porque aquilo que foi dito em Setembro que era para ser um orçamento participativo, não o é de facto.

Eu concordo com o seu discurso, mas há-de concordar comigo que a praxis do seu grupo municipal não tem sido essa, não tem havido essa disponibilidade para, se me permitir, haver um pacto de regime relativamente a um conjunto de situações. E além da educação, poderíamos falar doutras coisas que têm que ver com o desenvolvimento a nível regional, nomeadamente as questões relacionadas com a agro-pecuária e com a agricultura que têm sido muito desprezadas.

O concelho de Mirandela é em termos agrícolas na região dos mais poderosos, dos mais importantes, no entanto em termos dessa projecção, ela não existe e são os concelhos vizinhos que recolhem mais-valias sobre a especificidade de determinados produtos que nós temos, a qualidade intrínseca desses produtos e Mirandela fica afastada disso, fica parece contente com o facto de haver um produto regional muito conhecido que é a alheira de Mirandela e pouco mais.



Não vem aqui falar dos relatórios, porque se calhar isso não é o mais importante. É evidente que os relatórios, os anuários, tudo isso é muito importante, mas eu pergunto: porque é que os Presidentes de Junta de Freguesia que aqui estão querem saber sobre os anuários estatísticos, sobre a projecção que Mirandela tem ou não tem, se o orçamento que vão ter este ano vai ser zero e o orçamento que tiveram o ano passado foi zero? Rigorosamente nada.

Qual é o esforço que este orçamento teve para trazer para as juntas de freguesia uma responsabilidade na utilização de verbas que podem ter? Qual é a equiparação que existe em termos de utilização orçamental entre freguesias? Ela é equitativa a todos? Todas as freguesias gastam em proporção ao número de habitantes que têm nas suas freguesias ou haverá freguesias que por razões diversas conseguem obter uma fatia maior que outras? São todas estas questões que eu gostaria de ver reguladas.

A mim pouco me interessa saber o que diz o Kelvin Lins. Se alguém aqui nesta sala souber quem é o Kelvin Lins, contam-se pelos dedos de uma mão e sobram dedos. Esse não é o aspecto que para mim é mais importante. As opções estéticas, arquitectónicas de desenvolvimento duma cidade são de facto muito importantes e esse é um assunto que interessa.

Agora pergunto: qual é o Presidente de Junta de Freguesia que quer arranjar um caminho, que quer fazer um pequeno melhoramento para bem das populações a nível local, que quer desenvolver uma actividade qualquer para bem das pessoas, que quer apoiar as pessoas com dificuldades que quer saber quem é o Kelvin Lins? Essas pessoas querem saber o que está nos anuários estatísticos por muito importantes que sejam? É isso que querem saber? Não é isso que querem saber. Não querem saber onde é que o Primeiro-Ministro compra a gravata ou o casaco. As pessoas podem até abjectar o facto de o casaco seja comprado seja onde for.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Senhor Presidente tem a palavra.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado senhor Presidente e senhores deputados. Espero que o almoço tenha corrido bem a todos e que não tenha feito mal a ninguém e que a digestão se faça agora calmamente. Vou responder às questões postas aqui, pelo menos em termos pedagógicos e com algum conteúdo duma verdadeira discussão do orçamento.

Pensei que esta assembleia se preocupava em saber porque se tinha chegado a determinados valores e onde é que estava o tal princípio que a Câmara enunciava e ouvi mais espuma do que outra coisa. Muitas das doudas intervenções que foram aqui feitas foram dignas de grandes parlamentos nacionais.

No orçamento existem três princípios simples que são princípios gerais facilmente detectáveis e que nós podemos concordar ou discordar, mas que estão lá.

Os três princípios simples, para entender este documento, são:

**Primeiro** – pagar dívidas existentes;

**Segundo** – as obras participadas pelos fundos comunitários poderem decorrer dentro do período do Quadro Comunitário de Apoio;

**Terceiro** – que a repercussão desta estratégia de algum apertar do cinto e de alguma contenção de despesa e aumento de receitas permita disciplinar a Câmara para que no período ou no fim do período de crise que possa existir possa ter também esses reflexos da Câmara ser mais magra em termos de custos, em termos de futuro.

Perguntar-me-ão porque não começamos pelo orçamento de base zero. Toda a gente percebe porquê. Porque só pode haver orçamento de base zero quando os encargos assumidos e não pagos do ano anterior estiverem todos resolvidos. Só se pode pegar num orçamento de base zero quando vamos ao ano a que se dirige o orçamento e inscrevemos lá tudo o que pretendemos fazer e aquilo que pretendemos pagar durante esse ano.

Por isso é que as pessoas não percebem e eu percebo que não percebiam, mas também o deviam perguntar quando fizeram uma análise às despesas correntes. Mas nós não percebemos porque que as despesas correntes eram em 2010 de xis e ainda aumenta ou diminui pouco para 2011, pois não, a pergunta que se propunha era saber se nas despesas de 2011 não estão encargos assumidos e não pagos naquelas rubricas de 2010.

Se as pessoas tivessem percebido esse exercício e fossem fazer as continhas para 2011, retirando o que não está pago de 2010, sabiam qual era a diferença que reduzia as despesas correntes no ano de 2011. Eu dou um exemplo que foi aqui também levantado por um deputado nas transferências. Porque é que havia uma rubrica orçamental de um milhão e meio de Euros que estava em transferências e não estava no orçamento anterior? Era explicado duma maneira simples. No orçamento anterior as dívidas que existiam e os pagamentos dos resíduos sólidos urbanos eram feitos através da empresa intermunicipal de resíduos e a partir de Janeiro de 2010 passaram a ser debitadas directamente a cada Câmara Municipal para que os pagamentos





fossem mais fáceis. Automaticamente, em 2010 não havia esse milhão e meio. Em 2011 passa a haver nas despesas correntes esse milhão e meio que vem de transferências financeiras.

Como outra questão muito simples que também se põe e que deve levar a estas situações. Se nós nos encargos que estão de despesas de funcionamento de 2010 e nos 8 milhões que lá existem soubermos que 3,1 milhões são relativas a despesas de funcionamento, percebemos que elas estão acrescidas desse valor porque é um encargo assumido e não pago. Isto leva a que na realidade o orçamento tenha menos cerca de oito milhões de Euros do que tinha em 2010, porque senão não era possível fazer esse acerto.

Como tal, quando a Câmara estiver em condições de fazer o orçamento zero, irá fazê-lo mas não pode ser feito nunca com orçamentos com compromissos assumidos e não pagos.

Assumo sem qualquer tipo de problemas que é um orçamento restritivo ou de contenção, ou como alguns disseram, de apertar o cinto. É verdade, há que o assumir, é verdade, mas eu não percebo onde é que está o defeito. Um orçamento desse tipo apresentado na Assembleia da República pelo Partido Socialista ou pelo Governo seria visto pela oposição como um orçamento de coragem.

Depois destas explicações simples que são transversais às perguntas dos senhores deputados, há que perguntar: Mas então porque há um aumento de despesas? Já expliquei que não porque há uma redução. Quem fizer esta análise técnica, número a número, sector a sector, com o que está assumido e não pago de 2010, percebe perfeitamente ao que eu quero chegar, senão não podia reduzir na fase final.

Outra pergunta que também é feita e bem: então porque há a diminuição de receitas? É fácil explicar. Quem consulta as transferências financeiras, por um lado, e os impostos directos e indirectos por outro, um orçamento municipal é feito de duas coisas essenciais: transferências directas do Governo e impostos directos e indirectos, através de taxas ou outros impostos municipais. Não há mais nada, ninguém inventa aqui nada, a não ser a venda de propriedades se as houver. São apenas essas as receitas com que nós podemos contar.

Se houve a nível nacional em relação à Câmara de Mirandela um decréscimo de 5,7% nas transferências municipais, automaticamente há uma redução desse valor nessa transferência.

Se há também por política da Câmara, errada ou não, mas votada nesta Assembleia por grande maioria, não estou a dizer que os que discordaram tenham razão ou não, foi votada, que dois anos anteriores havia isenção dos 5% do IRS que ficava para as famílias. Automaticamente, em 2011 e 2012 não vai haver essa compensação monetária que representa cerca de 670.000,00 euros para o Município de Mirandela, vão recebê-las os municípios nesses anos, a partir do IRS deste ano de 2011. Há aqui mais cerca de 5% de redução nas transferências efectivas que vão para o município, estamos a falar já de 10%.

Mas eu dou de barato isso, eu nem criticava, nem fazia um orçamento restritivo, se fosse só pelos 10%. Os 10% representavam 1,1 ou 1,2 milhões de euros ou no seu conjunto anual. O problema é que a estagnação, a crise e as situações que se vivem na sociedade e essas são concretas das empresas e dos municípios, já levou em 2010 à redução de mais de 10% nas receitas directas e indirectas e vai levar em 2011 a um aumento significativo, que eu prevejo e é uma previsão superior a 20%.

Se é superior a 20% e se eu cobro cerca de onze ou doze milhões de euros em receitas desses impostos directos e indirectos, eu tenho uma redução de mais 2,2 milhões de euros, aproximadamente, de redução de receitas, que somadas dão cerca de 4 milhões de Euros. Portanto, se eu tenho menos 4 milhões de euros de receitas, eu tenho que fazer, quer queira, quer não queira, sob pena de irresponsabilidade, um exercício político de redução dessas situações. Mas se eu quero ir mais além e quero pagar dois milhões em cada ano para não ter dívidas a fornecedores no final do mandato, eu não tenho que cortar só os quatro milhões, tenho que olhar também para esse número que preciso abater.

Isto são os princípios que enformam este orçamento, que se pode concordar ou discordar toda a gente tem legitimidade, mas têm que os compreender.

É evidente que chegamos ao outro ponto que aqui foi levantado por muitas bancadas, que é: mas então porque é que se aumentam as receitas, dizia uma senhora deputada e bem, que olhou para a factura da água e que começou a enumerar o que aqui disse, mas se olhar para a da EDP ainda é pior, porque chega a 47% esse desconto de várias alcavalas que estão na respectiva factura.

Os sistemas de abastecimento de água têm de obedecer ao princípio da sustentabilidade, alies defendido a nível nacional pelo PSD e CDS. Para haver essa sustentabilidade, têm que as receitas equiparar-se às despesas dos serviços que prestamos. O mesmo se aplica aos resíduos sólidos urbanos. Sem a aplicação desse princípio, nenhuma Câmara pode subsistir financeiramente e em Mirandela os serviços prestados a esse nível ultrapassam os 3,5 milhões e meio de euros por ano. É justo que deva pagar quem consome e na proporção desse consumo.

E diziam-me algumas pessoas porque não fiz isso no passado? Ó meus amigos, não é fácil quebrar com as situações de um dia para o outro. Ainda há 10 anos não se pagava nada nesses serviços. Ainda hoje há câmaras que levam pela água e pelo saneamento taxas insignificantes porque pagam os municípios tudo através dos impostos.

Se as câmaras fizerem sustentabilidade nestas duas prestações de serviços – água e saneamento – podem ter a certeza que têm qualquer delas o futuro assegurado porque é aqui que está grande parte dos serviços prestados e são básicos, são universais, são essenciais e representam muito dinheiro. Sendo assim,

nunca vamos abdicar do princípio da sustentabilidade porque nós quando fizemos o crescimento dessas taxas, nomeadamente dos resíduos sólidos, tivemos um estudo que permitia que até 2013 as coisas ficariam equilibradas em termos de receitas e despesas. Aprovamos nesta Assembleia no último ano a primeira subida das taxas e provamos logo que isto tinha uma componente de sustentabilidade até 2013, que tem que vir todos os anos a esta Câmara e a esta Assembleia Municipal para fazer a respectiva actualização.

Em relação a outra das questões que aqui foi levantada por muitos e que eu também imagino que é de preocupação é a questão do endividamento. Eu percebo que as pessoas se preocupem com o endividamento da Câmara. O que eu não percebo é que as pessoas achem que a situação da Câmara de Mirandela está descontrolada, quando isso não é verdade. A questão do endividamento é objecto de controlo por parte do Tribunal de Contas e este nunca declarou que a Câmara de Mirandela tinha ultrapassado a sua capacidade de endividamento. Além disso, a DGAL controla mensalmente, por meios informáticos, as despesas de pessoal e as despesas correntes em termos dos critérios legais estabelecidos. O que é um facto é que há câmaras que já ultrapassaram essa capacidade e a de Mirandela não a ultrapassou.

Depois desta explicação geral que eu tinha obrigação de dar, queria responder a algumas questões concretas postas pelos senhores deputados, nomeadamente o Dr. Pilão, sobre Linha do Tua e empresa Metro Ligeiro de Mirandela. A previsão neste orçamento baseia-se na condução das negociações que existem para a Linha do Tua e que dizem o seguinte: A Câmara de Mirandela e é um dado assente, não fica com a exploração do Metro Ligeiro de Mirandela. É entre carvalhais e o Cachão, se a Linha do Tua ficar a ser explorada por uma empresa ou por uma agência de desenvolvimento criada no âmbito das contrapartidas da barragem da EDP, ficando essa entidade a explorá-la até ao Cachão e depois do Cachão até Mirandela, ser a Câmara de Mirandela, através do Metro.

O que está consensualizado e irei defender e irá aqui ser aprovado na devida altura é que hajam as contrapartidas concretas. Defendemos que deve ser a mesma empresa a explorar a Linha entre a Brunheda e Mirandela, incluindo o troço entre o Cachão e Carvalhais. A Câmara Municipal de Mirandela não pode continuar a ter prejuízos nessa matéria. Dir-me-ão com preocupação: mas então o que é que acontece aos funcionários do Metro Ligeiro de Mirandela? Muito simples! Todos serão reintegrados na futura empresa ou na Câmara Municipal. No total são nove funcionários e defenderemos o seu emprego até ao limite. Isto para explicar ao Dr. Pilão sobre a pergunta que ele me fez no respeitante a este assunto.

Em relação à questão colocada sobre a transferência de 1.145.000,00 Euros para as colectividades, eu pergunto: se essa verba não for atribuída, será que alguma colectividade se mantém? Será que elas podem ter as actividades e cortá-las de um momento para o outro? Eu penso que não, que esta situação tem que ser revista, tem de ser mostrado que há crise e que há dificuldades, mas isto tem um tempo para que a sociedade civil também funcione porque também tem expectativas criadas ao longo dos tempos e que não pode acabar de um momento para o outro.

Quanto às outras questões, penso que se incluem todas elas nesta filosofia que eu acabei de explicar do orçamento, sem ter agora em vista nenhuma questão concreta que se englobam nestes princípios para vos dizer que nem sempre aquilo que se diz corresponde à realidade.

É o nosso ponto de vista político sobre essas questões. E quando o Eng.º Baltazar diz que isto parece fim de ciclo, eu digo-lhe que estava à espera que com o fim de ciclo (digo-vos com toda a sinceridade) houvesse mais determinação, mais empenho, mais estudo e mais motivação na assumpção de alternativas credíveis para essa situação a médio e longo prazo e não vi nada disso, com toda a franqueza, nesta Assembleia Municipal.

Vocês têm todo o direito de criticar o Executivo a tempo permanente, assim como eu tenho todo o direito em dizer o que penso da oposição.

**Presidente da Assembleia Municipal:**

Estamos em condições de votar.

Quem é que vota contra?

Quem se abstém?

**Secretário da Assembleia Municipal Humberto Cordeiro:**

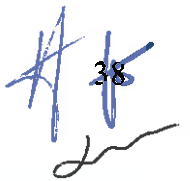
O resultado da votação do 4.2, é o seguinte:

Votos contra - 13

Abstenções - 1

Votos a favor - 47

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 61 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por maioria, com 47 votos a favor, 1 abstenção e 13 votos contra, nos termos propostos:**



- 1 – Aprovar as Grandes Opções de Plano e Orçamento da Câmara Municipal para 2011, que integra o mapa de pessoal conforme disposto no n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 3.º e 5.º de Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro;
- 2 - Aprovar o pedido de autorização genérica para delegação de competências nas Juntas de Freguesia nos termos do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, sempre que este procedimento contribua para melhorar a eficácia no cumprimento dos objectivos definidos;
- 3 – Aprovar o pedido de autorização genérica para contracção de Empréstimos a Curto Prazo nos termos do n.º 7 do art.º 38.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.”

**PONTO 4.3 - S. M. A. – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2011.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06 de Dezembro de 2010 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 1 abstenção do membro do CDS/PP, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (P.P.I.) dos Serviços Municipalizados de Água (S.M.A.) para 2011;
- 2 – Submeter deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

**Deputado Municipal Rui Sá (PSD):**

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, a todos muito boa-tarde.

Eu vou fazer marcadamente a minha intervenção relativamente aos Serviços Municipalizados mas antes de começar a intervenção propriamente dita, gostaria de dizer aqui duas ou três coisas que fogem um bocadinho ao ponto da ordem de trabalhos dos SMA.

O que eu queria aqui dizer era para o senhor deputado Dr. Miguel Ângelo e sendo louvável a atitude que aqui teve de defesa dos senhor Presidentes de Junta e das Juntas de Freguesia, é verdade, eu gostaria muito de ver tratado neste documento justificativo do orçamento, de ter lido muitas vezes a palavra de Junta de Freguesia, mas não a li nem uma vez. Contudo, serve também para lhe dizer que não precisamos que nos nomeiem um advogado oficioso para a nossa defesa porque nós somos Presidentes de Junta há muitos anos, sabemos muito bem defender os nossos interesses, sabemos muito bem como devemos fazê-lo e não nos temos sentido prejudicados por isso.

Doutra forma estaríamos aqui a fazer o voto contra, provavelmente contra este orçamento apresentado. Mas fico com algum registo, na qualidade de Presidente de Junta, da sua intervenção.

Também não gostei do termo, quando falou do exército, no cerco a Bagdad e preocupei-me, porque vi hoje aqui, já durante a manhã e depois um bocadinho mais tarde, alguns oficiais do exército a quererem tomar conta das tropas e eu não sei para quem é esse cerco.

À senhora deputada Aranda gostaria de perguntar onde é esse reino maravilhoso de Miguel Torga porque se souber de algum reino maravilhoso diga-me que eu também mando para lá as minhas filhas.

Relativamente ao orçamento dos Serviços Municipalizados irei votar favoravelmente, mas gostava de dizer o seguinte:

Lê-se na justificação do orçamento, na página 14, no ponto 2, diz:

“Aumento de Receitas” Para 2011 prevê-se a transferência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o Município.”

Com isto fico satisfeito, já disse que irei votar favorável o orçamento, porque espero daqui um ganho, uma eficiência e uma eficácia relativamente aos serviços que os SMA vêm prestando à população.

Vou ler dois ofícios que eu enviei aos SMA e também a resposta dos SMA.

Fiz este ofício em nome da Junta de Freguesia.

O assunto é:

**“Esclarecimento de facturação de água.**

*Tendo surgido algumas dúvidas na forma como são aplicados os critérios para a cobrança de água e respectivas taxas associadas, nomeadamente nos contadores abaixo identificados, facturas em anexo, vimos por este meio solicitar a V.Ex.ª os seguintes esclarecimentos:*

1.º Sendo a Junta de Freguesia titular de vários contratos, o porquê de pagar pela mesma taxa “tratamento de lixos”, valores diferentes, 1,75 € e 2,35 €.

2.º O porquê de em dois contadores, se verificarem consumos de 2 e 10 m<sup>3</sup> respectivamente e não ser cobrado o consumo e noutra contador verifica-se um consumo de 3 m<sup>3</sup> e apenas é debitado 1 m<sup>3</sup>, porquê”

Esta era uma questão relativamente aos contadores da Junta de Freguesia.



Depois, porque a Junta tem sido confrontada todos os fins-de-semana e nós prestamos o serviço à população de lhe pagar pela Internet as facturinhas da água e recebemos o respectivo dinheiro e somos confrontados sistematicamente com estas perguntas e a junta de freguesia sentiu necessidade de fazer um ajuntamento de facturas e de fazer um estudo mais pormenorizado das questões que as pessoas colocavam.

Então digo assim no assunto:

**“Esclarecimento de facturação de água**

*Tendo surgido algumas dúvidas na forma como são aplicados os critérios para a cobrança de água e respectivas taxas associadas, nomeadamente no contador abaixo identificado, na grelha abaixo e nas cópias das facturas em anexo vimos por este meio solicitar a V.Ex.ª os seguintes esclarecimentos:*

*1.º Atendendo a que no mês de Julho não foi realizada leitura, apenas foi debitado por estimativa 9 m3 de consumo médio, muito aquém do espectável, para de seguida no mês de Agosto cobrar 30 m3.*

*Se o consumo tivesse sido dividido por dois meses, o que seria razoável, o consumo mensal teria sido de 19,5 m3.*

*Dessa forma, não teria sido pago nenhum metro a preço de 4.º escalão e também não teria sido pago o agravamento da disponibilidade de caudal a partir dos 20 m3. No exemplo apresentado o munícipe teria pago menos entre o que pagou do 4.º escalão e o agravamento da taxa, 15,39 €.*

*Questiona-se porque razão não é encontrado o consumo médio mensal/ano à semelhança do que faz a EDP?*

*2.º No mês de Setembro não foi realizada leitura e por estimativa foram debitados ao mesmo consumidor 21 m3. Questiona-se porque motivo ou baseado em que estimativa foram no mês de Setembro debitados 21 m3 e não 19 m3.*

*Dessa forma ter-se-ia poupado ao munícipe a taxa de disponibilidade de caudal com uma redução de 11,5 €.*

*Nos dois exemplos citados poder-se-ia ter poupado ao munícipe 26,89 €.*

*Este é apenas um exemplo, mas sendo apenas um não deixa de ser representativo do que se passa com os restantes municípios da freguesia, poderia enumerar dezenas.*

*Senhor Presidente, os critérios para aplicação/cobrança de taxas, principalmente quando se fala de taxas progressivas, para serem justos devem ser bem aplicados e de igual forma em todo o concelho.*

*Não deverão os municípios das freguesias, como parece, ser discriminados comparativamente aos da cidade, onde a leitura é feita mensalmente.”*

*E no quadro em anexo identificavam-se os recibos e estas situações todas que vos enumerei.*

*Passado algum tempo, recebo uma chamada dos SMA, a dizer-me que iria ser esclarecido sobre as suas questões.*

*Disseram-me por telefone, que as taxas isto, que as taxas aquilo e no fim da conversa disseram: consideramos que o senhor Presidente está esclarecido. Eu disse... não, não, eu não estou esclarecido.*

*Dirigi-me pessoalmente aos SMA para saber desse esclarecimento, qual é o meu espanto, os ofícios não apareciam nem vivos nem mortos, não apareciam!... Passado meia hora encontraram-se os ofícios, dirigi-me com eles a um funcionário e questionei sobre as taxas da Junta de Freguesia.*

*Verificado no computador e vistas as taxas, o funcionário responde-me desta forma...ah, e muita sorte tem você, porque senão pagaria pela taxa que você diz de 1,75 €, pagaria 2,35 €. Eu disse que a taxa de 2,35 era para consumidores industriais e que eu saiba a junta de freguesia não é consumidor industrial. O funcionário respondeu, de facto tem razão e naquele momento mudou a taxa de 2,35 € para 1,75 €.*

*A minha questão é somente quanto isto. Fica ao livre arbítrio de qualquer trabalhador ainda que seja uma pessoa muito conceituada e um excelente funcionário, não ponho em causa minimamente isso.*

*Pode um trabalhador mudar uma taxa sem um documento que o autorize do seu superior hierárquico? Foi efectivamente o que aconteceu.*

*Relativamente ao particular, foi-me dito para ir lá e que lhe iriam fazer a devolução do dinheiro cobrado a mais.*

*Mas agora a minha questão coloca-se. E dos outros que não foi feita reclamação?*

*Senhor Presidente, são milhares e milhares de euros nesta situação. Eu venho aqui dizê-lo e custa-me muito vir aqui fazê-lo. De outra forma não o consegui resolver, senão o teria feito.*

*Foi-me prometido que futuramente a situação será resolvida, é a minha esperança, que com esta junção os SMA prestem de facto um serviço justo à população.*

*Eu concordo com o princípio do consumidor pagador, mas que seja com justiça. O que se não consome, não pode ser pago.*

*Depois mandaram-me resposta a estes dois ofícios o ofício que eu vou passar a ler:*

*“Em resposta ao ofício 20/2010, datado de 30/10/2010, tenho a informar o seguinte:*

*A questão que V.Ex.ª coloca sobre a taxa do lixo do consumidor n.º 45092, em nome da Associação Cultural e Desportiva e do Consumidor n. 11384, Junta de Freguesia, campo de futebol, por lapso os códigos dessas tarifas foram incorrectamente inseridos, estando actualmente correctos.*

*Perante esta situação, haverá um reembolso a favor dessa instituição.”*

É assim, eu queixei-me. E quem não se queixa?

A fé que eu ponho e a mensagem que eu deixo é que vejo com bons olhos esta integração e que os serviços municipalizados façam o serviço que têm que fazer.

Espero bem não ter que voltar a referir aqui este tema e que se faça injustiça a quem pagou indevidamente. Pagar o que se consome, muito bem, o que não se consome não deve ser pago.

Boas-festas para todos.

**Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:**

Tem a palavra o deputado Faustino Cunha.

**Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Senhor Presidente, antes da pergunta que eu apenas queria fazer em relação à última intervenção de que eu gostei, do Presidente de Junta Rui Sá, fiquei surpreendido porque pensava que a loja do município atendia também estes assuntos mas prevejo que não.

Neste caso, o município que tem direito a ir lá para receber os vinte e tal euros, vai ter que ir no táxi e depois há-de voltar mas ainda lhe dá para almoçar em Mirandela.

A minha pergunta é muito simples. Nós vamos votar o orçamento dos SMA, eu gostaria de saber se para o ano, isto é, depois de votado e uma vez que se vai fazer a integração dos serviços dos SMA na Câmara, se este orçamento vai ser integrado naquele que já foi votado ou se vai ter autonomia financeira na mesma e em separado. É a pergunta que eu queria fazer. Muito obrigado.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Penso que não há mais inscrições, passo então a palavra ao senhor Presidente da Câmara, por favor.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Começando pela última que acho mais pertinente.

Do ponto de vista legal é possível realizar a integração dos trabalhadores no quadro de pessoal da Câmara Municipal, podendo haver necessidade de uma revisão orçamental.

O que já não é necessário é que a partir do próximo ano as águas de Trás-os-Montes, já a fazerem a respectiva distribuição em alta, a cobrem ao Município as receitas e as taxas devidas em alta, não se justifica autonomia administrativa e financeira dos SMA e, portanto, também não vai haver orçamento de autonomia administrativa e financeira para responder à questão jurídica sobre esta matéria.

Em relação à questão levantada pelo Rui Sá, apetece-me dizer: palavras para quê, estão todas explicadas, mas pelo menos, apesar dessa dificuldade toda ainda teve provimento a queixa, com insistência. Noutros serviços faz-se isso tudo e nem sequer provimento têm as queixas.

**Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:**

Vamos então passar à votação:

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Foi aprovado por maioria, com 2 abstenções e 57 votos a favor

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 59. Membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por maioria, com 57 votos a favor e 2 abstenções, aprovar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento (P.P.I.) dos Serviços Municipalizados de Água (S.M.A.) para 2011."**

**PONTO 4.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) - 2011**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 06de Dezembro de 2010 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, 3 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra (2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP), tendo o Senhor Vice-Presidente – que, na altura, exercia as funções de Presidente da reunião – usado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2 do art.º 89º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**

- 1 – Não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2011;**



**2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Vamos passar ao ponto 4.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) – 2011.

Queria só chamar a atenção porque penso que na deliberação consta Rendimentos do Ano de 2010, creio que é Rendimentos do Ano de 2011.

Está então aberto o período de inscrições.

Deputado Faustino Cunha, faça favor.

**Deputado Municipal Faustino Cunha (CDS/PP):**

Eu começo por pensar que são os rendimentos de 2010 que estão em causa, uma vez que a informação tem que ser feita até 31 de Dezembro de 2010, para o Governo em 2011 poder decidir.

De qualquer forma a minha questão e já tinha pensado vir perguntar, é porque é que estamos aqui a debater isto? É que a ausência de decisão equivale a cumprir a lei.

Não, não senhor vereador, se não houver nenhuma decisão, tudo se processa na normalidade e os municípios recebem a respectiva ...então eu vou buscar a lei para o senhor vereador ver.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Temos mais duas intervenções, tenho que recorrer ao foto finish porque não sei qual foi o primeiro. Miguel Ângelo, faça o favor.

**Deputado Municipal Miguel Ângelo (PS):**

Espero que o foto finish não seja por idade porque sou capaz de ficar envergonhado, não?

Eu vou ser breve relativamente a esta questão dos 5% de redução de IRS para os contribuintes Mirandelenses porque não compreendo a sustentação desta proposta porque ela vem em contradição daquilo que foi dito em anos anteriores.

E em anos anteriores nós chamámos justamente a atenção para alguma ponderação que pudesse existir sobre essa redução e os argumentos que a sustentam, naturalmente são as de proteger financeiramente os municípios, agora não se colocam e, portanto, gostava de perceber melhor qual é a motivação para agora, com repercussões para o futuro se votar favoravelmente ou se propor favoravelmente a cobrança destes 5%, quando antes não se colocou, ou seja. O que é que mudou. São só as dificuldades orçamentais ou os municípios agora já não são argumento. Há aqui uma contradição que o tempo não justifica e se justificasse era no sentido de se manter, porque face às dificuldades financeiras com que as pessoas se confrontam presentemente, seria normal e natural que esta redução se mantivesse. Muito obrigado

**Deputado Municipal Fernando Pilão (CDU):**

Relativamente a este ponto, não vejo qual é a dúvida em que deve vir a esta Assembleia para ser votado.

E para ser votado é naturalmente para ser aprovado ou para ser reprovado, independentemente de ausência de deliberação equivaler à aprovação da taxa pelo máximo. Aliás, este ponto, tendo em conta que é um exercício de poderes tributários, um exercício de poderes fiscais atribuídos à Administração Central, é um ponto demasiado importante para nos abster, para que nós não nos pronunciemos sobre ele na Assembleia Municipal e cada grupo dar o seu contributo relativamente àquilo que pensa quanto a esta questão.

Quando a Câmara prescindiu nos dois anos anteriores, salvo o erro, relativamente a 5% no IRS, não quis arrecadar esta receita, nós criticámos a Câmara porque entendíamos que a Câmara devia ter ficado com esta receita.

Se na altura entendíamos que devia ter ficado com esta receita, se agora vem propor arrecadar esses quantitativos, nós vamos votar a favor, por uma questão de coerência.

**Deputado Municipal José Eduardo Almeida (PSD):**

Muito obrigado.

Boa tarde senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhor Deputados Municipais, minhas Senhoras e Meus Senhores.

Só para um simples esclarecimento.

A Câmara Municipal aprovou e aqui nesta Assembleia também, a não arrecadação destes 5% nos outros anos. Neste momento é uma coisa muito simples, o que é aprovado hoje aqui é a não aceitação destes 5% que se vai reflectir apenas e só, no ano de 2013, porquê? Porque esta deliberação vai ser aprovada depois no Orçamento de Estado em 2011, para os rendimentos de 2012.

Logicamente, os rendimentos de 2012 só vão ser reflectidos no pagamento em 2013.



Era só um esclarecimento que eu queria prestar, porque efectivamente o que estamos agora a não pagar é aquilo que se deliberou anteriormente. O que está deliberado agora só vai ter reflexos em 2013, que pensamos que já nessa altura estaremos com outro fôlego económico e que possamos (nem que seja com mudança do Governo) realmente dar mão a estes 5%.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Queria prestar um esclarecimento porque foi aqui apresentado e se não o prestasse podiam ficar dúvidas sobre este assunto.

Em primeiro lugar explicar ao deputado Miguel Ângelo o seguinte:

Como acabei de explicar atrás, há uma redução de cerca de quatro milhões de Euros nas receitas previstas para 2011. Se há essa redução, a Câmara entende legitimamente, a oposição pode votar contra, que para atenuar essa falta de receita terá que ficar com os 5% do IRS que não ficou nos dois anos anteriores. Esta é a justificação, pura e simples, concorde-se, ou se discorde dessa política.

Em segundo lugar, apetecia-me dizer, não sendo verdade, mas se quisesse ser um bocado demagogo como alguns são, que afinal a Câmara antecipou a crise, isto é, fez uma redução de 5% no IRS nos dois anos anteriores para que ela se reflectisse nos dois anos piores da crise. Quase que era adivinhar a crise à distância. Quem quiser ser demagogo, agora dizia, nós adivinhamos a crise, quando nenhum economista a adivinhou. Foi porque nessa altura nós tínhamos mais quatro mil previsíveis, mais quatro milhões de receitas. Neste momento, temos previsíveis, é menos quatro milhões de receitas. (eu não sei, a Dr.ª Júlia diz que foi por causa das eleições, pode ser que o IRS leve a que as pessoas ganhem as eleições por falta de isenção, se fosse assim o Partido Socialista nunca mais perdia as eleições para o Governo, isso de certeza absoluta)

Em relação ao do Dr. Fernando Pilão e ao Dr. Faustino, a informação técnica que eu tenho escrita é que se a Câmara Municipal não deliberasse conjuntamente com a rectificação na Assembleia, a que ficaria era a que era aplicada no ano anterior e como nós no ano anterior tivemos o mínimo, isto é, tivemos a redução dos 5%, automaticamente teríamos que, pela positiva, isto é, por acção, comunicar a decisão. Sei que foi com base nesse pressuposto que é posta aqui à votação.

Em relação ao que disse aqui o Almeida, é verdade que o que decidirmos hoje, se aplica só para receber, evidentemente em 2013, está dois anos agora, 2011 e 2012, que embora o imposto seja do ano anterior, é verdade, mas só se recebe naqueles dois anos a seguir.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Agora sim, vamos então proceder à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Esta proposta foi aprovada por maioria, com 12 votos contra, 1 abstenção e 47 votos a favor.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por maioria, com 47 votos a favor, 1 abstenção e 12 votos contra, aprovar, não prescindir da participação do Município no I.R.S. em 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Mirandela, referente aos rendimentos do ano de 2011."**

**Ponto 4.5 - Alteração aos Estatutos da CIM-TM.**

-----Foi apresentada pela CIM-TM a Proposta de Alteração do Ponto 1, artigo 3.º dos respectivos Estatutos.

-----Em função desta Proposta, foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 25 de Outubro de 2010 que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Aprovar a Proposta de Alteração de Estatutos, ou seja, alteração do ponto 1 do artigo 3.º que passará a ter a seguinte redacção:

“Artigo 3.º

(...):

- 1 – A Comunidade Intermunicipal terá a sua sede no município de Bragança, na Rua Abílio Beça, n.º 75/77, 5300 – 011 Bragança. A presidência será exercida de forma anual e rotativa, por ordem alfabética dos municípios Integrantes”;
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Está aberto o período de intervenção. Alguém deseja intervir neste ponto? Deputada Marisa Aranda. Penso que não vejo mais ninguém, faça o favor de usar da palavra.

**Deputada Municipal Marisa Aranda (CDS/PP):**

Eu gostava só de dizer algumas palavras relativamente a este ponto e porque faço parte da Assembleia Intermunicipal.

Mais do que esta alteração da sede e que para nós, pelo menos da discussão que tem havido nas reuniões da Assembleia Intermunicipal, é uma questão menos importante porque todos nós chegamos à conclusão que efectivamente o facto de a sede se verificar no distrito de Bragança, concretamente na cidade de Bragança, é vantajoso para todos, não só por uma questão logística mas também por uma questão de deslocação.

Eu gostava só de referir aqui um ponto que julgo ser importante.

É a ausência notada dos membros do concelho de Mirandela na Assembleia Intermunicipal. De facto a ausência é notória de todas as bancadas e julgo que deveria ter uma participação mais activa.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Penso não haver mais nenhuma inscrição. Senhor Presidente, não sei se quer dizer alguma coisa. Não. Então passemos à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade:**

**1 – Aprovar a Proposta de Alteração de Estatutos, ou seja, alteração do ponto 1 do artigo 3.º que passará a ter a seguinte redacção:**

**“Artigo 3.º**

**(...):**

**1 – A Comunidade Intermunicipal terá a sua sede no município de Bragança, na Rua Abílio Beça, n.º 75/77, 5300 – 011 Bragança. A presidência será exercida de forma anual e rotativa, por ordem alfabética dos municípios integrantes.”**

**PONTO - 4.6- Pedido de Isenção de IMT- Santa Casa da Misericórdia de Mirandela.**

-----Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 09 de Dezembro de 2010, que se transcreve:

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 – Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do art. 43º do Estatuto de Benefícios Fiscais, a requerente Santa Casa da Misericórdia de Mirandela para efeito de aquisição de uma fracção da Casa do Professor de Mirandela, para aí instalar um Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, vem requerer que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal o pedido de autorização de aprovação de isenção de IMT a favor da requerente sobre a aquisição da fracção autónoma designada pela letra B do prédio urbano sito na Rua da Preguiça inscrito provisoriamente na matriz sob o n.º 7027 sito na freguesia e concelho de Mirandela;**
- 2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.”**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Pedido de Isenção de IMT da Santa Casa da Misericórdia de Mirandela. Está aberto o período de inscrições.

Deputado Luís Sousa, faça o favor de usar da palavra.

**Deputado Municipal Luís Sousa (CDS/PP Independente)**

Sobre este assunto vou ser breve. O nosso grupo vai votar a favor. Aliás também não o podia fazer de outro modo visto que houve unanimidade no Executivo.

Porém, gostava aqui de sublinhar um aspecto que me parece importante neste período de contenção de despesas e de esforço de maior arrecadação também da receita.

As isenções só devem ser feitas em período de crise e em condições verdadeiramente excepcionais e na minha perspectiva (não vou envolver o meu grupo nisto, estou a falar da minha perspectiva enquanto

deputado) acho que devem ser feitas de uma forma coerente. As excepções em tempo de crise devem ser feitas de uma forma coerente.

Estamos perante uma associação sem fins lucrativos, que presta um enorme serviço a esta localidade, está justificada essa isenção, a título excepcional, mas não deveria ser tratada pontualmente. Há outras associações sem fins lucrativos, se as houver, deveriam ter igual direito a este tipo de isenção.

Praticar política, não do ponto de vista pontual quando se tratam de excepções, mas delinear para toda essa fileira de associações sem fins lucrativos, se se encontrarem na mesma situação de se lhe fazer também essa isenção relativamente à cobrança do IMT.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Senhor Presidente, não sei se quer usar da palavra.

**Presidente da Câmara Municipal**

Só quero esclarecer este ponto porque se estiverem atentos às actas estes últimos anos verificam que todas as associações, as que fizeram obras e que não tinham fins lucrativos e que podiam socorrer-se deste mecanismo, foram isentas.

Todas as que pediram, se olharem para elas todas, sejam sociais, sejam religiosas, sejam culturais, sejam desportivas, todas as que fizeram obras e pediram esta isenção, lhes foi concedida.

Infelizmente e segundo a interpretação, que ainda está feita, ainda não há outra, a partir de Janeiro de 2011 - daí peço desculpa pelo atraso e pela urgência disto que tinha de ser decidido nesta Assembleia - não haverá nenhuma isenção por determinação de lei governamental, mesmo nas associações sem fins lucrativos.

**Secretário da Assembleia Municipal Rui Magalhães:**

Vamos então à votação:

Quem vota contra?

Quem se Abstém?

Esta isenção foi aprovada por unanimidade.

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal de Mirandela, estando presentes 60 membros dos 75 que a compõem, deliberou conforme proposto, por unanimidade aprovar:**

**Ao abrigo da alínea b) do n.º 3 do art. 43º do Estatuto de Benefícios Fiscais, a requerente Santa Casa da Misericórdia de Mirandela para efeito de aquisição de uma fracção da Casa do Professor de Mirandela, para aí instalar um Lar de Idosos, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, vem requerer que a Câmara Municipal submeta à Assembleia Municipal o pedido de autorização de aprovação de isenção de IMT a favor da requerente sobre pedido de autorização de aprovação de isenção de IMT a favor da requerente sobre pedido de autorização de aprovação de isenção de IMT a favor da requerente sobre Preguiça inscrito provisoriamente na matriz sob o n.º 7027 sito na freguesia e concelho de Mirandela."**

## **PONTO 5 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO**

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Passemos então ao Ponto 5. Está aberto o período de inscrições.

Paulo Pinto, Baltazar Aguiar, Jorge Pereira, Fernanda Cerqueira e Rui Magalhães.

Se me permitem, queria aqui lembrar que amanhã, dia 21 de Dezembro, vai decorrer no Museu Municipal de Mirandela uma cerimónia pública de entrega das medalhas de ouro a Eduardo dos Reis Carvalho e Nuno Miguel Cardoso Santos, conforme deliberação do Executivo, tomada por unanimidade.

Essas atribuições vão conferir a cada um dos homenageados o título de cidadão honorário de Mirandela.

Repito, amanhã dia 21 de Dezembro, a partir das 17h30 no Museu Municipal de Mirandela. Se puderem apareçam e o Município e a Assembleia agradecem.

Deputado Baltazar Aguiar, por favor.

**Deputado Municipal Baltazar Aguiar (PS):**

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores Deputados, senhores Presidentes da Junta, minhas Senhoras e meus Senhores.

Confesso que gostava de fazer uma doura e refinada intervenção, mas não é o ponto, não é o tema, não é o tempo, nem teria eloquência para tal. Mas ainda assim lhe digo senhor Presidente da Câmara que não sou autor do fim de ciclo, o seu ao seu autor.

Pedi a palavra neste momento para lhe perguntar como vai o marco do correio na zona industrial. Queria recordar-lhe que na última Assembleia Municipal todo o Executivo, de uma forma envergonhada ou não, não





fiquei seguro que não houvesse alguns que sabiam da questão, foi dito que ninguém no Executivo sabia do marco nem sabia da colocação do marco na zona industrial.

Passaram três meses, a minha pergunta é para quando a instalação. O marco está feito e está nos CTT, não é por aí.

Por último, gostava de desejar a todos um santo Natal, um bom ano e um sorriso em 2011.

**Deputada Municipal Fernanda Cerqueira (CDS/PP):**

Senhor presidente, senhores deputados.

Em primeiro lugar, peço desculpa por me ter ausentado durante algum tempo, não podendo ouvir todas as intervenções, mas como sou professora tive que ir a uma reunião de avaliação. Coincidiu com a hora do almoço, ainda não almocei, mas não faz mal, mas estou aqui.

É com alguma tristeza minha que acabamos de, como já era esperado, aprovar o orçamento para o próximo ano, e não estou triste porque é o papel da oposição, nem por má vontade. Repito: nesta Assembleia deveríamos representar o interesse dos munícipes em geral e não de qualquer partido em particular. Mas porque vão ser contas e contas, se leram bem, eu vi lá isso no orçamento, porque vão ser contas e contas para os munícipes pagarem e a mim já me estão a preocupar, pois também as vou pagar. Taxas, IVA, IRS, isto tudo com menos salário e em alguns casos quase nenhum.

Já que não fui ouvida para a elaboração deste orçamento, penso que mesmo sabendo que iria ser aprovado, seria boa política, como já foi aqui dito, ouvir os munícipes sobre os seus reais problemas e ambições.

Como disse na minha primeira intervenção continuo preocupada, embora pareça ser uma preocupação individual nesta Assembleia, com o que o futuro nos reserva, e não é só culpa da crise.

Gostaria de ter visto neste orçamento uma outra visão estratégica de competitividade e desenvolvimento da região e passo a dizer algumas.

Políticas de investimento na formação e na educação, apesar das dinâmicas positivas verificadas ao longo dos últimos anos, sobretudo na taxa de escolarização e na oferta de formação. De facto, em matéria de abandono, de saída antecipada ou saída precoce do sistema educativo, este concelho continua a apresentar um conjunto de dificuldades. Embora com falta de canalizadores, mecânicos, electricistas e continuamos a apostar em cursos sem saída profissional neste concelho. Se não há inscrições, provavelmente tem que se apostar na motivação ou na divulgação.

Políticas de emprego e desemprego.

Políticas de inclusão social – sobretudo relacionadas com as dificuldades sentidas pelo aumento crescente do desemprego, a persistência de níveis de escolarização relativamente baixos, a desagregação da família tradicional, a presença crescente de imigrantes em condições de vulnerabilidade e de risco de desemprego.

Políticas de saúde, houve uma melhoria dos indicadores sanitários gerais nesta região mas persistem os problemas de acessibilidade, de eficiência e de perda de serviços.

E por fim a cultura, à cultura é reconhecido um papel importante na produção de identidades e de sociabilidades, na produção de novas lógicas de inovação, mudança e competitividade.

Dizem que estamos em crise, na verdade as famílias vão ter muitas dificuldades a gerir os seus orçamentos, mas que o espírito de Natal, de paz e de harmonia nos acompanhem ao longo deste novo ano que se avizinha, boas festas, obrigada.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

Só para dizer também à deputada Fernanda Cerqueira que nós já acomodámos devidamente o Menino Jesus.

Deputado Jorge Pereira, faça o favor de usar da palavra.

**Deputado Municipal Jorge Pereira (PS):**

Senhor Presidente da A.M. e demais elementos da Mesa, Senhor Presidente da C. M. e Senhores Vereadores, Exm.ª Assembleia Municipal.

Muito boa-tarde a todos. Alguns dos meus assuntos breves deveriam ter sido tratados durante a manhã mas não foi possível estar presente. De qualquer forma já soube que o senhor Presidente da Câmara tem intenções de na Assembleia Municipal de Fevereiro aqui trazer a questão do Matadouro do Cachão. Isso de alguma forma dá força e justificação às preocupações que aqui tenho trazido sobre o Matadouro do Cachão porque se o refiro é porque as preocupações me chegam, pelo que terei que lamentar a resposta que o senhor Presidente da Câmara não deu às questões que na última Assembleia coloquei.

Tenho que lhe dizer mais uma vez que sou membro de pleno direito desta Assembleia, eleito como os demais, com toda a legitimidade, para colocar as questões que entenda oportuno e pelos vistos esta é uma delas. Portanto, enquanto cidadão de Mirandela e enquanto membro desta Assembleia Municipal, aqui delas farei eco.



Contudo, dizer que para mim o passado é o passado, o que lá vai, lá vai...o importante é o futuro e é olhar para a frente, por isso aqui trago estas preocupações.

O senhor Presidente ficará incomodado, prefere outros temas, saberá o porquê.

De uma coisa tenho a certeza, já lhe disse e repito, seja em que circunstância for, não me condiciona, tão pouco abduco dos meus direitos de cidadania, por isso sempre que o entenda aqui trarei as minhas preocupações.

Já agora, sobre a Agenda de Mirandela de Dezembro/2009, dizer o seguinte.

Também porque se trata do último número, lamentar que Frechas fique associada à "Agenda de Mirandela" por um motivo pouco sério.

Senão vejamos, página 9, Obras, "calçamento em Frechas" esta informação é falsa e enganadora.

A notícia diz "Estão a decorrer obras de calçamento na rua que dá acesso ao rio" ora, esta informação pretendendo ser verdade, deveria dizer, Estão a decorrer obras de calçamento na rua que dá acesso ao rio, porque a calçada ali existente, foi levantada para se proceder à instalação da conduta de saneamento para a nova ETAR"

Só que dito desta forma, a notícia deixava de o ser, pois a obra não acontece por necessidade de melhorar a rua, mas sim, como consequência de outros trabalhos em execução, os quais pouco têm a ver com a rua.

Também por este motivo, facilmente concluímos que esta publicação Municipal, serviu objectivos pouco dignos, e não vincular informação Municipal objectiva.

Sobre um assunto que devia ter sido no primeiro ponto da Agenda, que decorre também da informação do senhor Presidente, num âmbito distinto, que tem a ver com a doação que foi feita pela Câmara Municipal à Igreja Paroquial de Frechas, do lote B do Loteamento de S. Miguel. Este assunto é para mim e por diversos motivos extremamente gratificante referi-lo.

Em primeiro lugar porque foi o concretizar de uma das preocupações que enumerava enquanto candidato a Presidente da Junta de Freguesia de Frechas.

É que tendo assistido ao crescimento desordenado do Bairro de Nossa Senhora de Lurdes, tinha a exacta noção daquilo que não poderia acontecer em termos de crescimento da malha urbana de uma localidade como Frechas, a qual tendo em conta a sua localização, tem todas as condições para poder continuar a desenvolver-se.

Assim, para que tal fosse possível era determinante promover o licenciamento do loteamento urbano, o que veio a acontecer.

Face a esta operação, pessoas havia que questionavam a minha entrega e o meu empenhamento.

Pois bem, se dúvidas existiam sobre o meu propósito, penso que hoje elas estão completamente esclarecidas.

Passado este tempo posso dizer que valeu a pena tais dúvidas e desconfianças fazem também parte do preço a pagar.

Contudo, quando nos entregamos a uma causa com o firme propósito de a servir, nada nos faz vacilar.

Entretanto e uma vez aqui chegados e com o licenciamento aprovado há alguns anos, não tenho dúvidas, houve duas entidades que saíram altamente ganhadoras com esta operação.

Em primeiro lugar o Município, tendo em conta as taxas de urbanização cobradas.

Em segundo lugar Frechas, que ganha espaços públicos e privados devidamente urbanizados, onde se inclui o lote agora entregue à Fábrica da Igreja.

É que este lote não tendo sido entregue nestas circunstâncias, provavelmente, como vinha sendo referenciado havia alguns anos, numa operação de duvidosa legalidade, como era norma, acabaria por se proceder ao destaque de determinada área e doação ao Centro Paroquial. Só que este destaque, mais tarde ou mais cedo acabaria por transformar toda aquela área numa segunda zona residencial clandestina.

Por tudo isto, com natural regozijo, associo-me a esta doação e afirmar que valeu a pena.

**Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:**

A Mesa não regista mais inscrições, passo a palavra ao senhor Presidente da Câmara, por favor.

**Presidente da Câmara Municipal:**

Muito obrigado senhor Presidente ou seu substituto, tanto faz, agora é Presidente.

Antes de responder a estas questões dos Outros Assuntos, há três que eu não respondi, (eu como gosto que digam que eu respondi às perguntas concretas) porque me esqueci.

Uma é a que colocou o Fernando Pilão que é a questão da opção gestonária, em termos dos funcionários da Câmara de Mirandela, que não estava no orçamento, nem tem que estar. Na próxima reunião de Câmara isso será aprovado, havia orçamento municipal numa revisão feita em Abril do último ano, uma alteração, que têm dinheiro suficiente para fazer a opção gestonária só do ano de 2010 e a partir daí a lei já não permite mais opções gestonárias, portanto o orçamento já não tem que a prever.

Em relação às preocupações manifestadas pela deputada Marisa Aranda, com tantas interrogações e bem, sobre o desenvolvimento do concelho, eu aproveito para lembrar porque no âmbito desta discussão, isso não ia ser aprofundado conforme desejaria, que o CDS/PP tem o direito de uma opção potestativa em termos de legislação, para poder agendar potestativamente, um debate nesta Assembleia sobre desenvolvimento de Mirandela, onde faça as questões todas, os partidos políticos têm essa possibilidade, a lei dá-lha, uma vez por cada mandato, potestativamente podem fazê-lo, mas se queremos as coisas esclarecidas vamos também nós grupos parlamentares assumir a nossa obrigação, montá-los, pedi-los, fazê-los e discutirmos essa questão com toda a profundidade. Em vez de só levantarmos questões, temos também obrigação de colocar as soluções em cima da mesa e num debate desses podemos ver as várias soluções que há e também quais são as perspectivas que tem o CDS/PP sobre esse desenvolvimento e essa visão tão pessimista que tem sobre o concelho. Teremos oportunidade de debater as várias estratégias e as várias opções, pode fazê-lo em conjunto com a Mesa da Assembleia para discutirmos essa questão.

O outro assunto, é que a deputada Fernanda Cerqueira disse que a árvore de Natal estava pobrezinha, mas falou aqui tantas vezes em identidade e nós temos que proceder de maneira a preservar a identidade das coisas ao longo do tempo e que melhor identidade, com a árvore pobrezinha como Cristo nasceu pobrezinho, na manjedoura. Esta identidade fica preservada perfeitamente.

Peço desculpa ao deputado Eng.º Baltazar porque eu confundi, disse que tinha sido a frase do Eng.º Baltazar, se não foi peço desculpa, mas sabia que existia a vontade que fosse... adivinhava a vontade manifestada pelo Eng.º Baltazar. E louvo-o por isso, sabe que o melhor que eu tenho na política e que gosto, é conhecer os meus adversários, quando não conheço é que é uma chatice. Quando conheço é muito bom e clarificador e como sabia que tinha essa intenção, pensei logo que pudesse ser o Eng.º Baltazar a fazê-la, peço desculpa.

Quanto ao marco do correio, isso é que é importante, aproveito para lhe comunicar que quer acredite quer não – não estou a dizer que toda a gente do Executivo sabia ou não, não posso responder por toda a gente – pode ter a certeza que eu não sabia.

Depois de ouvir falar nesse assunto, o Eng.º Branco que também pôs esse assunto em mão, negociou com os CTT e eles não vão colocar o marco do correio na zona industrial, vão fazer um centro de distribuição na zona industrial. Vão tomar esta solução rapidamente, para na primeira quinzena ficar resolvido. Os CTT chegaram a acordo connosco num centro de distribuição na zona industrial e esta questão a curto prazo estará resolvida.

Ao Jorge Pereira dizer-lhe que eu não respondo às perguntas dirigidas pelos membros da Assembleia. Eu tenho que responder às perguntas que me são feitas através da Mesa da Assembleia, ao Presidente da Câmara, para responder aos membros da Assembleia através da Mesa da Assembleia. A legislação não me dá o direito de responder directamente aos membros da Assembleia por escrito, quem tem que me fazer chegar as perguntas é a Mesa da Assembleia. Não me fez chegar nenhuma das que tivesse colocado aqui, - quero que isto fique claro - para eu poder responder.

São curiosas estas interpretações políticas. É que...devia dizer.....que não havia calcetamento...mas havia, mas era para repor. Há lá obra de calcetamento ou não? Essa é que é a questão, há-a lá ou não há? Se é para repor ou não é para repor, há lá obra de calcetamento e isso é que é importante dizê-lo.

Há uma coisa que eu lhe digo, a Agenda Municipal podia ter vários defeitos, mas foi publicada durante muitos anos e não precisei de chegar ao fim do mandato sem ter agenda e fazer uma agenda própria, isto é, um boletim informativo de balanço do mandato da Junta de Freguesia antes das eleições a que me candidatava.

## PONTO 6 – PÚBLICO – 2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO

### Secretário da Assembleia Municipal, Rui Magalhães:

Vamos então passar ao último ponto da ordem de trabalhos, 2.º Período de Intervenção Aberto ao Público. Estão abertas as inscrições, não sei se há ou não algum senhor Município que queira intervir. Penso que não. Não havendo, queria em meu nome pessoal, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, desejar a todos um santo Natal e um ano de 2011, cheio de prosperidades.

Muito obrigado e boa-tarde.

Mirandela, 20 de Dezembro de 2010

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DR. JOSÉ MANUEL PAVÃO



(Acta n.º 06/2010, de 20 de Dezembro de 2010)

-48-

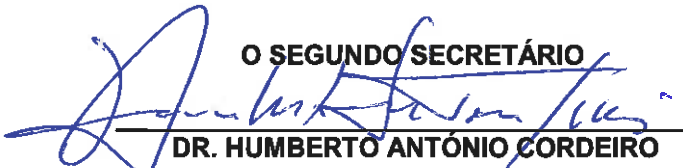
O PRIMEIRO SECRETÁRIO



---

DR. RUI FERNANDO MOREIRA MAGALHÃES

O SEGUNDO SECRETÁRIO



---

DR. HUMBERTO ANTÓNIO CORDEIRO